

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ALESSANDRO FARAGE FIGUEIREDO

Eleições e territórios

SÃO PAULO
2013

ALESSANDRO FARAGE FIGUEIREDO

Eleições e territórios

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Área de concentração: Eleições, Governos e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Balbachevsky

SÃO PAULO
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo

FARAGE-FIGUEIREDO, Alessandro

Eleições e territórios / Alessandro Farage Figueiredo ; orientadora Elizabeth Balbachevsky. São Paulo, 2013.

252 f.

Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2013.

1. Eleições. 2. Partidos Políticos. 3. Voto Econômico. 4. Marketing Eleitoral. 5. Geografia Política. I. Balbachevsky Elizabeth. II. Título. III. Título Eleições e territórios.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu irmão, por todo apoio.

À Professora Elizabeth Balbachevsky, pela dedicação e paciência na orientação da tese.

Aos meus tios Osvaldo Cruz Monteiro Junior e Denise Farage Monteiro, por toda a ajuda sem a qual esta tese não seria possível.

Aos meus primos Tatiana Farage Monteiro, Rodrigo Farage Monteiro e Gustavo Farage Monteiro e à minha amiga Mel Pessoa Saad, pela alegre companhia nesses anos de tese.

Ao meu coorientador Mark P. Jones, por sua atenção e dedicação à pesquisa; ao professor Royce Carroll, pelas importantes opiniões sobre as possibilidades analíticas; e à Rice University, por sua excelência acadêmica.

Ao Professor Rolf Rauschenbach, por sua dedicação e enorme disposição de ensinar.

À Fundação Getúlio Vargas, que em cooperação com a USP viabilizou um olhar mais amplo sobre as possibilidades de pesquisa – em especial ao Professor Delane Botelho, que tem uma habilidade ímpar de explicitar metodologias quantitativas e qualitativas.

Aos Professores Tadeusz Kania e Barbara Grabowska, da Universidade da Silésia, por toda atenção que deram aos meus intercâmbios acadêmicos.

Aos meus amigos de faculdade Fábio Metzger, Akinori Hieda e Rodrigo Bombonati, que fizeram esses anos de estudos mais agradáveis com intermináveis debates. E em particular para o Fábio, que também me orientou sobre a vida discente na USP.

Aos meus amigos Rodrigo Pereira, Roberto Paschoalino e André Silva, que contribuíram com suas opiniões.

Ao Max Planck Institute, por todo o apoio por meio de seus cursos.

E por último, mas certamente não menos importante, aos contribuintes do Estado de São Paulo que sustentam a Universidade de São Paulo.

RESUMO

FARAGE-FIGUEIREDO, A. **Eleições e territórios**. 2013. 252 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2013.

A presente tese é um trabalho de Ciência Política, com um grande esforço de estabelecer diálogos com outras disciplinas, como a Geografia, a Economia e o Marketing, no que diz respeito aos estudos eleitorais. Partindo do pressuposto de que distintos atores políticos possuem diferentes territórios eleitorais, formulamos a hipótese de que existe uma correlação entre a geograficidade e os resultados eleitorais. O termo “geograficidade” aqui não alude somente àquilo que é objeto da Geografia ou sobre a atividade específica do geógrafo, mas à diferenciação espacial, tendo em vista a relação existencial estabelecida entre o homem e seu território (espaço geográfico delimitado por relações de poder). O próprio título do trabalho, “Eleições e Territórios”, já evidencia sua abordagem transdisciplinar com a inclusão integrada de dois objetos distintos de estudos, que são considerados por diversas disciplinas. Observados esses elos entre a Ciência Política e tais disciplinas no que diz respeito à política, buscamos desenvolver um estudo mais aprofundado da relação entre eleições e territórios, considerando abordagens e instrumentos variados dessas disciplinas, o que, embora pautado em teorias políticas, destaca outros aspectos e espectros dos casos estudados.

Palavras-chave: Eleições. Partidos Políticos. Voto Econômico. Marketing Eleitoral. Geografia Política.

ABSTRACT

FARAGE-FIGUEIREDO, A. **Eleições e territórios**. 2013. 252 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2013.

This thesis is a study of Political Science, with a major effort to establish dialogues with other subjects as Geography, Economy, and Marketing, with regard to electoral studies. Assuming that different political actors have different electoral regions, we hypothesized that there is a correlation between geographicity and electoral results. The term "geographicity" here do not refers only to what is the object of Geography, or the specific activity of the geographer, but it is the spatial differentiation considering the relationship established between man and his territory (geographical space delimited by power relations). The title of the study, "Elections and Territories", already shows its transdisciplinary approach integrated through the union of two distinct objects of study, which are considered by many subjects. Observed these links between Political Science and such subjects concerning politics, we develop a deeper study of the relationship between elections and territories, considering a variety of approaches and tools of these subjects, which, although ruled by political theories, highlight other aspects of the cases studied.

Keywords: Elections. Political Parties. Economic Voting. Electoral Marketing. Political Geography.

LISTA DE PARTIDOS POLÍTICOS

Sigla	Nome do partido	Número eleitoral	Data de registro	Presidente (2012)
DEM	Democratas	25	11/09/1986	José Agripino Maia
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65	23/06/1988	José Renato Rabelo
PCB	Partido Comunista Brasileiro	21	09/03/1996	Ivan Martins Pinheiro
PCO	Partido da Causa Operária	29	30/09/1997	Rui Costa Pimenta
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	10/11/1981	Carlos Eduardo Vieira da Cunha
PEN	Partido Ecológico Nacional	51	19/06/2012	Adilson Barroso
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	20/03/1997	Eduardo Machado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	30/06/1981	Valdir Raupp
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	25/10/1990	Oscar Noronha Filho
PP	Partido Progressista	11	16/11/1995	Francisco Dornelles
PPL	Partido Pátria Livre	54	04/10/2011	Sérgio Rubens de Araújo Torres
PPS	Partido Popular Socialista	23	19/03/1992	Roberto Freire
PR	Partido da República	22	19/12/2006	Alfredo Nascimento
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	25/08/2005	Marcos Pereira
PRP	Partido Republicano Progressista	44	29/10/1991	Ovasco Resende
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	28/03/1995	Levy Fidelix
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	01/07/1988	Eduardo Campos
PSC	Partido Social Cristão	20	29/03/1990	Victor Nösseis
PSD	Partido Social Democrático	55	27/09/2011	Gilberto Kassab
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	24/08/1988	Sérgio Guerra
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	05/08/1997	José Maria Eymael
PSL	Partido Social Liberal	17	02/06/1998	Luciano Bivar
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	50	15/09/2005	Ivan Valente
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores	16	19/12/1995	José Maria de Almeida

	Unificado			
PT	Partido dos Trabalhadores	13	11/02/1982	Rui Falcão
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	70	11/10/1994	Luis Henrique Resende
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	03/11/1981	Roberto Jefferson
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	22/02/1990	Daniel Tourinho
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	02/10/1997	José Masci de Abreu
PV	Partido Verde	43	30/09/1993	José Luiz de França Penna

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Variação na representatividade do partido líder nas coligações entre as eleições de 2004 e 2008.
- Tabela 2 – Total de ligações dos partidos políticos nas eleições de 2004 e 2008.
- Tabela 3 – Resultados eleitorais municipais de José Serra (PSDB), São Paulo.
- Tabela 4 – Tipologia do eleitorado paulistano.
- Tabela 5 - Eleições presidenciais e a pobreza nos estados brasileiros.
- Tabela 6 – Taxa de pobreza e votos do PT (%) em 1998, 2002, 2006 e 2010.
- Tabela 7 – Eleição presidencial 2010 – 1º turno.
- Tabela 8 – Correlação população urbana e rural e renda *per capita*.
- Tabela 9 – Teste P.
- Tabela 10 – Situação após a última eleição ocorrida.
- Tabela 11 – Percentual de candidatos a deputado estadual, federal e vereador.
- Tabela 12 – Legislativo federal 2011-2015.
- Tabela 13 – Gasto declarado dos candidatos.
- Tabela 14 – Perfil da candidatura.
- Tabela 15 – Partido político atual x partido político anterior.
- Tabela 16 – Percepção sobre os gastos.
- Tabela 17 – Organização da agenda eleitoral.
- Tabela 18 – Requisito para a panfletagem.
- Tabela 19 – Distribuição dos votos.
- Tabela 20 – Vínculos com instituições sociais.
- Tabela 21 – Vitória x partido político atual.
- Tabela 22 – Vitória x perfil da candidatura.
- Tabela 23 – Vitória x agenda eleitoral.
- Tabela 24 – Vitória x panfletagem.
- Tabela 25 – Vitória x instituições sociais.
- Tabela 26 – Vitória x distribuição dos votos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sociograma das coligações na eleição de 2004 na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 2 – Sociograma das coligações na eleição de 2008 na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Comparativo entre os votos do PT no município de São Paulo no segundo turno de 2008 e no primeiro turno de 2012.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Gráfico e pesquisas eleitorais da eleição de 2012 compiladas.
- Gráfico 2 – Votos para presidente PT 2006 em percentual x pobreza no Brasil em percentual por população do estado.
- Gráfico 3 – Votos para presidente PT 2006 em percentual x pobreza no Brasil em percentual por população do estado.
- Gráfico 4 – Votação do PT para o presidente em 2006 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 5 – Votação do PT para o presidente em 2010 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 6 – Votação do PT para o presidente em 2006 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 7 – Votação do PT para o presidente em 2010 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 8 – Votação do PT para o presidente em 1998 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 9 – Votação do PT para o presidente em 2002 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 10 – Votação do PT para o presidente em 2006 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 11 – Votação do PT para o presidente em 2010 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.
- Gráfico 12 – Percentual de votos em Serra (PSDB) x renda *per capita*.
- Gráfico 13 – Percentual de votos em Dilma (PT) x renda *per capita*.
- Gráfico 14 – Percentual de votos em Serra por população total dos municípios – Minas Gerais 2010.
- Gráfico 15 – Percentual de votos em Dilma por população total dos municípios – Minas Gerais 2010.
- Gráfico 16 – Percentual de votos em Serra por população rural dos municípios – Minas Gerais 2010.
- Gráfico 17 – Percentual de votos em Dilma por população rural dos municípios – Minas Gerais 2010.

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1 – Resultado eleitoral do Partido Nacional Socialista 05/03/1933.
- Mapa 2 – Histórico da geografia eleitoral do voto paulistano de 1988 a 2012 (antes da eleição).
- Mapa 3 – As 20 maiores votações de Jânio Quadros em 1985 – Município de São Paulo.
- Mapa 4 – As 20 maiores votações de Paulo Maluf em 1986 – Município de São Paulo.
- Mapa 5 – Subfistritos que se repetem na lista das 20 maiores votações de Jânio Quadros e de Paulo Maluf em 1986 – Município de São Paulo.
- Mapa 6 – Geografia eleitoral paulistana na bipolarização PSDB e PT.
- Mapa 7 – Renda *per capita* em reais dos bairros de São Paulo e as eleições de 2008, 2010 e 2012.
- Mapa 8 – Eleição de 1994.
- Mapa 9 – Eleição 1998.
- Mapa 10 – Eleição 2002.
- Mapa 11 – Eleição 2006.
- Mapa 12 – Eleição 2010.
- Mapa 13 – Eleição presidencial 2006/ votos percentuais do PT.
- Mapa 14 – Eleição presidencial 2010/ votos percentuais do PT.
- Mapa 15 – Pobreza brasileira em percentual pela população do estado.
- Mapa 16 – Pobreza brasileira em percentual pela população do estado.
- Mapa 17 – Região Nordeste brasileira em destaque.
- Mapa 18 – Pobreza brasileira em porcentagem por população dos estados.
- Mapa 19 – Estados ricos em destaque amarelo.
- Mapa 20 – Região Norte do Brasil em destaque amarelo.
- Mapa 21 – Região Nordeste Brasileira em destaque.
- Mapa 22 – Renda *per capita* por município em Minas Gerais.
- Mapa 23 – Percentual de votos em Dilma (2010) por município em Minas Gerais.
- Mapa 24 – Renda *per capita* por município em Minas Gerais.
- Mapa 25 – Percentual de votos em Serra (2010) por município em Minas Gerais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OS ESTUDOS ELEITORAIS NA CIÊNCIA POLÍTICA	23
1.1 Os estudos eleitorais	23
1.2 Os estudos eleitorais no Brasil	25
1.3 A redemocratização na ótica dos estudos eleitorais	27
1.4 Propaganda política para a Ciência Política.....	30
1.5 Os partidos políticos e as instituições eleitorais	32
1.6 Coesão política e disciplina partidária	37
2 AS COLIGAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	44
2.1 Belford Roxo.....	45
2.2 Duque de Caxias.....	46
2.3 Itaboraí	47
2.4 Itaguaí	48
2.5 Magé	49
2.6 Mangaratiba	50
2.7 Nilópolis.....	51
2.8 Niterói.....	52
2.9 Nova Iguaçu	53
2.10 Paracambi	54
2.11 Rio de Janeiro	56
2.12 São Gonçalo.....	57
2.13 São João de Meriti	59
2.14 Representatividade dos partidos líderes nas coligações.....	60
2.15 Dinâmica das coligações na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nas eleições de 2004 e 2008	62

3 A POLARIZAÇÃO TERRITORIAL DO VOTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	68
3.1 O cenário eleitoral de São Paulo.....	68
3.2 A concepção do voto econômico.....	69
3.3 A geografia do voto econômico no município de São Paulo	75
3.4 A eleição de 1985.....	77
3.5 A eleição de 1988.....	86
3.6 A eleição de 1992.....	90
3.7 A eleição de 1996.....	94
3.8 A eleição de 2000.....	96
3.9 A eleição de 2004.....	99
3.10 A eleição de 2008.....	102
3.11 A eleição de 2012.....	107
4 A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICO-TERRITORIAL DO ELEITORADO BRASILEIRO.....	128
4.1 Eleições presidenciais e partidos políticos no Brasil atual	129
4.2 Resultados Espacial das Eleições Presidenciais Brasileiras (1994, 1998, 2002; 2006; 2010)	130
4.3 O programa Bolsa Família.....	135
4.4 Análise espacial	137
4.4 Observações	149
5 ANÁLISE ELEITORAL ESPACIAL NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010 EM MINAS GERAIS	153
5.1 Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG).....	154
5.2 Geomarketing.....	156
5.3 Geoestatística	158
5.4 A eleição presidencial de 2010 em Minas Gerais.....	160
5.5 Resultados eleitorais e populações municipais.....	168
5.6 Resultados eleitorais e populações rurais.....	171

5.7 Considerações	173
6 SONDAAGEM SOBRE CANDIDATURAS LEGISLATIVAS.....	175
6.1 Sondagem política.....	175
6.2 Perfil eleitoral dos entrevistados	176
6.3 Questões de candidaturas parlamentares.....	181
6.4 Observações	194
CONCLUSÕES	196
REFERÊNCIAS.....	208
ANEXO.....	226

INTRODUÇÃO

A presente tese é um trabalho de Ciência Política, com um grande esforço de estabelecer diálogos com outras disciplinas, como a Geografia, a Economia e o Marketing, no que diz respeito aos estudos eleitorais. Assim, o leitor deve considerar que para além das abordagens, das metodologias e dos enfoques característicos da Ciência Política, também serão encontrados progressos e ruídos típicos da transdisciplinaridade. O próprio título da tese, “Eleições e territórios”, já evidencia sua abordagem transdisciplinar, com a inclusão integrada de dois objetos distintos de estudos, considerados por diversas disciplinas.

Partindo do pressuposto de que distintos atores políticos têm diferentes territórios eleitorais, formulamos a hipótese de que existe uma correlação entre a geograficidade e os resultados eleitorais. O termo “geograficidade” aqui não alude somente àquilo que é objeto da Geografia ou sobre a atividade específica do geógrafo, mas à diferenciação espacial tendo em vista a relação existencial estabelecida entre o homem e seu território (espaço geográfico delimitado por relações de poder). Assim, associando a questão territorial com as eleições e considerando aspectos tanto da Ciência Política quanto da Geografia, da Economia e do *Marketing*, buscamos verificar tal hipótese.

A Ciência Política e a Geografia já se associavam desde a Antiguidade, quando se afirmava que sem a Geografia, nem o conhecimento político nem o estratégico poderiam progredir. Além disso, vários cientistas políticos consideraram a relação entre o espaço geográfico e a política, como Rousseau e Montesquieu, que argumentaram a possibilidade de o ambiente físico influenciar as formas de governo.

Já os geógrafos consideraram axiomáticamente que a localização geográfica é um fator importante no desenvolvimento do destino de cada Estado, influenciando muito as políticas nacionais e internacionais, tais quais as instituições políticas. E para entender o real impacto de fatores geográficos sobre a vida política, especialmente em relação à política externa, a disciplina de Geografia Política se desenvolveu.

No que diz respeito à Ciência Política e à Economia, essas são praticamente disciplinas irmãs que dividiram espaço nos estudos de renomados filósofos e, mais tarde, avançaram juntas como Economia Política. Atualmente, a principal relação entre elas está em aspectos práticos dos governos. Por exemplo, pode haver uma conexão entre se um político se considera de esquerda ou de direita, dentro do contexto de certo país, e se o político confere mais peso à economia fiscal – que visa estimular o mercado pela despesa pública – ou à economia monetarista – que visa estimular a economia – influenciando o preço e disponibilidade de crédito. Há vários temas e circunstâncias que podem ter tanto um elemento político quanto econômico, como se um governo deve tentar reduzir as desigualdades em toda a sociedade, ou trabalhar para igualdades de oportunidade, ou evitar qualquer interferência sempre que possível. Tomados como um todo, pontos de vista político e econômico não podem sempre ser simplificados em dois campos, por exemplo: alguns políticos se consideram economicamente conservadores, mas socialmente liberais. Um dos elos acadêmicos mais comuns entre essas Ciências Sociais é a teoria da escolha racional. Essa teoria busca modelar a forma como os indivíduos fazem escolhas. Contudo, podemos argumentar que a teoria da escolha racional é uma teoria econômica contrariada pela complexa realidade política, uma vez que um economista baseado na teoria da escolha racional pode assumir que um consumidor sempre escolherá o fornecedor mais barato entre os que oferecem produtos idênticos, enquanto a Ciência Política pode explicar por que alguns consumidores escolherão pagar um preço mais elevado para obter os bens de que consideram oriundos de fornecedores éticos.

A relação mais recente entre as disciplinas apreciadas nesta tese dá-se entre a Ciência Política e o *Marketing*, que é, das cadeiras acadêmicas consideradas, a mais nova; sua relação com a política é ainda mais recente do que os vínculos que a política tem com a Geografia e a Economia. Contudo, o *Marketing* Político propriamente dito originou-se na Ciência Política e não foi importado dos cursos de Administração, como muitos imaginam. O cientista político Stanley Kelley foi quem concebeu o termo em um trabalho pioneiro sobre o surgimento da indústria de profissionais de campanhas eleitorais nos Estados Unidos da América. Segundo Kelley:

A equipe depende muito, mas não inteiramente, de sua própria percepção intuitiva para providenciar as condições de *marketing* político. Eles se orgulham de ter 'boas mentes medianas' que os ajudam a ver as coisas da mesma forma que o homem comum (Kelley, 1956: 53).

Logo, mesmo que o *Marketing* seja a disciplina mais nova e coadjuvante nos estudos eleitorais, ela encontra-se mais diretamente ligada à Ciência Política, no que diz respeito ao *Marketing* Político, do que as outras matérias, visto que foi concebida dentro da própria Ciência Política. Infelizmente, a forma como o *Marketing* foi erroneamente propagado fez com que muitos cientistas políticos, assim como estudiosos de outras disciplinas, se afastassem de seus estudos e abordagens, deixando de considerar o *Marketing* nas análises eleitorais. Obviamente que o *Marketing* é um processo no qual a noção de “foco no consumidor” (repudiada por muitos nas Ciências Sociais) desempenha um papel estratégico importante, mas não exclui outros pontos de destaques, como a organização e a comunicação, que são também contemplados pela Ciência Política.

Com relação à Ciência Política, a influência empírica do Realismo Político de Maquiavel, que escreveu “O Príncipe” baseado em suas observações e conversas com pessoas do meio, encontra-se presente, tendo os informantes em “off”¹ e a experiência política do autor levados em consideração em certos pontos, mas também observando outros aspectos teóricos. De modo geral, a Ciência Política, nesta tese, pode ser considerada como definiu o cientista político Harold Lasswell (1936) como o estudo de “Quem consegue o quê? Quando? Como?”.

Observados esses elos entre a Ciência Política e essas disciplinas no que diz respeito à política, buscamos desenvolver um estudo mais aprofundado da relação entre eleições e territórios, considerando abordagens e instrumentos variados dessas disciplinas, o que, embora pautado em teorias políticas, destaca outros aspectos e espectros dos casos estudados. Soma-se a isso a utilização de um vasto instrumental tecnológico, que infelizmente ainda é pouco considerado nas avaliações de Ciências Sociais. Boa parte dos dados analisados não foram

¹O off é um acordo de cavalheiros, em que se concorda em não publicar a informação, por solicitação da fonte, ou não revelar a fonte da informação.

meramente retirados de outros trabalhos já publicados, mas produzidos e/ou elaborados pelo autor com auxílio tecnológico, com destaque para os programas GeoDa de técnicas de análise espacial, SPSS (Software Package of Social Sciences) de Estatística, ArcGIS de Geoprocessamento e outros. Nesse início de século já se faz necessário considerar as habilidades tecnológicas desenvolvidas durante os cursos e aplicadas nas pesquisas. Raramente uma tese hoje se faz sem tecnologia.

Assim, no primeiro capítulo explicitamos as principais concepções e teorias eleitorais, considerando tanto as teorias gerais sobre as eleições quanto questões específicas em relação a determinados eventos do sufrágio. Portanto, abordamos também outros espectros da dinâmica eleitoral, como a disciplina partidária e as relações de poder na institucionalização das legislações eleitorais. Essa abordagem mais abrangente da teoria eleitoral permite compreendermos a complexidade da votação e o fato de que cada análise e teoria é um recorte da realidade, que explicita de maneira robusta vários aspectos das eleições, mas não é capaz de apresentar a complexidade eleitoral em sua totalidade. É em razão disso que o desenvolvimento de um tratado geral sobre eleições é de difícil execução. Assim, nesta tese a eleição será abordada sempre dentro de certo recorte.

No segundo capítulo, a análise se concentra em demonstrar as alterações eleitorais em face das unidades federativas, considerando a taxa de pobreza dessas regiões. Utilizando técnicas de análise espacial e exploratória de dados, examinamos o impacto das políticas do governo federal nas regiões mais pobres em relação às eleições e às preferências partidárias. No Brasil, a ideia de políticas públicas utilizadas em regiões pobres específicas para melhorar o apoio durante as eleições tornou-se o discurso principal da oposição política e dos principais jornais. Em face disso, as taxas de pobreza junta às distinções geográficas dos estados tornaram-se um aspecto importante na análise da dinâmica eleitoral.

No terceiro capítulo, a fim de verificar as implicações espaciais em um nível micro (municípios na eleição presidencial de 2010), visto que já existem estudos sobre o nível macro (unidades federativas), foi escolhido o estado de Minas Gerais para análise, uma vez que esse ente da união reflete em filiação o cenário nacional,

segundo o Tribunal Superior Eleitoral, e encontra-se em uma posição geográfica privilegiada para o exame (localizada na região sudeste, com fronteira com as regiões nordeste e centro-oeste), além de em todas as eleições presidenciais desde a redemocratização ter apresentado como vitorioso o candidato que de fato ganhou o pleito nacionalmente, servindo assim de base para a análise. Para esse capítulo, utilizamos tanto as funções como os modelos da estatística espacial. Primeiro analisaremos os entes geográficos, municípios, em função do seu resultado eleitoral de 2010 para presidente em face da renda *per capita*. Depois, referenciaremos os dados eleitorais geograficamente, a fim de verificar sua estrutura territorial.

Em seguida, no quarto capítulo, realizamos uma análise mais profunda da relação entre eleições e territórios em um estudo de caso sobre São Paulo, considerando várias abordagens de diferentes autores e demais meios de informações eleitorais.

São Paulo pós-redemocratização tornou-se um modelo de corrida eleitoral extremamente competitiva com importantes candidatos e partidos políticos, servindo de base para estudos eleitorais de Ciência Política. Junta-se a isso o fato de ser a maior cidade do país e, dessa maneira, oferecer um rico banco de dados para análise, o que possibilitou verificar a territorialidade de seus votos por bairros em várias eleições municipais.

A percepção política da cidade de São Paulo como parâmetro eleitoral para corridas eleitorais mais intrincadas, como a de presidente da república, fez com que o cenário político do município fosse dominado principalmente pelas legendas dos partidos políticos mais fortes, com candidatos significativamente reconhecidos – como ex-ministros – e a utilização de *marketing* eleitoral do mesmo porte da eleição para presidente – incluindo até os mesmos profissionais, equipes e coordenadores de campanha.

Buscando observar outras dimensões da questão territorial junto às eleições, analisamos as coligações da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no quinto capítulo. Decompomos na pesquisa as coligações das eleições de 2004 e 2008, em 13 municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, totalizando 53 coligações em 2004 e 40 coligações partidárias em 2008, o que a distingue,

assim, da tendência de aumento do total de coligações observada por Carreirão (2006), ao pesquisar as eleições de 1988 a 2000.

Por último, mas não menos importante, no sexto capítulo realizamos uma sondagem sobre as candidaturas legislativas para verificar como os políticos posicionam-se em relação às questões eleitorais e até mesmo ao território envolvido na votação. É importante observar que não se trata aqui de um estudo estatístico tradicional com uma amostra e intervalo de confiança em que é possível extrapolar as observações para a população geral estudada, uma vez que há uma grande dificuldade de entrevistar políticos e garantir que eles darão as respostas. Logo, tentamos entrevistar 100 políticos que foram candidatos nas últimas eleições, e conseguimos aplicar 98 questionários.

Importante observar que os capítulos, para além de suas características transdisciplinares, foram também desenvolvidos de forma estanque, de modo que, embora se completem, a leitura de um não é necessariamente pré-requisito para a leitura dos demais.

1 OS ESTUDOS ELEITORAIS NA CIÊNCIA POLÍTICA

1.1 Os estudos eleitorais

Podemos encontrar questões eleitorais nos clássicos da Ciência Política² como em Weber e Marx, podendo Karl Marx³ ser considerado um dos fundadores das pesquisas eleitorais que atualmente estão difundidas nos jornais em época de campanha. Os estudos eleitorais na Ciência Política, como o nome indica, é o ramo das Ciências Sociais que estuda as eleições e todo o aparato que concorre para sua realização, destacando-se como seu objeto as instituições partidárias, a estruturação do aparelho estatal (p.ex., os cargos que são elegíveis), o comportamento do eleitorado, as pesquisas de opinião relativas ao voto, a análise de pleitos, as legislações específicas, as carreiras políticas etc. Essa área da Ciência Política tem a vantagem de contar com um rico acervo de documentos oficiais oriundos dos tribunais eleitorais e dos partidos, que possibilitam estudos mais específicos e complexos das questões, como, por exemplo, verificar a votação de certo candidato em um bairro ou zona eleitoral, ou analisar as coligações partidárias para prefeito em todo o país. Uma breve análise da teoria das Ciências Sociais contemporânea permite apontar alguns autores que são referência na área.

O sociólogo e jurista francês Maurice de Duverger, embora originalmente formado em Direito, foi constantemente rumando para a Sociologia Política, de modo que contribuiu substancialmente para o desenvolvimento acadêmico da Ciência Política francesa. Em seus estudos, Duverger demonstra uma profunda preferência pelos

²Para os fins desse trabalho, a Ciência Política aqui é classificada em um sentido restrito, conforme o modelo brasileiro em que ela é uma disciplina do curso de Ciências Sociais, na prática quase um sinônimo de Sociologia Política. É importante destacar que embora privilegie os aspectos sociológicos, a Ciência Política mantém diálogos com outras disciplinas, como a Economia e a Geografia, mas também não se estende a uma abordagem mais ampla que chegue a incluir várias outras áreas, como certos trabalhos em Psicologia em que o estudo sai do escopo da sociedade para focar mais no indivíduo.

³Marx experimentou fazer uma pesquisa eleitoral enviando questionários aos eleitores pelo correio incluindo o selo para retorno da resposta.

métodos empíricos de pesquisa, chegando mesmo a desenvolver uma teoria eleitoral. Essa teoria, que ficou famosa como a “Lei de Duverger”, sustenta que o sistema eleitoral majoritário conduz a um sistema bipartidário,⁴ enquanto o sistema de dois turnos e representação proporcional⁵ tende ao multipartidarismo. Ainda que uma teoria muito criticada, uma vez que esse fato não é sempre observável em todos os Estados democráticos, a contribuição de Duverger para a Ciência Política é de profunda importância, visto que, com sua teoria, ele demonstrou a existência de uma clara relação entre o sistema partidário e o sistema eleitoral. Como exemplo atual, tem-se a recentemente debatida cláusula de barreira,⁶ que naquele momento gerou a dinamização entre partidos buscando fusões para garantir resultados eleitorais positivos e assim se resguardar no novo sistema eleitoral. Hoje há algumas questões sendo levantadas sobre o voto distrital e o voto em lista, cuja implantação, de acordo com a teoria de Duverger, acarretaria em mudanças nos partidos, tais como criações, fusões, coligações e divisões de legendas, além de mudança no comportamento dos eleitores. A contribuição do sociólogo francês, ainda assim, vai além da formulação da lei que leva seu nome, tendo Duverger analisado extensamente outros fatores relevantes para análise da sociologia eleitoral, marcadamente os partidos políticos. Destacam-se, dentre suas obras, *Sociologia Política* (1966) e *Os Partidos Políticos* (1951).

⁴Sistema eleitoral majoritário é um método de seleção através do qual é considerado eleito o candidato que possuir a maioria dos votos. Sistema bipartidário é uma situação política em que apenas dois partidos dividem o poder.

⁵Sistema de dois turnos ocorre quando nenhum candidato obtém a maioria dos votos quando da realização do primeiro pleito, havendo assim segundo turno. Representação proporcional é a representação da população de determinada circunscrição eleitoral, almejando assegurar a participação dos diversos segmentos da sociedade, organizados em partidos políticos. Multipartidarismo é um sistema de partidos em que, ao contrário dos monopartidários em que existe apenas um partido reconhecido, bipartidário em que só existem dois partidos ou apenas dois partidos têm capacidade para lutar pelo poder, existem mais de dois partidos com capacidade para a luta pelo poder.

⁶Segundo a proposta da cláusula de barreira, um partido teria que ter um número mínimo de 5% do total de votos para a Câmara dos Deputados, a fim de que o partido tenha funcionamento parlamentar em qualquer Casa Legislativa em âmbito Federal, Estadual ou Municipal, e tenha direito a uma distribuição maior do Fundo Partidário e possua tempo de Propaganda Partidária.

1.2 Os estudos eleitorais no Brasil

A teoria formulada pelo brasileiro Victor Nunes Leal, que seguiu trajetória similar a de Duverger (dos estudos jurídicos para a Sociologia Política), pode ser considerada como uma das principais teorias sociopolíticas brasileiras. Segundo sua tese, intitulada *Coronelismo, enxada e voto* (1948), o Brasil apresentava um sistema de coronelismo no qual havia uma cadeia de favores, que se estendia desde o relacionamento entre o presidente da República e os governadores dos Estados até o relacionamento entre os coronéis e os trabalhadores rurais. Nesse contexto, as decisões deveriam ser acatadas em todos os níveis para que as reivindicações fossem atendidas, gerando o chamado “voto de cabresto”, em que somente o candidato apoiado pelo coronel é eleito. Além disso, Victor Nunes Leal também especifica outras práticas políticas, como o “filhotismo” e o “mandonismo”. No filhotismo, oriundo de uma burocracia falha, reside um esquema de troca de favores, com os afilhados políticos do coronel sendo lotados na administração pública e gerindo a mesma para a manutenção e o crescimento do poder do coronel, inclusive chegando a usar mão de obra e verba públicas em conflitos políticos. Já o mandonismo é a perseguição aos grupos rivais com a utilização de ordens, como a negação de todo tipo de favor para aqueles que são parte da oposição. Esse modelo ainda é observado por vários pesquisadores em áreas rurais, carentes, ou lugares em que a população ou os trabalhadores não têm seus direitos devidamente assegurados, não sendo difícil encontrar exemplos de casos em jornais.

Outra obra brasileira de destaque é o livro *Os Partidos e as Eleições no Brasil* (1975), organizado por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente), que ressalta a importância das bases socioeconômicas do comportamento eleitoral. Entre outros pontos, o livro nega tanto as teorias preconceituosas em que os eleitores eram considerados uma massa de ignorantes expostos passivamente às propagandas eleitorais, quanto sua abordagem como uma assembleia esclarecida e racional, como sonhavam certos autores iluministas. Esse tipo de trabalho abriu um campo de interseção das Ciências Sociais com estudos sobre mídia e que, mais tarde, se encontraria junto ao *Marketing Eleitoral*.

Mais recentemente, as pesquisas no campo da Ciência Política têm apresentado trabalhos em que a empiria torna-se mais marcante, fazendo uso de análises que consideram aspectos macrossociológicos (classe social, renda, sindicalização, ocupação, nível educacional, religião e etnia) para explicar as dinâmicas eleitorais. A base dessas pesquisas são as condições sociais em que ocorre a eleição e em que se encontram os eleitores; portanto, são consideradas variáveis sociais, econômicas e demográficas e verificadas as possíveis correlações. A conjuntura em que se encontram as instituições políticas, como os partidos, o comportamento político, e o desenvolvimento das ideologias também são levados em conta. As seguintes obras podem ser citadas como exemplos de trabalhos que tentam explicar a dinâmica eleitoral: as teses de doutorado de Monica Mata Machado de Castro, *Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política* (1994, no extinto IUPERJ) e de Yan de Souza Carreirão, *A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais no Brasil (1989/98): a Importância do Voto por Avaliação de Desempenho* (2000, na USP); e a dissertação de mestrado de Elis Rejane Heinemann Radmann, *O Eleitor Brasileiro: Uma Análise do Comportamento Eleitoral* (2001, na UFRGS), dentre outras.

Um cientista político com um trabalho cuja singularidade deve-se destacar envolvendo questões de ideologia é André Singer, da Universidade de São Paulo. Em seu livro *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro* (2000, publicado pela Edusp), ele defende que a identificação ideológica deve ser incorporada à análise do comportamento eleitoral. De acordo com Singer, o eleitor tem certo conhecimento abstrato do que significa esquerda e direita, o que possibilita um posicionamento na categoria ideológica, que mesmo não sendo bem estruturado, reflete um sistema de crenças e assim influencia no voto.

Abordando um aspecto diferente, mas tão importante quanto as outras linhas de pesquisas em eleições, o livro do Jairo Nicolau da IESP/UERJ intitulado *Sistemas Eleitorais* destaca a importância do conhecimento do sistema eleitoral adotado em nosso país, além de apresentar outros modelos de organização eleitoral. O autor aborda questões como eleições majoritárias e proporcionais, turnos eleitorais e outras questões essenciais para entender os diversos sistemas eleitorais.

Nos últimos anos, um trabalho que alcançou bastante destaque na área foi o livro *A Cabeça do Eleitor*, de Alberto Carlos Almeida. Nele, a principal variável é a opinião do eleitor sobre sua própria conjuntura – ou seja, quando o eleitor acha que sua vida está bem ou melhorou, tende a votar no candidato do governo; mas muda para a oposição assim que passa a achar que sua vida está ruim ou piorou;. Essa tese é diametralmente oposta à de Singer, enfatizando a predominância da conjuntura em detrimento da posição ideológica. O autor também aborda outras questões como a imagem do candidato; apesar de seguir os métodos das Ciências Sociais, esse estudo gerou bastante polêmica entre os sociólogos.

1.3 A redemocratização na ótica dos estudos eleitorais

Sob a perspectiva da Ciência Política, as conquistas democráticas do Brasil são abordadas de maneira singular, e significativamente distinta do que é considerado pelo senso comum e mesmo por outras disciplinas. Assim, por exemplo, embora a Ciência Política concorde que a Ditadura Militar resultou em custos civis elevados, esse não é um período de ruptura efetiva, visto que a Ditadura perpetuou as práticas políticas coronelistas (como as descritas por Victor Nunes Leal) que já se encontravam na sociedade naquela época, sendo, portanto, uma continuidade desse modelo. Além disso, parte substancial dos políticos do período da redemocratização eram, grosso modo, os políticos da ditadura – não sendo raro encontrá-los ainda hoje no poder, dos quais José Sarney e Paulo Maluf talvez sejam os maiores exemplos desse caso (inclusive, ambos fizeram parte da base dos governos presidenciais do PSDB 1994-2002 e PT 2002-presente).

Essa análise da Ditadura Militar não suaviza as consequências desse período sobre a sociedade brasileira, mas, antes, traz à tona o conservadorismo político de nossa democracia. Como abordagem sociológica efetiva, a Ciência Política deve, necessariamente, não se prender a senso comuns, sejam acadêmicos ou não. Analisar o período ditatorial e limitar-se a censurá-lo e a tratá-lo como estando apenas restrito ao passado pode acabar sendo uma forma de negligenciar diversas práticas que se perpetuam ainda hoje. O próprio movimento das Diretas Já (1983), é importante lembrar, não pode ser considerado um sucesso total, pois falhou em sua reivindicação de eleger diretamente o próximo presidente; isso só aconteceria em

1989. Cabe reforçar que isso não significa que as Diretas Já não tiveram importância, mas para a Ciência Política ela não foi tão vitoriosa como muitos descrevem. Por outro lado, a impugnação de mandato (“impeachment”) de Fernando Collor, conquanto carregada de alguma ironia (logo na primeira eleição direta pós-ditadura, o presidente é retirado do cargo), demonstrou ser uma experiência eleitoral de maior sucesso que as Diretas Já, posto que não é meramente observada como um vitória contra Collor no poder, mas como um experiência política importante por confirmar, após anos de Ditadura, a eficiência e a eficácia de nossos instrumentos democráticos de freios e contrapesos para regular aqueles que estão no poder.

Essa continuidade política entre o período ditatorial e o democrático pode ser ilustrada pelo próprio Fernando Collor, que iniciou sua carreira política em 1979, exatamente na Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido de sustentação política do governo militar. Após sua impugnação de mandato, assume o vice-presidente Itamar Franco, que pertencia à base política de Collor e que já era político no governo militar, tendo ocupado cargos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e não representando, assim, qualquer ruptura ou inovação no cenário eleitoral. Na eleição seguinte, embora tenha mudado o partido no poder, ainda temos um forte continuísmo com a vitória do sociólogo e ex-ministro da Fazenda do Governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além disso, foi Fernando Henrique quem instituiu um instrumento-chave do conservadorismo em nossa política, permitindo sua própria reeleição.

Com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, setores ideológicos da política aguardavam uma mudança de fato com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em sua quarta candidatura. Todavia, já na campanha eleitoral o PT começara a sinalizar alinhamentos com o conservadorismo político do Brasil, formando alianças com partidos que compunham os governos anteriores e desradicalizando seu discurso. A Carta aos Brasileiros, em que Lula compromete-se a ser moderado politicamente, dando continuidade aos contratos dos governos anteriores e à política monetária, ilustra bem esse alinhamento. Lula é reeleito, e sua sucessora também se elege. Tem-se, assim, nos últimos cinco pleitos, três presidentes, duas reeleições dentre duas possíveis, e dois partidos no poder. Assim, em um breve lapso de

tempo, temos que, na mais alta esfera federal, dos 29 partidos existentes atualmente apenas 4 chegaram ao poder por meio de eleições, e os últimos 18 anos foram dominados pela dicotomia PT/PSDB. Essa tendência à bipolarização em sistemas pluripartidários, conforme visto anteriormente, foi apontada por Duverger.

Esse quadro conservador de desenvolvimento da nossa democracia também é encontrado nas esferas políticas estaduais e municipais, incluindo tanto ligações políticas como parentescos. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, elege-se, em 1988, Marcello Alencar, indicado pelo ex-governador do estado, Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Alencar é substituído por Cesar Maia em 1993, ex-assessor político de Brizola. Na eleição de 1996 vence Luis Paulo Conde, indicado pelo prefeito Cesar Maia e ex-secretário municipal. Ao fim do governo Conde, Cesar Maia retorna vitorioso em 2000, conseguindo reeleger-se em 2004. Já em 2009, com a saída de Cesar Maia, ganha o candidato Eduardo Paes, que foi anteriormente secretário municipal de Cesar Maia. Assim, fica evidente que mesmo no caso em que um candidato não foi diretamente apoiado pelo seu antecessor, desde as eleições de 1988 a cidade do Rio de Janeiro não teve nenhum candidato que não tenha participado de algum governo anterior, o que indica falta de ruptura e inovação.

Não se trata aqui de defender qualquer leitura da política recente brasileira como conservadora ou continuísta, mas de integrar também esses elementos à análise. A crença de que caminhamos para uma democracia “plena” ou “madura”, que credita nossos problemas democráticos a uma suposta “juventude” de apenas pouco mais de 20 anos, é altamente questionável para a Ciência Política. Não existe qualquer comprovação científica de que a democracia brasileira tenha um modelo evolutivo que siga o padrão europeu, como defendem certos intelectuais, segundo o qual chegaremos a um patamar de alta seguridade e transparência. Nossa democracia conjuga, como explicou Da Matta (1991), fortes traços coloniais e paternalistas (como o autoritarismo e o clientelismo), paralelamente aos ideais liberais de liberdade e de igualdade. Assim como no campo das religiões brasileiras, que é difícil ser pensado em termos de pureza ou de modelo, também a nossa política é sincrética, diferenciando-se das concepções do Velho Mundo. Embora diferentes perspectivas possam defender que determinados aspectos e instituições da nossa

democracia se desenvolveram da década de 1980 em diante, a assunção de que esse seja um movimento geral de nosso sistema político não é, senão, falaciosa.

A alternância entre PSDB e PT nas últimas cinco eleições coloca também em pauta questionamentos sobre a existência de uma esquerda e uma direita na prática. Cientistas Políticos como André Singer defendem sua existência, mesmo que de modo abstrato no entendimento do eleitor, mas os estudos de alianças partidárias negam a existência prática dessa tipologia esquerda e direita na política, dada a vasta gama de coligações com alta inconsistência se consideradas distinções ideológicas. Ambas as perspectivas não se excluem, porém. O sociólogo italiano Domenico de Masi, em seu livro *O ócio criativo* (2000), afirma que o custo para que partidos de esquerda cheguem ao poder é o de ter que fazer grandes coligações que depois impossibilitam a implantação do seu próprio programa de governo.

Todavia, devemos lembrar que “direita” e “esquerda” não têm uma definição clara nas Ciências Sociais, podendo, conforme os autores, significar posição e oposição, capitalismo e socialismo, conservadorismo e liberalismo etc. Considerando a complexidade da política, essa tipologia certas vezes não se faz útil, uma vez que podemos encontrar liberais e conservadores que são socialistas ou capitalistas, o que torna difícil trabalhar com uma simples dicotomia. Ademais, por ser um campo em que teoria e militância política podem se encontrar, não raro uma se associa à outra, tornando o terreno por vezes pedregoso e sem uma linha que distinga crenças pessoais de seriedade científica. Essa mistura não torna o debate menos instigante, mas, pelo contrário, deixa mais clara a disputa, sempre presente em qualquer campo científico, entre visões conflitantes de mundo – que não raro podem atender a interesses. O papel do cientista político é estar atento a essas nuances, mantendo, usando o conceito de Bourdieu, uma espécie de “vigilância epistemológica”.

1.4 Propaganda política para a Ciência Política

Para a Ciência Política, as campanhas políticas de cunho marcadamente propagandístico têm bem menos significado nas decisões dos eleitores do que imaginam os políticos. Isso pode ser explicado por dois fatores correlatos: 1) a forte presença de profissionais de propaganda como coordenadores de campanha, o que

também reforça a 2) crença no poder da propaganda como instrumento formador de opiniões. Ora, no campo das Ciências Sociais, sabe-se que a propaganda política é ou não aceita conforme a opinião e os interesses das pessoas, e essas são influenciadas pelas estruturas sociais, econômicas, educacionais, de gênero etc. Dessa forma, é mais acurado falar em termos de uma negociação constante entre eleitores e propaganda política, em vez da postura tradicional do eleitor como massa passiva e manipulável.

Assim, atualmente os esforços e as pesquisas na área da Ciência Política têm se voltado para a análise dos impactos de aspectos sociais e econômicos no comportamento político das sociedades. A principal ideia é que populações com condições sociais e econômicas similares apresentam posicionamentos políticos equivalentes – visto que o comportamento político é oriundo das estruturas sociais. Ainda assim, essas análises têm um tom predominantemente retrospectivo, pendendo para a análise histórica. Embora a Ciência Política seja provavelmente dentro da Sociologia uma das áreas em que os pesquisadores apresentam melhor conhecimento dos métodos quantitativos, valendo-se de um aspecto metodológico significativamente empírico, suas análises pouco estão voltadas para prognósticos e demandas mais práticas da vida política. O livro *O ofício do sociólogo*, de Pierre Bourdieu, inicia com a seguinte frase no prefácio: “O método, escreve Auguste Comte, não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado; ou, pelo menos, não passa de um estudo morto”. Se a Sociologia é uma disciplina empírica, o subcampo da Ciência Política ocupa uma posição privilegiada de proximidade com um objeto. A utilização e a aplicação de dados estatísticos e econômicos na produção de mapas e cartogramas, por meio de modelos do Sistema Geográfico de Informação (SIG) em interface com ferramentas como o Google Earth, é atualmente um campo promissor, em especial em estudos de distribuição e de comportamento do eleitorado, podendo gerar o tipo de informação de que os políticos necessitam. Todavia, por falta de um esforço maior de profissionalização efetiva dos Cientistas Políticos, a geração e a consultoria desse tipo de informação têm ficado nas mãos de Publicitários e Geógrafos.

1.5 Os partidos políticos e as instituições eleitorais

As determinantes do impacto das instituições eleitorais nas estruturas partidárias costumam ser um dos pontos centrais dos estudos eleitorais na Ciência Política. A principal base para essa linha de pesquisa é a Lei de Duverger, com a hipótese de que “o sistema de votação por maioria simples com um único turno favorece sistemas bipartidários” (DUVERGER, 1954, p. 217) e “o sistema de votação por maioria simples com segundo turno e representação proporcional favorece o pluripartidarismo” (DUVERGER, 1954, p. 239). Todavia, certos cientistas políticos têm desafiado essa linha de estudo com pesquisas sobre a relação inversa, ou seja, como os partidos políticos influenciam o Direito Eleitoral. Assim, delinearemos as abordagens dessas pesquisas em que os cientistas políticos buscam salientar a questão política endógena no Direito Eleitoral, principalmente em função dos interesses que motivam essas alterações legislativas.

A Lei causal estabelecida por Duverger (1954) recebeu críticas logo cedo. Por exemplo, Grumm (1958) argumentou que a adoção da representação proporcional na Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suíça e Alemanha ocorreu após esses países já terem sistemas multipartidários. Contudo, essa é uma conclusão restrita, visto que cada um desses países teve experiências anteriores com a representação proporcional e o uso do segundo turno (RIKER, 1982). Entretanto, Grumm (1958) afirmou que quando os partidos políticos conseguem influência no governo, eles modificam as legislações que lhes são desvantajosas. Esse tema geral é recorrente na Ciência Política que estuda as modificações do Direito Eleitoral e Administrativo, com a concepção de que os partidos políticos são orientados por metas em relação à legislação vigente.

Desde Grumm, outros argumentaram similarmente que os partidos políticos são os principais agentes nas alterações das instituições jurídicas, principalmente no Direito Eleitoral e não muito atrás no Direito Administrativo. Especificamente, os partidos alteram as instituições eleitorais com a finalidade de ganhar as eleições. Benoit (2004, 2007) explicou que as instituições eleitorais são mais bem-caracterizadas como instrumentos redistributivos identificados por Tsebelis (1990, p. 104). Como instituições redistributivas, as instituições eleitorais têm propriedades de um jogo de

soma zero, em que os cargos obtidos por um partido são conquistados pelas perdas de outros partidos. De acordo com essa definição, os partidos políticos adotam legislações eleitorais capazes de maximizar o número de cargos obtidos. Boix (1999) trabalhou com a premissa de voto comportamental estratégico de Cox (1997) para concluir que o partido político governante adota instituições eleitorais que cobrem e otimizam o comportamento estratégico que busca manter a fração do partido no poder. Outra concepção estratégica é a de Colomer (2005), que explicita as mudanças nas instituições eleitorais em termos de partidos voltados para a obtenção de gabinetes. Contudo, essa ideia é próxima da hipótese original de Duverger. Todavia, Colomer (2005) afirmou que é o número de partidos que determina o sistema eleitoral adotado. Por exemplo, um sistema partidário com poucos partidos políticos de grande porte popular favorecerá uma simples pluralidade, com pequenas assembleias e distritos de pequenas magnitudes. Assim, esses partidos políticos podem manter seu domínio e seus cargos, por conseguir excluir outros partidos com normas eleitorais não inclusivas. Por outro lado, um sistema partidário com vários partidos vai favorecer a formulação de grandes assembleias e grandes distritos eleitorais, além de representação proporcional. Nesses casos, se nenhum dos partidos é confiante sobre suas chances de ter uma base eleitoral significativa e constante, eles escolherão adotar a representação proporcional para garantir maior chance de conquista de algumas cadeiras no parlamento.

Há refutações sobre essas perspectivas de motivações eleitorais. Elas questionam a capacidade dos partidos políticos de conseguir identificar quais instituições eleitorais seriam as mais vantajosas. Embora não discordem que os partidos buscam estrategicamente certas instituições eleitorais, Andrews e Jackman (2004) explicitam que as informações necessárias são extremamente volumosas para que os partidos políticos consigam, de fato, escolher a instituição eleitoral que certamente maximizará o número de assentos conquistados. Em termos mais restritos, no momento das mudanças eleitorais também ocorrem significativas alterações políticas em paralelo, por exemplo, a adoção da representação proporcional na Alemanha após a Primeira Grande Guerra. Esses são momentos, segundo Andrews e Jackman (2004), em que os partidos políticos e a opinião pública podem mudar rapidamente. Além disso, no século XX a expansão do sufrágio acrescentou maior

complexidade. Assim, Andrews e Jackman (2004) concluem que quando ocorre a estratégia por selecionar determinada instituição jurídica vantajosa no Direito Eleitoral, essa só funciona em expectativas de curto prazo.

Outros autores ainda destacaram a atenção dada à incerteza eleitoral pelos partidos políticos. Benoit e Chiemann (2001) analisaram as escolhas eleitorais em que passaram os partidos políticos na Hungria, quando formulavam uma nova legislação eleitoral em 1989. Naquele momento poderíamos considerar que o maior partido da Hungria, o Fórum Democrático, defenderia a adoção do sistema majoritário simples (voto distrital)⁷ para otimizar sua fração do parlamento. Todavia, como o Partido Fórum Democrático, na Hungria, não dispunha de informações sobre as eleições anteriores, de modo que não tinham como realizar projeções sobre as futuras eleições, o partido defendeu um sistema eleitoral misto, para evitar riscos potenciais de perderem assentos.

De forma similar à perspectiva do partido político orientado para a conquista de gabinetes, outros pesquisadores têm identificado mudanças nas instituições eleitorais orientadas por preferências políticas (BENOIT, 2007). Bawn (1993) examina o processo eleitoral pelo qual a representação proporcional e a eleição de dois turnos foram adotadas pela Alemanha. Ele afirma que essas mudanças foram impulsionadas pelo anseio dos partidos políticos em ampliar sua influência política logo após as tomadas de decisões. Os partidos negociam, conforme os resultados políticos desejados em mente, sobre quais instituições eleitorais devem ser adotadas. Por exemplo, o secular SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), embora aliado com a Unionsfraktion, um dos maiores partidos políticos da Alemanha – na forma de uma plataforma eleitoral formada pelo CDU (*Christlich Demokratische*

⁷O voto distrital é uma forma de sistema eleitoral de maioria simples. Esse é um sistema em que cada membro do parlamento é eleito individualmente nos limites geográficos de um distrito pela maioria dos votos. Para tanto, o país é dividido em determinado número de distritos eleitorais, normalmente com população semelhante entre si, cada qual elegendo um dos políticos que comporão o parlamento. Esse sistema eleitoral contrasta com a eleição proporcional, no qual a votação é feita para eleger múltiplos parlamentares proporcionalmente ao número total de votos recebido por um partido, por uma lista do partido ou por candidatos individualmente.

Union Deutschlands) e CSU (Christlich-Soziale Union in Bayern) – apoiou a representação proporcional, pois esta moderaria possíveis resultados políticos de uma coligação entre a Unionsfraktion (CDU/CSU) e a FDP (Freie Demokratische Partei). Embora a FDP seja um partido mais centrista que a SPD, eles são ambos seculares, de forma que a representação proporcional consegue moderar os resultados políticos oriundos de uma coligação entre a CDU/CSU e a FDP, quando a SPD não estiver no poder (BAWN, 1993). A grande diferença, portanto, entre as perspectivas sobre resultados políticos e sucessos eleitorais é que no primeiro os partidos políticos não tomam decisões apenas conforme a legislação eleitoral que favorecerá mais a conquista de votos e assentos de acordo com suas preferências – na verdade, consideram um cálculo em função das possibilidades que os outros partidos apresentam e, desse modo, elaboram sua opinião sobre quais instituições eleitorais servem melhor aos interesses do partido (BENOIT, 2004).

Tanto a concepção de procura por resultados políticos como a busca por vitórias eleitorais estão pautadas na premissa de que os partidos políticos em geral trabalham para a autopromoção de seus objetivos. Contudo, pesquisadores têm apontado para outras questões que não estão tão centralizadas nos partidos políticos em face das instituições eleitorais. A maior parte dessa literatura envolve democracias emergentes ou a pressão da opinião pública. Por exemplo, pode haver questões sobre a adoção de legislações eleitorais que favoreçam um governo mais responsável que os anteriores, assim mais transparente e governável (NORRIS, 1997). Norris (1997) afirma que políticos reformistas e constituintes gravitam em direção a um sistema majoritário, para que os partidos políticos, uma vez no cargo, não sejam obstruídos politicamente por partidos menores. Essa prática é defendida tanto por permitir uma forma mais efetiva de governar como por gerar maior transparência administrativa, uma vez que nesse modelo o partido político governante pode ser mais facilmente identificado com as políticas públicas implementadas em seu mandato. Por outro lado, os políticos que buscam incorporar na política as diversas “vozes” da sociedade por um modelo de decisão consensual trabalham pela adoção da representação proporcional, mas que, supostamente, tem o custo de comprometer a governabilidade e a transparência. Os trabalhos de Dunleavy e Margetts (1995) partem do mesmo argumento quando explicam a adoção de sistemas eleitorais mistos, pelo fato de que teoricamente nesses

sistemas haverá representação, governabilidade e transparência. Próximo às questões que circundam governabilidade, representação e transparência, os partidos políticos encaram alterações nas instituições eleitorais para solucionar atritos entre o governo e a sociedade; um desses problemas é a questão étnica. Nesse caso, Horowitz (1985) cita dois exemplos, a Nigéria e o Sri-Lanka, onde as instituições eleitorais foram modificadas a fim de resolver conflitos entre grupos étnicos dessas sociedades. Especialmente no Sri-Lanka, onde o principal partido recebeu somente entre 30%–40% dos votos, a representação proporcional foi adotada para acalmar os grupos étnicos (HOROWITZ, 1985, p. 639). Todavia, Norris (1997) aponta que a adoção da representação proporcional pode de fato ampliar os conflitos em vez de resolver as tensões entre os diferentes grupos. Entretanto, a posição de Horowitz (1985) é alinhada à perspectiva de Rokkan (1970), que argumenta que em uma sociedade heterogênea há vontade para promover a adoção da representação proporcional. Contudo, Horowitz acrescentou que os partidos políticos têm certo objetivo na adoção de tais Leis.

Várias são as possibilidades consideradas para as motivações que levam os partidos políticos a alterarem as instituições eleitorais. Contudo, independentemente das motivações, quais fatores influenciam os partidos políticos a gerar essas mudanças? A literatura específica defende que os partidos políticos têm orientações de gabinetes (BENOIT, 2004, 2007; BOIX, 1999; COLOMER, 2005) e uma vez que esses interesses sejam saciados, os partidos deixam de propor alterações nas legislações eleitorais. Todavia, mesmo quando o Direito Eleitoral não beneficia certo partido político como antes, nem sempre esse partido está capacitado politicamente para alterar as instituições eleitorais em seu favor. Segundo Benoit (2004), existe um custo de transação para mudar as instituições eleitorais, e esse custo pode inibir ou até impedir que o partido inicie a mudança legislativa, apesar de seu interesse. Esses custos incluem questões como uma possível impopularidade do novo sistema eleitoral, o mau funcionamento desse sistema e a dificuldade em mudar as instituições sem saber qual será o esforço necessário para o partido. Somado a isso, Benoit (2004) explica que se a legislação eleitoral for alterada muitas vezes, logo em seguida a população passa a reconhecer a tentativa repetida de um partido político em ganhar, de forma injusta, vantagens eleitorais, passando então a ser avaliado negativamente pelos eleitores. Similarmente, seguindo as conclusões de Andrews e

Jackman (2004), os partidos políticos só devem fazer alterações na legislação eleitoral como consequência de maiores eventos políticos que tornam a oportunidade disponível.

Assim, a Ciência Política, no que diz respeito às eleições, considera tanto pesquisas que afirmam que são os partidos políticos que influenciam as instituições eleitorais, quanto a posição em contraste, na qual as instituições eleitorais é que moldam o desenvolvimento político partidário. Somado a isso, os pesquisadores também divergem sobre as motivações que geram alterações no Direito Eleitoral. Contudo, a explicação mais utilizada é a de que os partidos políticos têm como principal objetivo maximizar sua participação no governo, aumentando seu número de assentos, embora alguns afirmem que os partidos políticos têm interesses para além dos resultados eleitorais. Surge, assim, uma questão importante para o estudo eleitoral: é possível que pesquisas relacionadas à Lei de Duverger coabitem cientificamente com a concepção de sistemas eleitorais endógenos? Ou uma linha de pesquisa anula a outra? Esses são questionamentos importantes, mas, como demonstra o trabalho de Andrews e Jackman, há espaço na Ciência Política para que uma complemente a outra. A adoção de novas instituições eleitorais engendra novos partidos políticos produzindo, assim, novos cenários estratégicos. Uma análise mais profunda das motivações e, especialmente, das conjunturas políticas que cercam as alterações legislativas é necessária para uma possível integração das linhas de pesquisas.

1.6 Coesão política e disciplina partidária

Se por um lado os partidos políticos apresentam-se na eleição com uma identidade distinta face aos outros partidos concorrentes, em uma análise da política legislativa encontramos fortes conflitos com essa percepção. Fragmentação, polarização ideológica, coalizões espúrias e diferentes níveis de institucionalização partidária compartilham, com a ideia de unidade política, um importante papel na dinâmica legislativa e em seus desdobramentos, como nas eleições e nomeações. Contudo, essas implicações derivam de diferentes níveis de unidade partidária que estão de certo modo distantes das fronteiras da política legislativa.

Logo que é comprometida a ideia de que os partidos políticos são atores unitários e coerentes, a Ciência Política encontra o desafio de responder determinadas questões que extrapolam as explicações legais. Afinal, quem o legislador representa de fato? Como eles elaboram suas decisões? Quem é afetado pelos resultados legislativos? Esses são alguns questionamentos identificados na extensa literatura específica sobre disciplina partidária em razão da relevância da política legislativa em vários debates e, ao mesmo tempo, a complexidade em face das múltiplas variáveis que intervêm nas possíveis explicações que consideramos o fato de um político apoiar ou não a posição do partido como uma forma de entender a verdadeira dinâmica e os desdobramentos da democracia.

Um fato amplamente aceito na Ciência Política é que a unidade partidária é uma função simples de dois fatores: coesão e disciplina. Um grupo de legisladores é considerado coeso quando vota em conjunto, como resultado do compartilhamento de objetivos e crenças; a disciplina, por outro lado, é baseada no voto em conjunto oriundo de demandas específicas e de influências dos líderes partidários (MORGENSTERN 2004).⁸ Nessa linha, enquanto o primeiro fator pode ser considerado um delineador de caráter de alguns partidos políticos, o segundo já não é uma garantia. Essa ideia é pautada em interesses competitivos que orientam os legisladores a dividir suas ações entre antes e depois de eleito, assim balanceando o quanto eles representam o partido político e o quanto eles representam seus eleitores e aliados que o apoiaram nas urnas (CAREY, 2008), ou o quanto eles buscam obter bens públicos nacionais ou locais (CRIST, 2004), ou o quanto eles delegam poder ou não para melhor alcançar resultados coletivos (COX, 1993, 2005; ALDRICH, 1995) etc. Hermeticamente os legisladores encaram a necessidade de tomar decisões que, para além de suas aspirações de carreira política, estão muito longe de serem sem qualquer tipo de custo. Nem essas decisões estão livres de determinantes. Considerando os estudos específicos sobre a disciplina partidária legislativa, encontramos três grandes áreas: as determinantes da disciplina

⁸Carey e Shugart (2008) incluem controle de agenda como um terceiro mecanismo que deve produzir unidade partidária nas votações legislativas, mas há quem considere esse mecanismo somente como uma forma de gerar disciplina partidária.

partidária, o debate sobre a forma mais correta de analisar e as consequências da disciplina partidária para entender os desdobramentos políticos.

Que variáveis afetam a disciplina partidária? Assumindo que os legisladores são meramente orientados mentalmente pela busca da reeleição (MAYHEW, 1974), e assumindo que não há uma disciplina natural de fato, a principal fonte de disciplina é encontrada na capacidade dos líderes partidários em controlar e influenciar as carreiras políticas de seus legisladores. Embora o objetivo final e inequívoco seja a reeleição, os diferentes momentos associados a certos arranjos institucionais é que delimitam os incentivos e as decisões dos legisladores, de modo que devem assim afetar o nível de disciplina da legislatura. O processo de seleção dos candidatos, o sistema eleitoral, a organização interna da legislatura e a distribuição de recursos conforme o partido desenham as motivações do legislador e o grau de autonomia e respeito pelos partidos políticos (AMES, 2002).

A dimensão em que os legisladores de determinado partido político vão votar em bloco ou de maneira independente um dos outros é fortemente relacionada com as regras com as quais os legisladores tornaram-se anteriormente candidatos e venceram as eleições (MAINWARING, 2002). Nas situações em que as nomeações são centralizadas pelos líderes partidários nacionais, espera-se que os legisladores estejam mais inclinados a votar conforme a linha do partido político (i.e., JONES, 2002; CRISP, 2004; CAREY, 2008; SAMUELS, 2004; SIEBERER, 2006). Nos processos de nomeações descentralizadas (descentralização territorial), como nas federações, os líderes partidários regionais têm maior controle sobre as carreiras políticas dos legisladores. Outro ponto importante é que quanto mais centralizado o processo de nomeação, mais dependente é a carreira política em função da estrutura do partido político, visto que a possibilidade de ser reeleito (ambição estática) ou de ganhar acesso a melhores cargos (ambição progressiva) funciona como incentivo para que os políticos mantenham boas relações com os líderes partidários (SCHLESINGER, 1991; HERRICK, 1993; SAMUELS, 2002). Por outro lado, em um sistema de primárias há maior descentralização, uma vez que há um compromisso com uma base mais fragmentada de eleitores partidários no lugar de líderes.

Os sistemas eleitorais também explicam o grau em que os legisladores sentem-se ligados aos seus respectivos partidos políticos. Ames (2001 e 2002) defende a hipótese de que deputados com votos mais concentrados e/ou conglomerados devem ter um relacionamento mais próximo com seus eleitores. Assim como cédulas eleitorais, pesquisas eleitorais, tipo de voto e a magnitude dos distritos determinam a forma como as cadeiras legislativas são distribuídas e afetam a dimensão em que cada político individualmente pode beneficiar-se com o desenvolvimento de uma reputação pessoal e/ou coletiva (CAREY, 1995; MAINWARING, 2002; NACIF, 2002; CRISP, 2004; CAREY, 2008). A lógica por trás desse argumento afirma que: a) os líderes partidários controlam não somente o acesso ao partido político, mas também a distribuição dos candidatos nas cédulas eleitorais; b) os votos obtidos por um candidato contribuem para os votos ganhos por um partido como um todo; e c) aos eleitores somente é permitido votar em um único candidato ou em uma lista de partido (tipo de votação adotada). Esses pontos contribuem para avaliar os custos e os benefícios relacionados com a escolha entre as motivações individuais e coletivas dos legisladores. Nos sistemas eleitorais em que um desses aspectos é significativamente dependente dos partidos políticos (como o voto em lista fechada nas representações proporcionais) combinados com distritos eleitorais de peso, os impulsos individuais ou bairristas podem ser penalizados por líderes partidários nacionais. Todavia, nos sistemas com listas abertas as carreiras políticas dos legisladores dependem mais dos seus eleitores e, desse modo, eles são mais inclinados em manter boas relações com o eleitorado, o que resulta em maior competição intrapartidária entre os correligionários (NETO 2002).⁹

A lógica mencionada funciona mantendo certos pressupostos que não podem ser tomados como garantidos na realidade. O raciocínio fica ainda mais complexo com a possibilidade de reeleição e quando a liderança partidária é fragmentada em vários territórios eleitorais (estados, condados, municípios, distritos, zonas etc.). Quando o Direito Eleitoral não permite a reeleição, como Nacif (2002) indica no caso mexicano, ou quando a taxa de reeleição é baixa por causa de regras partidárias internas,

⁹Importante destacar que a forma de captação de recursos financeiros de campanha e sua distribuição (centralizada ou descentralizada) também afetam a concorrência intrapartidária e os laços políticos com o partido (MORGENSTERN, 2004).

como Jones (2001) apresenta no caso argentino, os incentivos dos legisladores devem se alterar. Por outro lado, nas federações, ou em Estados unitários com fortes governos subnacionais, os governadores ou líderes partidários regionais são variáveis que precisam ser consideradas na análise do grau de disciplina partidária (JONES, 2005). Poucos líderes nacionais não têm um controle ambíguo nas nomeações, porque, na maioria dos casos, esse poder é dividido com líderes regionais e o eleitorado (MORGENSTERN, 2002). No caso de reeleição, tanto mais a carreira política depender dos líderes partidários seja para se reeleger ou para ocupar cargos mais importantes, a disciplina partidária continuará funcionando (SAMUELS, 2002; JONES, 2005). Contudo, quando a carreira depende do partido em um nível subnacional (municipal, estadual etc.), a questão da disciplina partidária carece de uma explicação mais profunda.

O controle das carreiras políticas pelos líderes partidários não está limitado ao período eleitoral. Recursos controlados e regimentos internos das legislaturas podem atuar como peças chaves na explicação dos graus de disciplina partidária. De acordo com Morgenstern (2004), os líderes partidários também controlam os votos necessários para a aprovação de políticas públicas, fundos de campanha, distribuição de recursos, alocação de “projetos beneficentes”¹⁰ e oportunidades. Por exemplo, Ames (2002) afirma que a realização de inferências na força dos líderes partidários é necessária para avaliar a importância de outras determinantes na votação partidária, como os resultados dos “projetos beneficentes”. Já Figueiredo e Limongi (2000), em seus estudos sobre o caso brasileiro, afirmam que fatores institucionais como os poderes executivo e legislativo e a organização centralizada do trabalho parlamentar podem explicar altos graus de disciplina partidária, mesmo quando as regras eleitorais podem projetar resultados opostos. Uma agenda que estabelece poder implica em que aqueles que controlam o fluxo legislativo sempre buscarão minimizar o acesso das medidas que podem dividir os seus respectivos

¹⁰A ideia de “projetos beneficentes” aqui é uma tradução do inglês “pork barrel” que é a apropriação de gastos governamentais para projetos georreferenciados a fim de enriquecer determinados distritos eleitoral de certos políticos. Esses projetos deixam de ter mera característica técnica para atender interesses essencialmente políticos.

partidos; essa questão é extremamente relevante para as partidos com grandes bancadas ou membros de coligações no legislativo.

Outros pontos levantados sobre a questão da disciplina partidária diferenciam partidos de governo e oposição, abrindo uma nova fronteira no debate sobre as determinantes disciplinares e movendo o foco da análise da comparação entre Estados para uma intraestatal. Na análise de Thames (2007) sobre disciplina partidária na Ucrânia na e Rússia, é afirmado que a baixa institucionalização partidária com fracas conexões com o eleitorado tendem a menor disciplina partidária. O comportamento dos legisladores também deve mudar conforme a questão em pauta (SNYDER, 2000). Questões como tributação, assistência social e orçamento público evidenciam a influência partidária no congresso dos Estados Unidos da América. O tipo de partido político também deve determinar a disciplina na votação. Em uma análise feita por Rahat (2007) no parlamento israelense foi observado que partidos políticos extremistas e esquerdistas tendem a ser mais disciplinados nas votações e em outras questões políticas.

A literatura específica também vem se engajando em discutir de forma relevante qual seria a maneira mais apropriada de medir a disciplina partidária. Por enquanto, a forma mais comum de medir a disciplina partidária é de acordo com as listas de votações nominais. Todavia, para alguns pesquisadores esse método não é o ideal. Samuels (2004) destaca que as votações nominais não levam em conta os processos de proposições legislativas. Além disso, votações nominais não fazem parte de um número substancial de legislaturas. Já Carubba et al. (2006) apontam que as votações nominais não são uma amostra aleatória, mas o resultado de seleções controladas por líderes partidários, em face das propostas legislativas, baseadas em suas expectativas entorno da coesão partidária e das características de conflito que a votação pode representar. Em outro trabalho, Mustapic (2000) analisa as relações entre o executivo e o legislativo na Argentina e indica que as votações nominais são consideradas instrumentos dos líderes partidários para controlar a disciplina em suas bancadas. Krehbiel (2000) defende uma posição controversa sobre a questão, em seu trabalho sobre disciplina e partidos políticos, é utilizada uma medida pautada em votos que distingue comportamento legislativo partidário de não partidário. Desse modo, a votação unificada pode ser resultado de

uma preferência homogênea entre os correligionários, e não um efeito de partidarismo ou força da liderança política em face de preferências divergentes. Se esses aspectos forem corretos, então a disciplina partidária pode estar sofrendo de um problema endogênico (CRUBBA et al., 2000).

Logo, quando observamos a disciplina partidária como uma variável, vários aspectos são destacados por diferentes pesquisadores. A estrutura de incentivos envolvida na disciplina partidária pode produzir alguns dos seguintes dilemas: a importância da reputação do partido político em controlar suas legislaturas em face da reputação individual do político frente ao seu eleitorado para ser reeleito (NACIF, 2002); trabalhar para garantir a produção de bens públicos nacionais frente a bens públicos locais (CRISP, 2004); votação unificada *versus* autonomia do legislador (AMES, 2002); pré-comprometimento com a sigla do partido que levou o político ao mandato frente aos pós-comprometimento com os interesses da sua localidade eleitoral (GROSSMAN, 2005); governabilidade e mandonismo frente a representação dos interesses dos eleitores (CAREY, 2008; SIAVELIS, 2008). Além desses dilemas, há um problema por trás disso tudo, que é a existência de mais de uma entidade importante para o legislador: o partido político no âmbito nacional, subnacional, local, os grupos de interesses e os eleitores.

2 AS COLIGAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Analizamos na pesquisa as coligações das eleições de 2004 e 2008, em 13 municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹¹; totalizando 53 coligações em 2004 e 40 coligações partidárias em 2008, distinguindo-se assim da tendência de aumento do total de coligações observada por Carreirão (2006), ao pesquisar as eleições de 1988 a 2000.

A média de coligações em 2004 foi de 4,08 coligações/cidade e, em 2008, de 3,07 coligações/cidade. Todas as 13 cidades analisadas, nos dois pleitos, apresentaram coligações. O mínimo de coligações observadas em 2004 foi de duas coligações em Itaboraí, e o máximo de seis coligações no Rio de Janeiro. Em 2008, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Nova Iguaçu e São João de Meriti apresentaram somente duas coligações, e as cidades de Itaboraí e do Rio de Janeiro foram as únicas a apresentar cinco coligações, o máximo em 2008.

De maneira esquemática, é possível identificar duas abordagens às coligações partidárias. A perspectiva ideológica julga que a coligação é um instrumento que permite que partidos que se encontram próximos uns dos outros no espectro esquerda-direita ampliem suas chances de vitória contra adversários situados em posição oposta. Já a perspectiva pragmática acredita que os competidores com chances reais na disputa buscam o maior número possível de apoios, não importa de onde venham, a fim de garantir a máxima vantagem sobre seus adversários (MACHADO & MIGUEL, 2007).

Nas análises das coligações realizadas nos municípios estudados, utilizaremos as duas perspectivas analíticas. Porém, devemos atentar para o observado por Machado e Miguel (2007) na dinâmica das coligações, pois, “o arranjo institucional

¹¹Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.

brasileiro tem privilegiado a constituição de coligações, independentemente da orientação ideológica dos participantes.”

2.1 Belford Roxo

Em Belford Roxo, podemos notar uma redução no total de coligações: de cinco em 2004 para três em 2008. O PMDB manteve-se como líder de coligação nas duas eleições, sendo que na de 2008 incorporou em sua coligação o PL (já como PR) e o PP, que haviam sido líderes de coligação em 2004. PDT e PTB, líderes de coligação em 2004, sequer coligaram em 2008.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Coligação Belford Roxo levado a sério	PL (PR)	PT/ PSL/ PTN/ PL (PR)/ PTC/ PSB/ PRP/ PSDB
Frente Brizolista	PDT	PDT/ PAN
Reconstruir Belford Roxo	PMDB	PMDB/ PSC/ PS/ PSDC/ PRTB/ PHS/ PMN/ PV/ PRONA (PR)/ PT do B
Nova opção	PP	PP/ PFL (DEM)
Trabalho e cidadania	PTB	PTB/ PC do B

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Uma cidade para todos	PT	PRB/ PT/ PSL/ PPS/ PSB
Chegou a hora de muda (sic)!	PC do B	PC do B/ PTN
Totalmente Belford Roxo	PMDB	PMN/ PTC/ PMDB/ PRP/ PSC/ PSDC/ PR/ PP/ PHS

2.2 Duque de Caxias

Em Duque de Caxias houve uma pequena redução no total de coligações: de quatro em 2004 para três em 2008. A exemplo do que ocorreu em Belford Roxo, o PMDB foi o único partido que manteve-se como líder de coligação nas duas eleições; nas eleições municipais de 2008, ele contou com dois partidos que haviam sido líderes de coligação em 2004: o PSB e o PDT.

O PFL (DEM), líder de coligação em 2004, fez parte da coligação encabeçada pelo PSDB em 2008, configurando assim um cenário em que foi o PMDB o partido mais fortalecido nos dois pleitos, pois manteve sua liderança nas alianças de que participou e incorporou dois dos três partidos que foram seus rivais nas eleições anteriores.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Caxias para todos	PFL (DEM)	PTB/ PFL (DEM)/ PRTB
Frente melhor para Caxias	PSB	PSB/ PT/ PC do B/ PCB/ PRONA (PR)
Caxias quer mais	PMDB	PMDB/ PPS/ PSC/ PMN/ PSL/ PHS/ PL (PR)/ PTC/ PSDC
União pelo trabalho	PDT	PP/ PDT/ PTN/ PAN/ PV/ PSDB/ PT do B

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Trabalho e respeito	PSDB	PSDB/ PT do B/ PSDC/ PP/ PSC/ PV/ PSL/ PR/ DEM/ PTN
Frente de esquerda	PSOL	PSOL/ PCB/ PSTU
Grande coligação	PMDB	PC do B/ PDT/ PMN/ PTC/ PTB/ PMDB/ PRP/ PT/ PSB/ PHS/ PRTB/ PPS/ PRB

2.3 Itaboraí

No caso de Itaboraí, percebe-se claramente que houve um rearranjo no quadro político municipal entre as duas eleições: número de coligações, quantidade de partidos em cada aliança, líderes de coligação e siglas aliadas – ou seja, todas as variáveis analisadas foram modificadas de um pleito para o outro.

Se em 2004 foram formadas duas grandes coligações, uma com oito, outra com 13 partidos, em 2008 percebe-se uma fragmentação das alianças, que agora contam com um mínimo de dois e um máximo de seis partidos. Se o PT foi o único a ser líder de coligação nas duas eleições, as condições sob as quais ele o é em 2008 em muito divergem da anterior, pois sua coligação agora conta com dois outros partidos de menor expressão: PPS e PV (que foram concorrentes em 2004), caracterizando assim a perda de todos os seus aliados anteriores. Os partidos menores, aliás, ganham força nas eleições de 2008: PSC e PTN são líderes de coligações que contam com partidos como PMDB e DEM, respectivamente.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Competência e trabalho	PMDB	PDT/ PMDB/ PSL/ PTN/ PSC/ PL (PR)/ PPS/ PRTB/ PHS/ PMN/ PTC/ PV/ PRP
Itaboraí popular	PT	PT/ PTB/ PAN/ PSDC/ PSDB/ PRONA (PR)/ PC do B/ PT do B

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Para mudar de verdade	PSC	PSC/ PSL/ PSDC/ PMDB/ PSB
Frente popular	PT	PT/ PPS/ PV
Muda Itaborai	PTN	PR/PTN/DEM/PC do B/PRTB/PRP
Liberdade e vitória	PTB	PTB/ PHS
A certeza de um bom governo	PP	PTC/ PP/ PSDB/ PDT/ PT do B/ PRB

2.4 Itaguaí

No município de Itaguaí houve uma redução acentuada do número de coligações: em 2004 contamos cinco coligações, cada uma com um número de partidos aliados variando entre dois e sete; já em 2008, há somente duas coligações – uma redução de 60%: uma coligação com apenas dois partidos, liderada pelo PSC, e outra com 16, liderada pelo PMDB. Tanto o PSC quanto o PMDB também foram líderes de coligação em 2004, mas em 2008 o PMDB conseguiu incorporar em sua aliança partidos que antes eram coligados com o PSC, de maneira que este último teve sua força política em termos de aliança minada, ao passo que o PMDB conseguiu incorporar novos aliados, em especial entre os partidos grandes. Dos grandes partidos, somente o PSDB, que lançou candidatura própria, não se aliou ao PMDB em 2008.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Amo Itaguaí	PSC	PSC/ PTC/ PMN/ PSB/ PSDC/ PP/ PT do B
Unidos por um Itaguaí melhor (UPIM)	PMDB	PMDB/ PL (PR)
Renovação já!	PPS	PPS/ PHS/ PRONA (PR)
Coligação Itaguaí VAI mudar (IVM)	PFL (DEM)	PDT/ PTB/ PSL/ PTN/ PFL (DEM)/ PRP
Vitória de Itaguaí com desenvolvimento e amor (VIDA)	PT	PT/ PV/ PSDB/ PC do B

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Amor, trabalho e fé	PSC	PTC/ PSC
Itaguaí esta mudando	PMDB	PR/ PMDB/ PDT/ DEM/ PV/ PMN/ PSDC/ PTN/ PRP/ PPS/ PT do B/ PTB/ PT/ PP/ PRB/ PC do B

2.5 Magé

Em Magé o PMDB foi o único partido a liderar coligação nas duas eleições, e em ambas esteve coligado com partidos diferentes.

PSC e PTC, que estavam coligados em 2004, passaram a compor coligações diferentes em 2008. O PRB, que liderou uma das coligações em 2008, em 2004 não aparecia coligado a nenhum outro partido. Por sua vez, o PT, apesar de ter liderado uma das coligações de 2004, em 2008 passou a compor a coligação do PRB. O PDT seguiu uma tendência contrária ao PT, passando de mero coligado em 2004 para líder de coligação em 2008.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Coligação da cidadania cristã	PSC	PSC/ PTC
Magé do futuro	PMDB	PMDB/ PMN/ PRONA (PR)/ PT do B/ PRP
Frente Magé no rumo certo	PT	PT/ PSDB/ PSB/ PDT/ PPS/ PSDC/ PAN/ PTB
Magé mais você	PL (PR)	PL (PR)/ PV

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Dignidade e respeito pelo povo Mageense	PRB	PC do B/ PTB/ PV/ PT do B/ PT/ PSC/ PSDB/ PHS/ PRB
Por um novo amanhecer	PMDB	PMDB/ PSL/ PTC/ PSDC/ PSB/ PP/ DEM
Magé de mãos limpas	PDT	PDT/ PRP

2.6 Mangaratiba

No município de Mangaratiba, embora tenha ocorrido uma redução de 50% no número de coligações que disputaram o pleito de 2008, temos que notar a manutenção do PMDB como líder de coligação no município e a concentração de partidos em sua coligação.

Se no pleito de 2004 o PMDB liderou uma coligação com mais quatro partidos, em 2008 sua coligação concentrou 17 partidos, um crescimento de 400% no tamanho da coligação. Além disso, temos de ressaltar que os quatro partidos que coligaram com o PMDB em 2004 mantiveram-se coligados na eleição de 2008.

O PSC liderou uma coligação de 12 partidos em 2004 (à época, PRONA e PL eram partidos diferentes), mas não manteve a liderança em 2008, incorporando-se assim à aliança do PMDB, tal como boa parte de seus coligados em 2008 o fez. Dessa forma, na eleição de 2008 no município de Mangaratiba houve praticamente uma fusão entre duas coligações entre um pleito e outro.

Na coligação adversária ao PMDB em 2008, liderada pelo PR (PRONA e PL), somente o PC do B e o PRB não apareciam coligados a nenhum outro partido na eleição de 2004.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Energia para crescer	PMDB	PT/ PMDB/ PFL (DEM)/ PHS/ PTC
Por amor a Mangaratiba	PSC	PTB/ PSL/ PSC/ PL (PR)/ PPS/ PSDC/ PRTB/ PMN/ PV/ PSDB/ PRONA (PR)/ PT do B
PP / PAN / PTN / PRP	PP	PP/ PAN/ PTN/ PRP
Unidos por Mangaratiba melhor	PDT	PDT/ PSB

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Por amor a Mangaratiba	PMDB	PDT/ PTC/ PTB/ PMDB/ PV/ DEM/ PT do B/ PT/ PSDC/ PSC/ PSDB/ PP/ PHS/ PTN/ PRTB/ PPS/ PMN
Renova Mangaratiba	PR	PC do B/ PSL/ PR/ PRP/ PRB

2.7 Nilópolis

Em Nilópolis, apenas o PP manteve-se como líder de coligação nas duas eleições; ainda assim, a coligação de 2008 conta com apenas um dos sete partidos que compuseram a aliança em 2004, mas incorporou todos os partidos da coligação do PT em 2004, incluindo o próprio PT e excluindo o PC do B, que firmou aliança com o PMDB em 2008. A coligação partidária liderada pelo PMDB, aliás, contou somente com o PC do B e o PR, partido político originário da fusão entre PRONA e PL, os quais estavam coligados a grupos políticos diferentes em 2004.

O PMN em 2008 foi um caso interessante, pois não estava coligado a nenhum outro no pleito de 2004, mas na eleição seguintes figurou como líder da coligação que agregou alguns partidos que haviam sido adversários entre si na eleição de 2004, como por exemplo, PHS, PFL (DEM) e PSL.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Oposição de verdade	PRONA (PR)	PHS/ PRONA (PR)
Frente alternativa Nilopolitana	PRTB	PTN/ PSDC/ PRTB
Por amor a Nilópolis o trabalho continua	PP	PP/ PMDB/ PFL (DEM)/ PSC/ PAN/ PTC/ PSB/ PV
Reação popular democrática	PDT	PDT/ PSL/ PL (PR)/ PRP
Unidos para mudar	PT	PT/ PTB/ PC do B/ PT do B

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Avança Nilópolis	PMN	PMN/ PSL/ PTC/ DEM/ PSC/ PSDC/ PHS/ PTN/ PRTB
Competência e coragem para mudar Nilópolis	PMDB	PC do B/ PR/ PMDB
Comunidade merece respeito	PP	PP/ PDT/ PRB/ PTB/ PSDB/ PPS/ PSB/ PT do B/ PT

2.8 Niterói

No município de Niterói houve uma redução no número de coligações que disputaram a eleição em 2008. Dos partidos líderes de coligação em 2004, somente o PT manteve-se como líder em 2008. O PMDB, que havia liderado em 2004, coligou com o PT.

A coligação de apenas dois partidos encabeçada pelo PSDB em 2004 foi desfeita em 2008, tendo o PTN passado a compor a coligação do PT, e o PSDB lançado candidatura própria. O PTC, que também havia liderado uma coligação em 2004, passou a compor a coligação do PT em 2008; o PAN não coligou com nenhum outro partido.

Na disputa eleitoral de 2008, o PDT e o PSOL lideraram coligações. O PDT, que não havia coligado com nenhum outro partido em 2004, passou a congregar em sua aliança alguns partidos adversários na disputa de 2004, tais como PTB, PFL (DEM) e PP. O PSOL, por sua vez, congregou em sua coligação somente partidos políticos de esquerda,¹² daí derivando o nome da coligação: FRENTE DE ESQUERDA. O PC do B, outro partido de esquerda, coligou com o PT.

¹²Segundo FIGUEIREDO (1999) essa classificação é possível pois “os partidos apresentaram considerável coesão média no período [pesquisado] como um todo. (...) O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda.”

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Reconduzindo Niterói	PTC	PTC/ PAN
Renova Niterói	PSDB	PTN/ PSDB
Unidos pelo bem de Niterói	PT	PT/ PTB/ PCB/ PPS/ PHS/ PSB/ PV/ PRP/ PRONA (PR)/ PC do B/ PT do B
Coligação Niterói agora e rumo ao futuro	PL (PR)	PSL/ PSC/ PL (PR)/ PFL (DEM)
Coligação Niterói melhor	PMDB	PP/ PMDB/ PMN

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Uniao por Niteroi	PDT	PDT/ PRB/ PR/ PMN/ PSDC/ PV/ PTB/ PT do B/ PPS/ PP/ DEM/ PSB
Frente de esquerda	PSOL	PCB/ PSOL/ PSTU
Renova Niterói	PT	PC do B/ PSL/ PTC/ PMDB/ PRP/ PT/ PSC/ PTN/ PRTB

2.9 Nova Iguaçu

No município de Nova Iguaçu, dois dos partidos que lideraram coligações na eleição de 2004, PT e PMDB, mantiveram-se na condição de líderes na eleição de 2008. Rivais nas eleições de 2004, PTB e PT coligaram-se em 2008, sob a liderança do último. Os partidos PAN e PTC, aliados do PTB em 2004, não coligaram a nenhum outro partido em 2008.

Se compararmos a composição das coligações do PT e do PMDB nos dois pleitos estudados, veremos que entre os dois partidos houve uma troca de aliados, de

modo que alguns partidos que apoiaram um dos líderes em 2004 passaram a compor a coligação adversária em 2008.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Hora da mudança	PT	PT/ PFL (DEM)/ PSB/ PSDB/ PC do B
Crescer sempre com Deus e o povo	PMDB	PP/ PDT/ PMDB/ PSL/ PTN/ PSC/ PL (PR)/ PPS/ PSDC/ PRTB/ PHS/ PMN/ PV/ PRP/ PRONA (PR)/ PT do B
Mudar para melhor	PTB	PTB/ PAN/ PTC

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
A mudança não pode parar	PT	PDT/ PT/ PTB/ PV/ PC do B/ PT do B/ PR/ PSB/ PTN/ PRB/ DEM
COMPROMISSO com Nova Iguaçu	PMDB	PMN/ PSL/ PMDB/ PRP/ PSC/ PSDC/ PSDB/ PP/ PHS/ PRTB/ PPS

2.10 Paracambi

Comparando as coligações das eleições de 2004 e 2008 no município de Paracambi, notamos a manutenção do número de coligações. Somente um dos partidos que liderou coligação em 2004 não se manteve nessa condição em 2008 (o PMDB).

O PDT, que em 2004 era aliado do PMDB, passou em 2008 a liderar sua própria coligação e manteve somente o PSC como partido aliado. Todos os demais partidos que o apoiaram em 2008 não foram seus aliados no pleito de 2004. O PMDB, partido líder de coligação em 2004, tornou-se um dos aliados do PT em 2008,

partido que fora seu rival na disputa anterior. Ainda que tenha passado a aliado do PT, o PMDB manteve dois dos seus antigos apoios, PP e PFL (DEM).

O PL (PR) manteve-se como líder de coligação nos dois pleitos estudados. Embora tenha liderado em 2004 ainda como PL, o partido à época tinha como aliado o PRONA. E, observando a coligação do PR (PL + PRONA) na eleição de 2008, veremos que ela agregou mais partidos que em 2004 e também formou uma coligação totalmente nova, já que não manteve nenhum antigo aliado.

Um fenômeno importante que observamos comparando as coligações que disputaram as eleições de 2004 e 2008 no município de Paracambi é o aparecimento, em 2008, de alguns partidos que não haviam coligado em 2004, o que alterou sensivelmente a composição de algumas das coligações formadas.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Unidos por Paracambi	PMDB	PP/ PDT/ PMDB/ PSC/ PFL (DEM)/ PMN/ PRP
Unidos pelo povo	PL (PR)	PL (PR) / PSL /PRONA (PR) /PRTB / PHS
Paracambi do futuro	PT	PT/ PTB/ PTC/ PSB

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Por amor a Paracambi	PDT	PSL/ PSC/ PTC/ PHS/ PDT
Paracambi decide	PR	PR/ PSDC/ PSDB/ PV/ PT do B/ PRB/ PPS
Paracambi no caminho certo	PT	PMDB/ PT/ PTB/ PP/ DEM/ PC do B

2.11 Rio de Janeiro

No município do Rio de Janeiro houve somente a redução de uma coligação entre as duas eleições, mas o número de coligações no município ainda manteve-se alto, com um total de cinco coligações ao todo.

Somente PMDB e PC do B mantiveram-se líderes de coligação em 2008. Porém, a composição de suas coligações foi alterada entre os dois pleitos. A coligação liderada pelo PMDB em 2008 manteve somente o PP como partido aliado. Os partidos PSC e PHS coligaram com partidos adversários, e os partidos PMN e PTC não coligaram a nenhum outro partido em 2008.

Embora o PC do B tenha perdido o apoio do PCB, único aliado em 2004, passou a contar com PTN, PHS e PSB como novos aliados na disputa de 2008.

A coligação liderada pelo PSOL em 2008 teve somente um único aliado, o PSTU. Além disso, sua coligação chama-nos a atenção, pois, tal qual a coligação liderada pelo mesmo partido no município de Niterói, propõe-se a ser uma coligação socialista ou de esquerda, sendo o próprio nome da coligação – FRENTE RIO SOCIALISTA – uma confirmação dessa estratégia partidária. Vale notar que outro partido reconhecidamente de esquerda, o PC do B, foi líder de uma das coligações adversárias ao PSOL em 2008.

O PFL (DEM), que foi um dos aliados do PV em 2004, embora à época na condição de líder, em 2008 não coligou a nenhum outro partido. O PV, por sua vez, liderou uma coligação em 2008, mantendo como aliado o PSDB e agregando o PPS, líder de coligação em 2004, à sua base de apoio.

O PT, em 2008, não coligou a nenhum partido mesmo tendo liderado uma das coligações em 2004. O PTB, que fora seu aliado em 2004, também deixou de coligar na eleição de 2008. Da mesma forma que o PT, o PR havia liderado coligação em 2004, mas em 2008 deixou de coligar com outros partidos; seus antigos aliados, PSL e PRP, passaram cada um a compor uma coligação diferente.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Frente popular	PMDB	PP/ PMDB/ PSC/ PHS/ PMN/ PTC
Feito pro Rio	PFL (DEM)	PFL/ PSDB/ PSDC/ PRTB/ PN/ PV/ PT do B
Paz e emprego	PPS	PPS/ PAN
Todos pela paz	PL (PR)	PL (PR)/ PSL/ PRP
Rio do bem	PC do B	PC do B/ PCB
Unidos para mudar o Rio	PT	PT/ PSB/ PTB

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
Unidos pelo Rio	PMDB	PMDB/ PP/ PSL/ PTB
Frente carioca	PV	PV/ PSDB/ PPS
Rio esperança	PSC	PRP/ PSC
Frente Rio socialista	PSOL	PSOL/ PSTU
Mudança pra valer	PC do B	PTN/ PC do B/ PHS/ PSB

2.12 São Gonçalo

Em São Gonçalo notamos que somente o PMDB manteve a liderança de uma das coligações que disputou a eleição, mesmo tendo aumentado o número de coligações a disputar o pleito.

Entre 2004 e 2008 houve uma mudança de status de dois partidos que haviam liderado coligação em 2004, o PTB e o PFL (DEM), uma vez que passaram da condição de líderes para a de formadores da base de apoio. No caso do PTB, o partido deixou de liderar sua coligação para apoiar, em 2008, a liderança de um antigo aliado, o PT. Já no caso do PFL (DEM), o partido deixou de liderar sua

coligação para apoiar a liderança do PDT, partido que não havia coligado a nenhum outro em 2004.

O PMDB, embora tenha se mantido na liderança de uma coligação em 2008, sofreu um verdadeiro esvaziamento de sua base de apoio entre as duas eleições, pois perdeu o apoio de nove partidos que estavam coligados a ele em 2004, de modo que somente o PTN e o PMN mantiveram seus apoios ao PMDB nas duas eleições.

Em São Gonçalo também houve a formação de uma coligação, liderada pelo PSOL, na tentativa de unificar os partidos socialistas do município, porém o PCB foi o único a compor essa coligação.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Avança São Gonçalo	PTB	PP/ PT/ PTB/ PL (PR)/ PPS/ PHS/ PC do B/ PT do B
Por amor a São Gonçalo	PMDB	PMDB/ PSL/ PTN/ PSC/ PAN/ PMN/ PTC/ PSB/ PV/ PRP/ PSDB/ PRONA (PR)
Reconstruindo São Gonçalo	PFL (DEM)	PFL (DEM)/ PSDC/ PRTB

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
São Gonçalo precisa mudar	PT	PSL/ PTC/ PR/ PP/ PHS/ PRB/ PT/ PSB/ PRP
Mudança segura	PMDB	PTN/ PTB/ PMDB/ PMN/ PC do B
Trabalhando muito para fazer mais	PDT	PSDC/ PSDB/ PDT/ PV/ DEM/ PSC/ PPS
São Gonçalo precisa de uma revolução	PSOL	PCB/ PSOL

2.13 São João de Meriti

No município de São João de Meriti, entre 2004 e 2008 o número total de coligações que concorreram na eleição reduziu-se à metade, passando de quatro para somente duas coligações.

Observando os partidos que fizeram parte das coligações lideradas pelo PTB e PL (PR) em 2004 e pelo PHS e PR em 2008, nota-se que houve diversas trocas de aliados entre as coligações que disputaram os pleitos.

O PTB, apesar de ter liderado uma das coligações em 2004, apenas compôs a base de apoio do PR em 2008. Alguns dos seus antigos aliados em 2004 passaram à condição de adversários em 2008, por apoiarem o PHS em sua coligação, embora o PHS tenha sido aliado do PL (PR) em 2004. E alguns dos partidos que foram aliados do PL (PR) em 2004 tornaram-se aliados do PHS em 2008.

Analisando a base de apoio do PHS em 2008, concluímos que o partido conseguiu adquirir apoios importantes entre 2004 e 2008 na medida em que congregou em sua coligação dois partidos que lideraram em 2004, PT e PMDB, e partidos que foram da base de apoio de coligações adversárias em 2004, como PPS, PFL (DEM), PV e PC do B.

Nome das coligações em 2004	Partido líder da coligação em 2004	Partidos integrantes da coligação em 2004
Muda Meriti muda para melhor	PTB	PTB/ PPS/ PFL (DEM)/ PAN/ PSDC/ PTC/ PSB/ PSDB
Compromisso com o povo	PL (PR)	PL (PR)/ PP/ PRTB/ PSL/ PHS
PT / PCB	PT	PT/ PCB
União por Meriti	PMDB	PMDB/ PTN/ PSC/ PMN/ PV/ PRP/ PRONA (PR)/ PC do B/ PT do B

Nome das coligações em 2008	Partido líder da coligação em 2008	Partidos integrantes da coligação em 2008
A força do povo	PHS	PHS/ PT/ PMDB/ PSDB/ PP/ PMN/ PPS/ PRTB/ PT do B/ PV/ PSB/ DEM/ PC do B
Coragem pra mudar	PR	PR/ PDT/ PTB/ PTN/ PSDC/ PRP/ PRB/ PTC/ PSL

2.14 Representatividade dos partidos líderes nas coligações

A Tabela 1 apresenta a variação na representatividade do partido líder nas coligações entre as eleições de 2004 e 2008. Em nosso estudo qualificamos os partidos que mais vezes lideraram coligações. Na função de líder, identificamos que o partido político exerce um poder sobre os demais partidos coligados, tal como define Duverger apud Parsons (1983), pois esses partidos específicos têm “a capacidade generalizada de conseguir que as unidades pertencentes a um sistema de organização coletiva cumpram as suas obrigações, quando estas são legitimadas pelo seu contributo para os fins coletivos”.

Tabela 1 – Variação na representatividade do partido líder nas coligações entre as eleições de 2004 e 2008.

Partido		Representatividade		Total de lideranças	
2004	2008	2004	2008	2004	2008
PMDB	PMDB	92%	69%	12	9
PT	PT	69%	54%	9	7
PL	PSOL	46%	31%	6	4
PDT	PDT	30%	23%	4	3
PFL	PR	30%	23%	4	3
PTB	PSC	30%	23%	4	3
PP	PC do B	23%	15%	3	2

Continua (...)

(...) Continuação

PSC	PP	23%	15%	3	2
PPS	PHS	15%	8%	2	1
PC do B	PMN	7%	8%	1	1
PRONA	PRB	7%	8%	1	1
PRTB	PSDB	7%	8%	1	1
PSB	PTB	7%	8%	1	1
PSDB	PTN	7%	8%	1	1
PTC	PV	7%	8%	1	1

Inicialmente, podemos notar entre 2004 e 2008 a manutenção do PMDB como o partido político que mais liderou coligações, ainda que tenha sido reduzido o total de suas lideranças, passando de 12 lideranças em 2004 para somente nove em 2008. O segundo partido com mais lideranças em 2004 tinha apenas nove lideranças.

O segundo partido com mais lideranças, o PT, também não foi alterado entre as eleições de 2004 e 2008. Porém, seguindo a mesma tendência do PMDB, o PT teve uma redução no total de lideranças entre as eleições de 2004 e 2008, perdendo duas lideranças.

Entre as eleições de 2004 e 2008, os partidos PL e PRONA uniram-se e fundaram o partido PR (Partido da República), mas como podemos observar ao compararmos os períodos, essa união entre os dois partidos não significou necessariamente um aumento no poder de liderança dos dois partidos.

Na eleição de 2004, o PL foi o terceiro partido que mais liderou coligações, com um total de seis lideranças; por sua vez, o PRONA liderou uma coligação apenas. Em 2008 o PR liderou metade das coligações que o PL havia liderado sozinho em 2004, ou seja, liderou somente três coligações. Concluimos, portanto, que entre os pleitos de 2004 e 2008 os dois partidos, ao se unirem, tiveram diluídas suas forças políticas, principalmente em se tratando do PL, e somente com a análise da eleição de 2012 é que poderemos saber se a perda de força política, ao fundarem o PR, foi temporária.

Um partido em especial apresentou desempenho ímpar entre as duas eleições: o PSOL. Ele foi fundado entre essas duas eleições, mas o que nos chamou bastante a atenção foi a força com a qual chegou ao cenário político do Rio de Janeiro, pois mesmo sendo uma legenda nova, tal qual o PR, na eleição de 2008 o PSOL liderou quatro coligações e foi o terceiro partido em lideranças.

O PSOL também se destacou em nosso estudo por ter liderado todas as coligações identificadas como tendo o objetivo de unificar os partidos socialistas na disputa eleitoral, como vimos em alguns municípios analisados em nosso estudo. A eficácia dessa iniciativa política é bastante questionável na medida em que “o arranjo institucional brasileiro tem privilegiado a constituição de coligações, independentemente da orientação ideológica dos participantes.” (MACHADO & MIGUEL, 2007).

O PFL mudou de nome entre as duas eleições analisadas, passando a se chamar Democratas (DEM). Na eleição de 2004, o PFL havia liderado quatro coligações, mas ao analisarmos as lideranças do DEM (ex-PFL) na eleição de 2008 vemos que o partido, já com a nova legenda, não liderou nenhuma vez. E por isso acreditamos que no processo de troca da legenda o partido teve sua força política diluída, assim como ocorreu com o PL e o PRONA, de tal forma que os eleitores não tiveram tempo suficiente ou não foram estimulados o bastante para reconhecer o partido Democratas (DEM) como sendo o antigo PFL.

2.15 Dinâmica das coligações na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nas eleições de 2004 e 2008

A Tabela 2 apresenta o número total de ligações que cada um dos partidos políticos analisados realizou nas eleições de 2004 e 2008. O total de ligações de cada partido aparece em ordem decrescente em cada uma das eleições, de modo que podemos comparar o desempenho de cada um dos partidos nas duas eleições estudadas.

Tabela 2 – Total de ligações dos partidos políticos nas eleições de 2004 e 2008.

Partidos	Total de ligações em 2004	Partidos	Total de ligações em 2008
PSC	102	PP	116
PV	100	PT	108
PMDB	92	PMDB	105
PT do B	91	DEM	103
PPS	89	PTB	101
PRP	86	PT do B	100
PSL	85	PRB	99
PHS	81	PV	97
PSDC	80	PDT	96
PL	78	PHS	90
PMN	77	PPS	90
PTN	76	PC do B	89
PTC	74	PSDC	87
PRONA	70	PTN	87
PSDB	70	PR	86
PSB	69	PTC	84
PRTB	67	PSC	83
PTB	67	PSDB	82
PP	62	PMN	80
PT	62	PRP	80
PDT	56	PSB	78
PAN	53	PSL	76
PC do B	49	PRTB	71
PFL	47	PSOL	6
PCB	16	PCB	5
PCO	0	PSTU	5
PSTU	0	PAN	0
—	—	PCO	0

Somente os partidos PCB, PSOL e PSTU aderem à expectativa ideológica que julga que a coligação é um instrumento que permite que partidos que se encontram próximos uns dos outros no espectro esquerda-direita ampliem suas chances de vitória contra adversários situados em posição oposta.

O PSC foi o partido que mais coligou em 2004, realizando um total de 102 ligações naquele pleito. Porém, na eleição de 2008 o partido coligou somente 83 vezes.

O PP, em contrapartida, foi o partido que apresentou mais ligações com outros partidos (116 no total) em 2008. Esse aumento de ligações do PP foi bastante expressivo, pois se compararmos o desempenho do partido em 2004 veremos que naquela eleição ele coligou somente 62 vezes.

O PT, igualmente ao PP, ligou-se a outros partidos somente 62 vezes em 2004. Na eleição de 2008, o PT passou a ser o segundo partido que mais coligou, realizando ao todo 108 ligações. Entre as duas eleições, o PMDB manteve-se como o terceiro partido que mais coligou, apesar de ter coligado com 13 partidos a menos em 2008.

O desempenho do PFL (DEM) entre 2004 e 2008 foi notável. O PFL em 2004 foi um dos partidos que menos havia coligado na eleição com somente 47 ligações no total, estando entre alguns dos partidos reconhecidamente de esquerda e que em 2004 também foram os que menos coligaram. Quando da mudança do nome do partido antes da eleição de 2008, passando a legenda a ser DEM, o partido passou a quarto partido que mais coligou na eleição, totalizando 103 ligações.

Se na eleição de 2004 os partidos de esquerda tiveram um número muito reduzido de ligações, no máximo 62 do PT e nenhuma ligação no caso do PCO e PSTU, na eleição de 2008, por sua vez, o total de ligações do PT foi o segundo maior, e o do PC do B sofreu um acréscimo de aproximadamente 55%.

[...] os [partidos] pequenos não formam um grupo de partidos que corresponde a uma doutrina específica, com objetivos claros e programas definidos. [...] são pequenos os partidos que, de acordo com a conjuntura de determinada eleição ou momento político, [...] possuem menos chances de

chegar ao poder do que outros partidos que competem em um mesmo sistema eleitoral – se admitirmos que o principal objetivo de um partido é disputar as eleições e chegar ao governo (DANTAS & PRAÇA apud SCHUMPETER e SCHLESINGER, 2004).

Levando-se em consideração as chances de se chegar ao poder, os partidos políticos que menos coligam apresentam assim menos chances, sendo portanto classificados como pequenos. Desse modo, em 2004 e 2008, o PCO seria o menor partido que disputou ambos os pleitos. O PSTU, embora tenha sido um partido pequeno em 2004, deixou de sê-lo em 2008.

Figura 1 – Sociograma das coligações na eleição de 2004 na região metropolitana do Rio de Janeiro.

		Esquerda														Centro						Direita										Total
		PCO	PSTU	PCB	PcdoB	PPS	PSC	PSB	PDT	PT	PV	PHS	PMN	PMDB	PSDB	PTB	PcdoB	PTN	PTC	PAN	PSDC	PRTB	PRP	PSL	PFL	PL	PP	PRONA	Total			
Esquerda	PCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	PSTU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
	PCB	0	0	0	3	1	0	2	0	3	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	16		
	PcdoB	0	0	3	0	2	1	3	0	7	3	2	1	1	3	5	5	1	0	1	1	0	2	0	1	1	1	1	4	48		
	PPS	0	0	1	2	0	5	3	3	3	5	7	5	4	3	5	5	2	3	3	6	4	3	4	1	5	2	5	89			
	PSC	0	0	0	1	5	0	3	3	0	7	5	10	9	2	1	5	4	7	2	5	4	5	6	3	5	5	5	102			
	PSB	0	0	2	3	3	3	0	2	7	3	1	2	2	5	5	2	2	6	4	3	0	3	2	3	1	2	3	69			
	PDT	0	0	0	0	3	3	2	0	1	3	2	3	3	2	2	2	4	1	3	2	2	5	4	2	3	3	1	56			
	PT	0	0	3	7	3	0	7	1	0	2	3	0	1	5	7	4	1	3	2	2	0	2	1	2	2	1	3	62			
	PV	0	0	1	3	5	7	3	3	2	0	4	6	6	5	2	6	6	3	3	4	5	5	4	2	4	3	6	98			
	PHS	0	0	1	2	7	5	1	2	3	4	0	5	6	0	2	4	2	4	0	3	5	3	5	1	6	4	6	81			
	PMN	0	0	0	1	5	10	2	3	0	6	5	0	10	2	1	6	4	5	1	5	4	6	5	1	4	5	6	97			
	PMDB	0	0	0	1	4	9	2	3	1	6	6	10	0	1	0	4	4	6	2	3	3	6	4	3	4	5	5	92			
Centro	PSDB	0	0	0	3	3	2	5	2	5	5	0	2	1	0	4	4	5	3	5	5	2	2	3	3	2	1	3	70			
	PTB	0	0	1	5	5	1	5	2	7	2	2	1	0	4	0	5	1	3	4	4	2	2	2	3	2	1	3	67			
	PcdoB	0	0	1	5	5	2	2	4	6	4	6	4	4	5	0	4	1	2	6	4	4	2	1	3	4	7	91				
	PTN	0	0	0	1	2	4	2	4	1	6	2	4	4	5	1	4	0	3	3	3	4	7	5	2	3	3	3	76			
	PTC	0	0	0	0	3	7	6	1	3	3	4	5	6	3	3	1	3	0	5	4	1	3	4	3	3	3	1	75			
	PAN	0	0	0	1	3	2	4	3	2	3	0	1	2	5	4	2	3	5	0	3	0	2	1	2	0	3	2	53			
	PSDC	0	0	0	1	6	5	3	2	2	4	3	5	3	5	4	6	3	3	3	0	6	7	3	3	3	2	4	86			
	PRTB	0	0	0	0	4	4	0	2	0	5	5	4	3	2	2	4	4	1	0	6	0	2	5	3	5	2	4	67			
	PRP	0	0	1	2	3	5	3	5	2	5	3	6	6	2	2	4	7	3	2	7	2	0	7	2	5	3	5	92			
	PSL	0	0	0	4	6	2	4	1	4	5	5	4	3	2	2	5	4	1	3	5	7	0	2	10	2	4	85				
	PFL	0	0	0	1	1	3	3	2	2	2	1	1	3	3	3	1	2	3	2	3	3	2	2	0	1	3	0	47			
	PL	0	0	0	1	5	5	1	3	2	4	6	4	4	2	2	3	3	3	0	3	5	5	10	1	0	3	3	78			
	PP	0	0	0	1	2	5	2	3	1	3	4	5	5	1	1	4	3	3	3	2	3	2	3	3	3	0	1	62			
Direita	PRONA	0	0	2	4	5	5	3	1	3	6	6	6	5	3	3	7	3	1	2	4	4	5	4	0	3	1	0	86			
	Total	0	0	16	48	89	102	69	56	62	98	81	97	92	70	67	91	76	74	53	87	67	92	85	47	78	62	86	1845			

A Figura 1 é um mapa das ligações entre os partidos que disputaram as eleições de 2004.¹³ Por esse gráfico podemos saber quantas vezes dois partidos coligaram entre si, independente do município de ocorrência, e indicar quais ligações partidárias foram mais recorrentes naquela eleição.

Inicialmente chama-nos a atenção o PCO e PSTU não terem realizado nenhuma ligação, ou seja, não participaram de nenhuma coligação. Apesar de que a

¹³As ideologias políticas (Direita, Centro e Esquerda) foram orientadas conforme a descrição no livro “Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: Perfis e Tendências”, organizado por Krause, Dantas e Miguel.

interpretação corrente na Ciência Política sustenta que os pequenos partidos, em época de eleição, aproximam-se dos grandes com o intuito de buscar visibilidade e garantir algum tipo de vantagem. De acordo com os dados apresentados [...], todos os partidos considerados pequenos¹⁴ alinham-se a pelo menos uma das sete grandes legendas¹⁵ em, no mínimo, 85% de suas coligações, o que comprova a interpretação anterior (DANTAS & PRAÇA, 2004).

Excetuando-se esses dois partidos isolados, todos os demais realizaram ao menos uma ligação partidária.

Os partidos que mais vezes coligaram entre si na eleição de 2004 foram o PMN e PMDB, PMN e PSC, e, PSL e PL (PR). Esses partidos se coligaram dez vezes, ou, em outros termos, coligaram nas disputas eleitorais em dez municípios diferentes.

Figura 2 – Sociograma das coligações na eleição de 2008 na região metropolitana do Rio de Janeiro.

	Esquerda																	Centro				Direita							Total
	PCO	PSTU	PCD	PSOL	PcdoD	PPS	PSC	PSB	PDT	PT	PV	PHS	PMN	PMDB	PSDB	PTD	PtdoD	PRD	PTN	PTC	PSDC	PRTB	PRP	PSL	DEM (PFL)	PR (PL/PRONA)	PP		
PCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PSTU	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PCB	0	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PSOL	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PcdoH	0	0	0	0	0	3	2	4	3	7	4	4	4	7	2	6	4	5	6	2	1	4	5	2	5	5	3	88	
PPS	0	0	0	0	3	0	3	5	6	7	8	4	6	5	7	5	6	6	2	2	6	4	3	2	5	3	6	104	
PSC	0	0	0	0	2	3	0	1	3	3	4	6	4	5	5	2	3	1	4	6	7	4	4	6	4	2	4	83	
PSB	0	0	0	0	4	5	1	0	4	6	3	4	3	4	2	4	4	6	2	3	3	2	2	4	4	3	5	78	
PDT	0	0	0	0	3	6	3	4	0	5	5	3	4	3	4	7	6	7	4	5	5	2	4	2	5	4	5	96	
PT	0	0	0	0	7	7	3	6	5	0	6	5	4	6	4	7	6	7	4	4	2	4	4	3	5	3	6	108	
PV	0	0	0	0	4	8	4	3	5	6	0	3	4	3	7	5	8	5	4	1	6	2	1	1	7	5	5	97	
PHS	0	0	0	0	4	4	6	4	3	5	3	0	4	5	4	4	3	3	3	6	4	5	4	4	3	2	5	88	
Esquerda PMN	0	0	0	0	4	6	4	3	4	4	4	6	0	6	3	5	4	3	4	4	6	5	4	2	5	3	6	95	
PMNH	0	0	0	0	7	5	5	4	3	6	3	5	6	0	3	6	3	2	4	5	6	5	5	5	5	3	8	104	
Centro PMDB	0	0	0	0	2	7	5	2	4	4	7	4	3	3	0	3	7	4	2	2	5	3	1	2	4	2	6	82	
PIB	0	0	0	0	6	5	2	4	7	7	5	4	5	6	3	0	6	7	5	3	4	2	3	2	5	4	6	101	
PtdoB	0	0	0	0	4	6	3	4	6	6	8	3	4	3	7	6	0	7	4	2	5	2	1	1	6	5	7	100	
PRB	0	0	0	0	5	6	1	6	7	7	5	3	3	2	4	7	7	0	3	4	4	1	5	4	3	7	5	99	
PTN	0	0	0	0	6	2	4	2	4	4	4	3	4	4	2	5	4	3	0	4	5	4	4	4	6	5	3	86	
PTC	0	0	0	0	2	2	6	3	5	4	1	6	4	5	2	3	2	4	4	0	5	4	5	6	3	3	5	84	
PSDC	0	0	0	0	1	6	7	3	5	2	6	4	6	6	5	4	5	4	5	5	3	4	6	7	6	7	6	107	
PRTB	0	0	0	0	4	4	4	2	2	4	2	5	5	5	3	2	2	1	4	4	3	0	4	3	4	1	3	71	
PRP	0	0	0	0	5	3	4	2	4	4	1	4	4	5	1	3	1	5	4	5	4	4	0	5	2	6	4	80	
PSL	0	0	0	0	2	2	6	4	2	3	1	4	2	5	2	2	1	4	4	6	6	3	5	0	3	4	5	76	
DEM (PFL)	0	0	0	0	5	5	4	4	5	5	7	3	5	5	4	5	6	3	6	3	7	4	2	3	0	5	7	103	
PR (PL/PRONA)	0	0	0	0	5	3	2	3	4	3	5	2	3	3	2	4	5	7	5	3	6	1	6	4	5	0	5	86	
Direita PP	0	0	0	0	3	6	4	5	5	6	5	5	6	8	6	6	7	5	3	5	7	3	4	5	7	5	0	116	
Total	0	5	5	6	88	104	83	78	96	108	97	90	93	104	82	101	100	99	86	84	107	71	80	76	103	86	116	2148	

¹⁴ “[Observando a] Tabela 1 - Lista crescente dos partidos pequenos no Brasil em 2000, ano de fundação e critérios de classificação adotados, [são partidos pequenos]: PCO, PGT, PCB, PRTB, PTC, PSDC, PAN, PTN, PSTU, PT do B, PRP, PV, PMN, PSC, PSD, PRONA.” Acrescentar-se-ia o PHS também, porém “[...] antes do ano 2000, chamava-se PSN.” (DANTAS & PRAÇA, 2004).

¹⁵ “As sete maiores legendas do país – PT, PDT, PSDB, PMDB, PTB, PFL e PPB (apud LIMONGI e FIGUEIREDO, 2002) – ligaram-se entre si em pelo menos 192 municípios, corroborando o baixo grau de institucionalização do quadro partidário.”

Observando o mapa das ligações partidárias na eleição de 2008, podemos notar que o PCO foi um partido que se comportou como isolado, ou seja, não estivera conectado à rede social por não coligar com nenhum outro partido político. Apesar de os partidos PCB, PSOL e PSTU apresentarem as menores quantidades de coligações na pesquisa, eles ao menos coligaram entre si.

Se em 2004 os partidos políticos que mais vezes coligaram entre si haviam feito isso ao menos dez vezes, ou em dez municípios diferentes, em 2008 os partidos que mais vezes coligaram o fizeram somente oito vezes, ou em oito municípios diferentes. Os partidos que mais coligaram foram: PP e PMDB, PV e PT do B, e, PV e PPS.

O PMDB foi o único partido político a manter-se como o que mais coligou com outro em 2004 e 2008. Ele é o partido líder das coligações, seguido pelo PT.

3 A POLARIZAÇÃO TERRITORIAL DO VOTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

3.1 O cenário eleitoral de São Paulo

Embora o município de São Paulo seja citado principalmente por ser o maior centro financeiro do país, seu capital político¹⁶ também é avassalador ao ponto de ser considerado um ponto estratégico pelos partidos políticos que buscam a presidência da república. Não se trata unicamente aqui de considerar sua grande população, que se traduz em um elevado número de eleitores, mas também todo seu aparato político (p.ex., grande número de cargos e altos salários capazes de formar substanciais quadros para os partidos políticos) e capacidade de projeção (p.ex., espaço na mídia nacional, reconhecimento político internacional etc.).

Esse cenário político de São Paulo tem um desenvolvimento institucional histórico que já estava demarcado na República dos Bacharéis (1889–1930), em que todos os presidentes civis daquela época eram bacharéis em Direito, quase todos formados na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da atual Universidade de São Paulo. Bem mais tarde a prefeitura de São Paulo seria uma importante arena política para os atores políticos que disputam o cenário nacional, pós-redemocratização.

Um bom exemplo dessa situação foi a eleição para prefeito de São Paulo em 2012, que envolveu tanto as principais legendas políticas do país como PSDB, PT, PSD, PRB, PMDB, PDT e outras, como os mais importantes atores políticos, exemplo maior os que disputaram o segundo turno dessa eleição, Fernando Haddad (ex-ministro) e José Serra (ex-ministro). Que outra municipalidade no país tem uma disputa de ex-ministros para o cargo de prefeito? Como já dito, esse não é um caso isolado, mas uma singularidade política da cidade de São Paulo. Vários foram os

¹⁶“O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade.” (MIGUEL, Luís Felipe)

candidatos à prefeitura de São Paulo que se tornaram também presidenciáveis – por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Jânio Quadros, Paulo Maluf, José Serra, Geraldo Alckmin, Enéas Ferreira Carneiro e Rui Costa Pimenta.

Essa percepção política da cidade de São Paulo como parâmetro eleitoral para corridas eleitorais mais intrincadas, como a de presidente da república, fez com que o cenário político do município fosse dominado principalmente pelas legendas dos partidos políticos mais fortes, com candidatos significativamente reconhecidos – como ex-ministros – e a utilização de *marketing* eleitoral do mesmo porte da eleição para presidente – incluindo até os mesmos profissionais, equipes e coordenadores de campanha.

Assim, a São Paulo pós-redemocratização tornou-se um modelo de corrida eleitoral extremamente competitiva, com importantes candidatos e partidos políticos participando, servindo de base para estudos eleitorais de Ciência Política. Junta-se a isso o fato de ser a maior cidade do país e, dessa maneira, oferecer um rico banco de dados para análise, o que possibilitou verificar a territorialidade de seus votos por bairros em várias eleições municipais.

3.2 A concepção do voto econômico

Voto econômico é um campo de estudo que alia Economia e Ciência Política, particularmente retornando à base original da Economia Política, mas com instrumentos mais sofisticados e com maior especificidade do objeto de estudo. Cientistas políticos analisam as eleições e os economistas usam rotineiramente funções de bem-estar macroeconômicas, com certa base empírica. Aliás, para os cientistas políticos é proveitoso ter variáveis explicativas que são bem-conhecidas, cuidadosamente recolhidas e de expressão quantitativa. Já para o economista, o voto constitui um caso importante de limitação em que as pessoas precisam decidir com somente um determinado e “intangível” interesse no resultado.

A maioria dos resultados dos estudos do voto econômico deriva de estimativas elaboradas com base na Hipótese de Responsabilidade, na qual os eleitores consideram o governo responsável pelos eventos econômicos. Essa hipótese

oferece uma redução simples que une a economia e o voto. A complexidade da hipótese acontece quando se considera o julgamento dos eleitores, e pode ser tão complexa quanto os dados permitirem. Existem dois principais nexos causais: 1) da economia para as percepções dos eleitores; e 2) a partir de percepções dos eleitores para o voto.

Há alguns estudos que propõem alternativas à Hipótese de Responsabilidade. Por exemplo, Carlsen (2000) assinala que os partidos políticos têm ideologias que os levam a atribuir diferentes prioridades econômicas. Isso é suscetível de fazer a Hipótese de Responsabilidade trabalhar de forma assimétrica para os partidos políticos com ideologias distintas. Entretanto, a assimetria pode funcionar de duas maneiras: 1) Os eleitores consideram votar no Partido X que preocupa-se mais ideologicamente com a questão econômica X quando esta se encontra em má situação; 2) Os eleitores deixam de votar no Partido X quando a questão econômica X deteriora-se com este partido político no poder. Para essa pesquisa, Carlsen utilizou dados de popularidade dos governos na Austrália, no Canadá, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América.

Já Anderson (2000) trabalha com outra questão essencial: é muito mais difícil de atribuir a responsabilidade econômica ao governo em certos sistemas políticos, embora em outros seja bem mais fácil. A Hipótese de Responsabilidade é “perfeitamente” adequada para explicar votação econômica em sistemas bipartidários onde o governo é o único com a maioria, mas uma vez que existem governos minoritários com coalizões inconstantes, a responsabilidade torna-se ilusória. Anderson explora várias teorias intimamente relacionadas com dados de intenção de voto de 13 democracias da Europa Ocidental. Ele conclui que existe uma questão de clareza dos fatos relativamente fortes, ou seja, o eleitor pode não conseguir vincular corretamente a responsabilidade econômica ao governo.

A Constituição francesa apresenta várias características singulares, que permitem testes de votação econômica impossíveis em outras democracias. Lewis-Beck e Nadeau (2004) estudaram algumas dessas características, usando um grande conjunto de microdados. O principal ponto analisado é a responsabilidade executiva dupla no sistema francês, onde o poder é dividido entre um presidente influente e

um governo influente. Demonstra-se que a atribuição de responsabilidade aqui trabalha para dividir o efeito econômico entre os dois governantes. Um exemplo de “coabitação” política, em que um impacto negativo na economia reduz pela metade os votos para o partido do primeiro-ministro. Esse estudo também analisa outras características reveladoras do sistema francês, como os dois turnos de votação, em que os eleitores precisam reagir da mesma forma para a economia.

Outro pesquisador, Fidrmuc (2000), analisou as primeiras duas a três eleições em quatro novas democracias da Europa Oriental (República Checa, Hungria, Polônia e Eslováquia), visto que para obter dados suficientes para realizar testes estatísticos os resultados eleitorais são desagregados por regiões. A preocupação principal de sua pesquisa foi mostrar como o apoio para as reformas políticas variavam de acordo com as condições econômicas. Assim, ele observou que o desenvolvimento econômico contribui substancialmente para os altos e baixos das reformas políticas em democracias recentes. Nesse caso, a concepção de responsabilidade explica menos que o modelo encontrado por Fidrmuc.

Já a análise de Jerome (2000) utilizou votações municipais e regionais da França, interpretando esses dados em uma perspectiva nacional. Desse modo, ele se aventurou em um novo campo dos estudos eleitorais até então desconhecido, mas que chegou a dois resultados de destaques: 1) as eleições refletem fortemente as condições econômicas, e 2) os dados apresentam variações realmente substanciais.

Contudo, o artigo de Alvarez, Nagler e Willette (2000), também comparativo eleitoral, é baseado em pesquisas de boca de urna¹⁷ em duas eleições canadenses. Utilizando ferramentas estatísticas, os autores demonstraram que as questões políticas e econômicas são quase igualmente poderosas, mas bastante assimétricas no que diz respeito ao impacto em cada partido político. Concluíram também que a economia é um fator mais forte durante as más conjunturas econômicas do que durante os tempos de bonança.

¹⁷ Pesquisas de Boca de Urna são pesquisas eleitorais em que o eleitor é entrevistado logo após sair do local de votação.

Boa parte dos estudos eleitorais sobre o voto econômico lida com certas controversas. Os eleitores tomam suas decisões com base em uma análise retrospectiva ou projetando o futuro? Os eleitores preocupam-se com o cenário social ou com a própria situação? Considerando a concepção teórica dos economistas sobre a escolha racional, os eleitores não deveriam fazer uma análise retrospectiva, pois a votação coloca em questão aquilo que será feito no futuro. Além disso, ainda considerando a teoria da escolha racional, os eleitores decidiriam seu voto conforme sua própria condição econômica em vez de pensarem na economia na sociedade como um todo (município, estado, federação etc.). Todavia, a maioria dos resultados de pesquisas aponta que as variáveis retrospectivas indicam melhor a decisão do eleitor. Soma-se a isso o fato de que parte substancial dos resultados das pesquisas demonstram que o eleitor preocupa-se mais com a conjuntura econômica da sociedade do que com a sua economia pessoal, tal como foi descrito originalmente por Roderick Kiewiet e Kinder Donald (1979). No entanto, recentemente o resultado inverso tem aparecido consistentemente nas eleições britânicas e dinamarquesas, gerando um ressurgimento da controvérsia.

Parte dos estudos sobre o voto econômico tem analisado especificamente se eleitores em tempos de má conjuntura econômica, como recessão ou crise, agem diferentemente de como agiriam em uma eleição em bons tempos, com estabilidade e/ou desenvolvimento econômico. O resultado dominante é que o eleitorado pune a desaceleração econômica mais do que bonifica a retomada econômica em função do partido político que se encontra no governo naquele dado momento. Isso ajuda a explicar por que um governo pode perder a eleição mesmo quando a economia vai muito bem.

Em termos teóricos, é evidente que a economia está relacionada com a votação por meio da Hipótese da Responsabilidade. O eleitor observa a economia, julga o desempenho do governo e define seu voto de acordo. A forma dominante de votação econômica é simples: ou o eleitor vota no grupo que está no poder como recompensa pelo bom desempenho econômico, ou vota na oposição como forma de punição. O eleitorado é considerado por votar fortemente na oposição quando um governo apresenta uma economia em declínio.

Por exemplo, na eleição presidencial dos EUA em 2012, devido à crise econômica iniciada em 2008, o Partido Democrata com o presidente Barack Obama viu sua reeleição seriamente ameaçada pela possibilidade de vitória do Partido Republicano com o governador Mitt Romney, de modo que sua estratégia de *marketing* eleitoral tentou vincular os problemas econômicos atuais dos EUA à má administração do governo anterior, feito pelo presidente W. Bush e o Partido Republicano, enquanto a equipe de Romney ligava a crise econômica à má gerência de Obama. Assim, a vitória no voto popular se deu por muito pouco para os Democratas, com 65.330.713 (50,93%) dos votos válidos contra 60.697.341 (47,32%) dos Republicanos, reduzindo a diferença entre esses partidos políticos na eleição anterior em 2008 quando os Democratas tiveram 69.498.516 (52,93%) dos votos frente a 59.948.323 (45,65%) dos Republicanos.

Todavia, empiricamente os dados nem sempre apresentam o modelo recompensa-punição para o governo em exercício. Os resultados eleitorais podem variar de país para país, de sistema eleitoral para sistema eleitoral (exemplo bipartidarismo e pluripartidarismo), de tempo em tempo. Logo, a análise feita em consideração dos votos ou da popularidade tem certa instabilidade inerente ao funcionamento das eleições.

Mesmo com essas limitações e desafios, o campo de estudo do voto econômico vem apresentando um bom desenvolvimento em direção da estabilização de modelos de estimativas e projeções, sendo que ainda há muito mais que pode ser desenvolvido. Parte da instabilidade do uso do voto econômico como instrumento de análise é somente aparente, oriunda de medições defeituosas e construções teóricas deficientes. No que diz respeito à medição, a variável dependente deve indicar o alvo apropriado de responsabilidade econômica.

Por exemplo, em um sistema político essencialmente bipartidário, o eleitor econômico somente pode agir a favor ou contra o governo. Já em um sistema pluripartidário, o eleitor econômico pode focar em uma coalizão como um todo, ou em um partido dentro de uma coligação, ou até mesmo atribuir certa política econômica a um partido político determinado (no Brasil, por exemplo, o Partido da Social Democracia Brasileira é fortemente ligado às políticas de privatizações pelo

eleitorado, embora seu partido opositor quando no governo, o Partido dos Trabalhadores, também tenha aderido às políticas de privatizações). Uma vez que a questão da responsabilidade econômica é bem entendida, ela pode ser adequadamente modelada, suprimindo, dessa maneira, uma fonte de resultados superficialmente instáveis. A forma da medição também é uma questão importante para que seja elaborada corretamente a formulação. Seleção de variáveis econômicas erradas geram resultados inconsistentes. O eleitorado pode observar a economia e enfatizar diferentes indicadores em momentos distintos. Assim, um cientista político que considera a inflação como variável quando a variável relevante é o desemprego pode concluir erroneamente que não houve voto econômico.

Considerando os principais trabalhos sobre voto econômico, temos os seguintes enunciados:

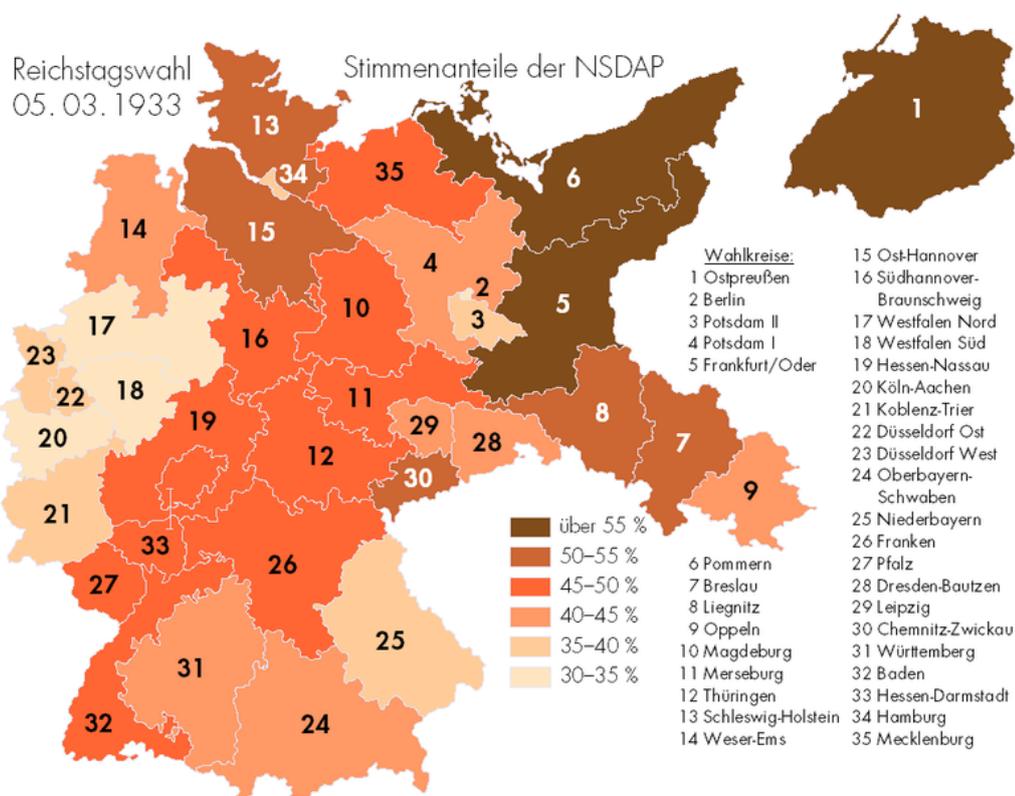
- Resultados eleitorais e pesquisas de popularidade de governo são praticamente similares para avaliação do voto econômico, contudo na economia política as funções com popularidade funcionam melhor.
- As alterações econômicas explicam aproximadamente um terço das mudanças de voto estudadas.
- Os votos só reagem a algumas variáveis econômicas, principalmente o desemprego, crescimento e inflação.
- O eleitorado é míope e só tem economicamente um horizonte de curto prazo.
- Em suas análises, o eleitorado considera mais as situações econômicas passadas do que os eventos esperados para o futuro, embora a diferença seja pequena.
- O eleitor considera mais a situação econômica de sua sociedade (município, estado, federação) do que sua situação econômica pessoal. Todavia, existem significantes exceções em certos países.

- Os eleitores reagem mais punindo mudanças econômicas negativas do que bonificando governos que se encontram em um quadro econômico positivo.
- Pouco se sabe sobre o conhecimento macroeconômico dos eleitores e como ela é obtida.
- O principal problema do campo do voto econômico é a falta de estabilidade, tanto em estudos comparados como no mesmo lugar ao longo do tempo.

3.3 A geografia do voto econômico no município de São Paulo

A Geografia Eleitoral é um bom exemplo de diálogo entre a Geografia e a Ciência Política, além de outras áreas como Economia, Estatística, Psicologia e *Marketing*, visto que essa disciplina pretende entender os eleitores a partir de seu posicionamento no espaço geográfico. Esse tipo de Geografia surgiu na França, no começo do século XX, com André Siegfried, que buscava determinar regiões eleitorais homogêneas considerando as características físicas, sua história, sua religião e seus fatores produtivos. Tempos depois, o estudo da Geografia Eleitoral também se desenvolveu na Alemanha, com o pesquisador Rudolf Heberle, que nas eleições de 1933 observou que o Partido Nazista tinha mais apoio nas zonas rurais do país e nas regiões predominantemente protestantes.

Mapa 1 – Resultado eleitoral do Partido Nacional Socialista 05/03/1933.



Fonte: Strange Maps.

Todavia, os trabalhos sobre Geografia Eleitoral são considerados controversos pelos que defendem que a questão política independe do espaço. Contudo, com o desenvolvimento dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e a Estatística Espacial, o estudo da Geografia Eleitoral adquiriu maior robustez científica, com significantes instrumentos de pesquisa. A análise espacial eleitoral passou a destacar-se no Brasil com a redemocratização, que veio associada à profissionalização das campanhas eleitorais, inclusive com a introdução de uma especialidade de pesquisa aplicada denominada “geomarketing eleitoral”, que auxilia os candidatos no aperfeiçoamento de sua comunicação com os eleitores, levando em consideração a localização do eleitorado.

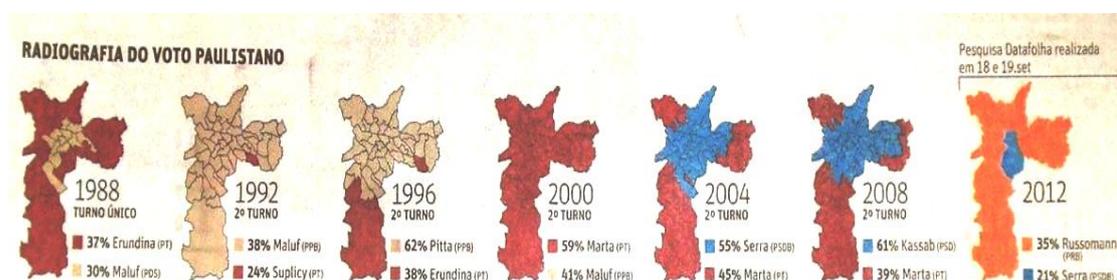
Tanto a Geografia Eleitoral como o Geomarketing Eleitoral fundamentam-se em um princípio central da Análise Espacial, também chamado “Primeira Lei da Geografia”, descrita por Waldo Tobler. Ela afirma que tudo é relacionado com tudo, mas que as

coisas próximas estão mais relacionadas do que as coisas distantes, ou, em outras palavras, coisas parecidas tendem a estar próximas.

Assim, os indivíduos com perfis sociológicos similares tendem a viver e/ou residir em certos bairros ou regiões e, dessa maneira, as atitudes e os comportamentos averiguados nessas regiões em função das eleições tendem a ser substancialmente uniformes. Tais fenômenos evidenciam-se mais em função de delimitação sociológica, como em razão da economia, cultura, religiosidade, etnia etc.

É importante destacar que não se trata de uma apropriação indevida dos geógrafos em relação aos cientistas políticos e outras disciplinas ou vice-versa, mas sim de um forte diálogo entre as disciplinas, capaz de produzir a sinergia necessária para estudos mais avançados em conjunto.

Mapa 2 – Histórico da geografia eleitoral do voto paulistano de 1888 a 2012 (antes da eleição).



Fonte: Folha de São Paulo (24/09/2012).

3.4 A eleição de 1985

O município de São Paulo é praticamente a cidade mais estudada do Brasil em relação à questão do voto econômico e da geografia eleitoral. Observando os trabalhos já realizados, percebemos que isso ocorre devido a uma série de fatores, como a importância da cidade no cenário nacional, a existências de importantes centros de pesquisa e instituições de ensino superior no próprio município, presença de grandes corporações, partidos políticos e outras instituições interessadas na dinâmica urbana etc.

Embora existam trabalhos de geografia eleitoral e voto econômico anteriores à redemocratização, como um estudo que acompanha a trajetória de Jânio Quadros (SOUZA, 1986) e que de certa maneira influenciou as pesquisas seguintes, destacamos dois autores que já apontavam tanto a importância da Geografia Eleitoral como a leitura do voto econômico, ainda que com substancial influência marxista, no período em que iniciava a redemocratização – o sociólogo Antônio Flávio Pierucci com seu artigo “A direita mora do outro lado da cidade”, e o cientista político Bolívar Lamounier, com o texto “Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente”.

Como destacamos, São Paulo é uma das cidades mais estudadas em face do voto econômico e da geografia eleitoral e, embora sirva de parâmetros para várias análises inclusive no cenário nacional, porque é bastante valorizada pelos políticos que a enxergam como uma espécie de pré-teste da eleição presidencial, seu eleitorado não deixa de apresentar características próprias que dão certa singularidade a cidade. Como descreveu Pierucci:

Estudar as escolhas eleitorais dos paulistanos, é bem verdade, significa ater-se a um caso muito particular no conjunto dos comportamentos políticos nacionais. A singularidade de São Paulo não carece ser sublinhada: o tamanho da cidade e de seu eleitorado, seu modo muito especial e seu ritmo acelerado de desenvolvimento histórico, a composição étnica de sua população, o modo caótico e autodestrutivo da configuração de seus espaços construídos, a impermanência desnorteante de seus estoques arquitetônicos e de seu traçado viário, o nomadismo interno de seus moradores através desses espaços, em constante mutação, bem como o afluxo inesgotável de novos habitantes, além, é claro, de seu status de capital econômica do País, são traços indissociáveis da realidade dos comportamentos eleitorais dos paulistanos (PIERUCCI, 1989).

Pierucci inicia seu trabalho demonstrando certa perplexidade com a primeira eleição municipal de São Paulo durante o processo de redemocratização, em 1985. O sociólogo pensava que, baseado no processo de redemocratização junto à eleição anterior para o senado em 1974, em que o MDB/PMDB conquistou 70% dos votos paulistanos, representado “uma estrondosa guinada antirregime militar”, indicava uma vitória praticamente certa da esquerda na primeira eleição democrática direta

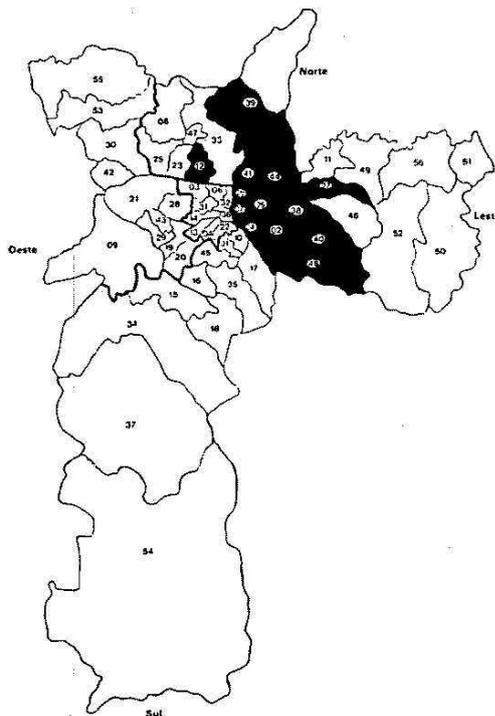
para prefeito de São Paulo desde 1964. No entanto, a direita ganhou com Jânio Quadros em 1985, perturbando assim sua análise, que ainda se agravou com o fato de Paulo Maluf conquistar o terceiro lugar pra governador em 1986, apresentando forte popularidade no eleitorado paulistano (19,4%) – praticamente um quinto dos votos totais.

Ao que tudo indica em seu texto, é essa perplexidade com a vitória da direita que impulsionou a pesquisa, que embora inicie com significativos resquícios marxistas da última década da Guerra Fria, se desenvolve para aquilo que é hoje considerado de mais elaborado nos periódicos anglófonos de *Ciência Política*, que valorizam métodos quantitativos. Essa situação é facilmente observável visto que a princípio Pierucci define esquerda como oposição ao governo militar e direita como apoio ao governo, mas logo em seguida buscando descrever o eleitor de direita passa a utilizar termos marxistas como “bairros burgueses”, para ao final adotar um posicionamento de voto econômico em que estratos de renda média claramente territorializados possuem uma posição política conservadora.

Embora pareça estranha essa mudança de abordagem por parte do sociólogo, isso na verdade é um grande mérito da pesquisa, visto que o autor na busca por um entendimento sociológico da vitória da direita (Jânio Quadros – PTB) em 1985 na cidade de São Paulo desenvolve uma pesquisa que encontra o voto econômico paulistano. Pierucci analisou primeiramente os votos relacionando o eleitorado de Jânio Quadros (PTB/1985) e Paulo Maluf (PFL/1986) e dos candidatos de esquerda desse período, chegando à conclusão de que havia certa relação geográfica entre os janistas e malufistas (embora Jânio Quadros dispusesse de um eleitoral mais expandido geograficamente), após a delimitação geográfica eleitoral identificou o perfil socioeconômico da população das regiões delimitadas e como esse perfil se articulava com determinado posicionamento político, indo além das leituras políticas convencionais da época. Soma-se ao mérito do sociólogo ter publicado essa pesquisa em 1989 sem a utilização de programas computacionais de estatística e geoprocessamento e com o Tribunal Regional Eleitoral desinformatizado, o que leva a crer que o trabalho levou da data da eleição até a publicação para ser concluído, aproximadamente quatro anos.

Assim, o sociólogo Antônio Flávio Pírerucci encontrou a seguinte geografia eleitoral da direita em São Paulo nas primeiras eleições do processo de redemocratização:

Mapa 3 – As 20 maiores votações de Jânio Quadros em 1985 – Município de São Paulo.

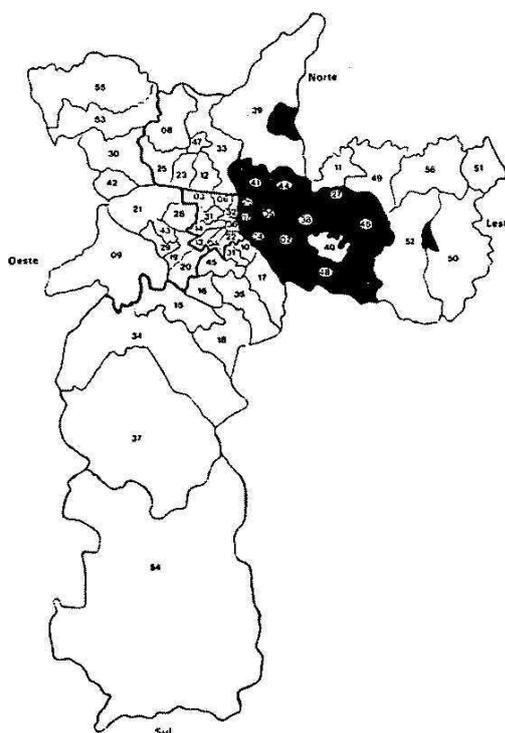


Com relação à geografia eleitoral de Jânio Quadros no município de São Paulo, Pierucci cita Boliva Lamounier, que analisou a geografia do voto e já destacava o voto econômico na eleição de 1972, a primeira eleição pluripartidária:

Os votos de Jânio Quadros podem ser lidos de duas maneiras. Primeiro, seus percentuais são mais altos nas áreas "médias", onde se localizam, é claro, os bairros tradicionais do janismo. Diga-se de passagem que o candidato eleito, Franco Montoro, foi vencedor em todos os distritos menos um, a Vila Maria, reduto histórico do ex-prefeito, ex-governador e ex-presidente. Observe-se, por outro lado, que quando sobem os percentuais de Jânio Quadros, descem os de Franco Montoro. Assim, em vez do crescimento paulatino da votação deste último (ao se passar das áreas mais ricas às mais pobres e periféricas), como ocorria com a votação do MDB até 1978, vemos agora um ligeiro declínio entre as áreas... (LAMOUNIER, 1983, p. 7).

Logo, considerando o trabalho de Lamounier sobre o resultado das urnas em 1982 somado as suas próprias análises, Pierucci destaca que os melhores desempenhos de Jânio Quadros ocorrem em bairros de nomes muito familiares, da periferia mais antiga de São Paulo, mais próxima do Centro, que eram bairros operários na década de 1950 e que em 1982 eram identificados como bairros de classe média baixa. Embora essa constatação para um leigo aparente ser uma mera descrição física da localidade do eleitor, ela vai muito além pois desmantela a crença de que a classe “burguesa”, os donos do capital e no sentido mais estereotipado os mais ricos, teriam eleito a direita. Assim Pierucci concluiu que “nos anos 190 Jânio Quadros tem tido seus piores desempenhos nos bairros burgueses, de um lado, e nos bairros mais pobres e mais periféricos, de outro”.

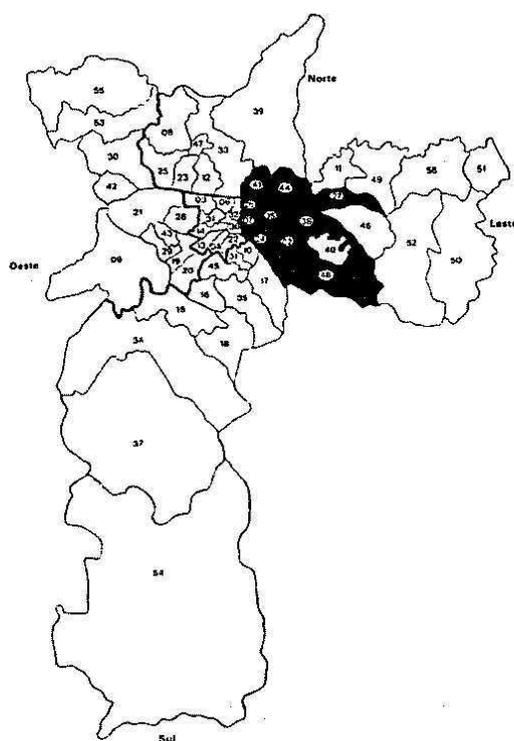
Mapa 4 – As 20 maiores votações de Paulo Maluf em 1986 – município de São Paulo.



Com relação a Maluf em 1986, Pierucci consegue reafirmar sua posição de que o eleitorado de direita identificado em Jânio Quadros e Paulo Maluf possui uma relação geográfica comum substancial, embora o posicionamento e a dinâmica sociopolítica dos eleitores ocorra com certas diferenciações.

O sociólogo Antônio Flávio Pirerucci percebeu primeiramente uma distinção geográfica, de modo que o Malufismo não tinha uma forte base eleitoral na Zona Norte da cidade, que é janista. Os redutos janistas da Zona Norte, como Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Sabrina, Tucuruvi, não ofereceram base geográfica eleitoral para Paulo Maluf. Assim, apesar da direita política identificada pelo sociólogo na figura de Jânio Quadros e Paulo Maluf compartilharem de uma temática política comum, como a questão da segurança policial, as principais bases eleitorais do malufismo não incidem com a do janismo. O que é observado é que o eleitorado do Maluf estava entre os de renda mais baixas, mas que viviam na região mais rica. Logo, em São Paulo não é a mesma coisa ser pobre na periferia e ser pobre morando em bairros nobres, a ponto de haver até distinções políticas em um mesmo estrato socioeconômico. Contudo, há de fato interseções territoriais entre o eleitorado janista e malufista, como demonstra o Mapa 5.

Mapa 5 – Subfistritos que se repetem na lista das 20 maiores votações de Jânio Quadros e de Paulo Maluf em 1986 – município de São Paulo.



Logo, Pierucci conclui que pela interseção dos eleitores de Jânio Quadros e Paulo Maluf é possível delimitar geograficamente o eleitorado de direita como aqueles que se localizam na parte mais próxima ao centro e menos pobre da Zona Leste. Com uma distinção importante, o eleitorado malufista mais intenso encontra-se na Zona Leste, enquanto na Zona Norte ele é menos concentrado que o de Jânio Quadros, de maneira que o malufismo não coincide integralmente com o janismo em função das bases eleitorais.

Desse modo, Pierucci conseguiu localizar e determinar quem é o eleitorado de direita nas eleições na cidade de São Paulo no início da década de 1980, durante o processo de redemocratização.

Avaliando primeiramente os dados obtidos em função da eleição de Jânio Quadros, Pierucci percebeu que não se tratava de bairros mais carentes e mais distantes independente da sua localização geográfica – porque mesmo em bairros periféricos da Zona Norte ou da Zona Leste a votação em Jânio Quadros demonstrou-se pequena.

Além disso, para certa surpresa do pesquisador, o eleitorado janista não se encontrava nos “bairros burgueses”, ou nos “bairros de classe média alta e intelectualizada” nem em “bairros boêmios e de serviços pessoais sofisticados”, que geograficamente excluem totalmente as Zonas Leste e Norte, com exceção de pequenos enclaves demograficamente insignificantes. Para Pierucci, os “bairros burgueses e de classe média alta” formam uma vasta área nobre que se espalha do Alto da Lapa (a Noroeste) até Indianópolis (a Sul/Sudeste) e desce dos “jardins” da Avenida Paulista até as “chácaras” próximas a Congonhas e Santa Amaro.

Logo, segundo os resultados obtidos pelo sociólogo, a direita paulistana no início dos anos 1980 com forte relação com Jânio Quadros e Paulo Maluf é uma determinada classe média, em um sentido estrito de intermediária, visto que para o autor:

Morar no Tatuapé, na Penha, na Moóca, na Vila Maria ou na Vila Guilherme significa morar, portanto, no “outro lado” da cidade. Trata-se de populações

de classe média para as quais o local de moradia representa um traço inferiorizador de seu status. O bairro, a zona, o "pedaço" da cidade em que moram, numa palavra, o modo de inserção urbana destes estratos da população constitui componente crucial (e pesado) de sua identidade social, teia que de algum modo os impede de identificar-se com os mais pobres, ao mesmo tempo em que lhes permite ver sua distância social e geográfica em relação aos mais ricos, mais chiques, mais in - reconhecimento que, não raro, é acompanhado de ressentimento. Foi nestas populações que as interpelações autoritário-moralistas de Jânio Quadros encontraram, em 1985, valiosa acolhida, tendo em vista que para os habitantes dos bairros carentes e periféricos, tal apelo teve pouca ou menor repercussão em número de votos, e que os bairros burgueses, pelo menos nessa conjuntura, mostraram-se impermeáveis ao discurso de uma certa direita. (Fica aqui a indicação de que é fundamental, para o estudo do comportamento eleitoral, levar em consideração a direita como fenômeno plural).

A força eleitoral desse "novo" janismo abertamente autoritário e conservador está portanto concentrada, na São Paulo dos anos 1980, nos estratos médios inferiores. Os resultados de 1985 (dado o teor desta campanha janista, que enfatizou de modo especial e insistente a questão da segurança) deixam claro que seu caminho de volta ao poder executivo da maior cidade do País passou com muita força por essas populações. E aqui o termo populações tem também a conotação de "povoamentos", porquanto assim se sublinha o caráter ao mesmo tempo sócio-econômico e cultural-geográfico das bases janistas em São Paulo.

Trata-se de setores intermediários em mais de um sentido: (1) são estratos intermediários entre a base e o topo da sociedade, (2) que vivem em bairros intermediários entre o centro e a periferia, (3) exercendo muitas vezes suas atividades econômicas nos setores de intermediação (pequeno comércio e serviços). A este feixe de determinações da posição intermediária das bases janistas somam-se ainda outros fatores que, por assim dizer, empurram para baixo e para trás sua posição social, fazendo com que a designação "classe média baixa" não apareça gratuitamente (PIERUCCI, 1989).

Os resultados de Pierucci corroboram com a percepção do cientista político Bolivar Lamounier em "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente", embora este tenha pesquisado a eleição de 1974 para senador e deputado na

cidade de São Paulo, considerada importante pelos 70% de votos paulistanos conquistados pelo MDB ao Senado e por suas formulações teóricas que já apontavam a relação entre o voto econômico e a geografia eleitoral.

Para Lamounier, a forma mais simples de visualizar as bases socioeconômicas da eleição é o próprio mapa eleitoral da cidade, visto que classes sociais ou estratos socioeconômicos não são abstrações, mas agrupamentos espaciais que se distribuem diferencialmente entre os bairros de uma cidade em função das possibilidades de acesso a habitação de determinado padrão, serviços, infraestrutura etc. A geografia eleitoral de São Paulo apresenta a relação entre possibilidades e sua expressão política (LAMOUNIER, 1975).

Contudo, é importante destacar que essa pesquisa de Pierucci envolveu somente duas eleições próximas uma da outra, ainda no processo de redemocratização do país. Como observaremos, o eleitorado paulistano também apresenta certa volatilidade política. Já em 1988, a esquerda chegaria ao poder na cidade de São Paulo com Luiza Erundina e, em seguida, retornaria para a direita com Paulo Maluf em 1992 e a alternância de poder passou a fazer parte da dinâmica democrática paulistana, mas com alguns casos de reeleição partidária.¹⁸

Tal fato já era destacado por Lamounier antes do processo de redemocratização. Para o cientista político estratos ou classes sociais são os fundamentos das distinções de representações e interesses que se projetam no campo político sob a forma de filiação ou identificação partidária. Embora, isto não queira dizer que as filiações e identidades partidárias sejam imutáveis, ou que as camadas sociais possuam de maneira automática uma visão clara e coerente do processo político. Certamente existem formas bastante estáveis de consciência social, contudo, a

¹⁸ Interessante notar que esse não é um fenômeno político singular da cidade de São Paulo em razão da dicotomia direita e esquerda. É importante lembrar que, por exemplo, na Polônia com o fim do socialismo e a redemocratização, após a vitória para presidente do líder opositor Lech Walesa, líder do Sindicato da Solidariedade, este foi sucedido por Aleksander Kwasniewski, renomado político socialista que já fazia parte do establishment antes da redemocratização. E as similaridades vão além da volatilidade eleitoral, pois a vitória de Aleksander Kwasniewski inclui uma mudança no jogo com a profissionalização da campanha eleitoral com especialistas de marketing oriundos da Europa Ocidental. O mesmo modelo ocorre no Brasil, uma vez que Maluf após a redemocratização retorna para a prefeitura de São Paulo com uma campanha profissionalizada com o suporte de Duda Mendonça que mais tarde também auxilia a campanha de Lula para presidente.

representação que fazem do processo político depende da atuação do partido e outras organizações políticas. “Partidos não são somente agregadores de interesses, mas também formadores de opiniões e atitudes (LAMOUNIER, 1975).

3.5 A eleição de 1988

Com a introdução do pluripartidarismo e a redemocratização, os atores políticos em São Paulo se encontraram em um novo cenário eleitoral em que somente havia como base analítica em condições similares a eleição de 1985, mas que ainda não dava as informações necessárias para uma apreciação daquilo que seria a eleição de 1988. A presença de um maior número de partidos implicou também no aumento de atores políticos que buscavam o pleito da prefeitura, além de novas operações como as coligações, o que demandava novas estratégias eleitorais para todos os participantes, que somente possuíam informações incompletas e/ou imperfeitas tanto sobre o cenário quanto sobre os adversários.

Uma das estratégias que se consagrou nessa eleição foi a da candidatura constante. Essa estratégia tem como base a prática de se candidatar a todas as eleições possíveis a fim de resguardar determinado eleitorado, projetar o nome do partido político e ampliar a votação por força da lembrança (*recall*)¹⁹. Não foi sem razão que Paulo Maluf foi candidato em praticamente todas as eleições, a despeito das seguidas derrotas que colheu, ou ao menos colocou seu nome como possível candidato. A mesma coisa fez o PT, apresentando candidatos em todas as oportunidades para conquistar o eleitorado que até o início da década de 1980 pertencia ao PMDB²⁰. Essa estratégia do PT demonstrou funcionar; já em 1988 o partido ganhou a prefeitura com Luiza Erundina como candidata.

¹⁹ A cada eleição que um político disputa ele acumula a musculatura da lembrança (ALMEIDA, A. C.; 2008).

²⁰ Em 1985 o PT construiu sua reputação a duras penas visto que os votos que desfalcou do PMDB, sobretudo na periferia de São Paulo, foram fundamentais para que Jânio ganhasse de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente essa política também é adotada pelo PSOL oriundo do PT.



Todavia, foi comentado na época que o PT ganhou devido ao “voto útil”, quando os eleitores abrem mão de seu candidato favorito para votar em outro que tem mais chance de ganhar e possa derrotar aquele candidato forte que não é de sua preferência. Deste modo Luiza Erundina teria ganhado em 1988 devido a forte rejeição a Paulo Maluf, de forma que eleitores a princípio do PSDB e do PMDB teriam trocado de candidato para eleger o PT impedindo a vitória malufista. Embora essa seja uma explicação simples e bastante popularizada sua concepção possui fundamento na Teoria dos Jogos.

É sabido que a surpreendente vitória de Luiza Erundina (PT) ocorreu graças a uma ponderável migração de votos de outros candidatos — principalmente José Serra (PSDB) e João Leiva (PMDB) — acompanhada da adesão daqueles que sempre se decidem no último momento: os mais pobres, menos escolarizados e do sexo feminino [...]. A virada petista se deu literalmente na boca da urna. Pesquisa realizada pelo DataFolha em 19 de novembro, quatro dias depois da eleição, mostra que 25% dos votos de Erundina vieram dos eleitores que se decidiram por ela no próprio dia 15 (PIERUCCI E LIMA, “A direita que flutua”, op. cit., p. 21.).

Mas também é necessário destacar que a eleição de 1988, a segunda eleição municipal democrática direta pós-redemocratização possuiu uma conjuntura singular, pois ainda representava um rearranjo da dinâmica eleitoral. O candidato Paulo Maluf do PDS liderou durante a maior parte do tempo as pesquisas, enquanto o PMDB, fortalecido pela conquista do governo do estado em 1986, tentava vencer a eleição na capital após a derrota em 1985. Por fora, estava o PT, que apresentava uma ex-integrante das Ligas Camponesas da Paraíba como candidata à prefeitura.

Outros atrelaram a vitória do PT à incapacidade do centro na figura do PMDB em se constituir como uma força viável no município – a atração dos eleitores do PMDB paulistano seria uma consequência direta do enfraquecimento do próprio partido. A eleição de 1988 seria a última em que um candidato do PMDB, no caso João Leiva, possuiu determinada chance de vitória, mesmo que remota, ao provar uma arrancada no início da campanha.

Somado a isso havia outras questões como o fato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) futuro grande ator político paulistano ter surgido a pouco tempo do PMDB. O candidato tucano era José Serra e o partido recém-criado utilizava a bandeira da ética. A própria definição de uma candidatura do PSDB na época foi complicada. O PSDB fora fundado cinco meses antes da eleição de 1988 e não estava devidamente organizado para concorrer a eleição na cidade, por exemplo, apresentava escasso tempo no horário eleitoral. Com isso seus principais nomes não demonstravam interesse em se candidatar e Serra era um deputado federal pouco conhecido face aos seus adversários. Ele não estava cotado para ser o candidato, mas Montoro²¹ que seria o nome para representar o partido ficou doente.

Outro ponto importante desta época foi que o malufismo já apresentava uma força superior ao da legenda do partido político indicando uma tendência do personalismo em nossa nova democracia, na qual o eleitorado está mais associado a um

²¹ André Franco Montoro foi um político brasileiro e 27º governador de São Paulo entre 15 de março de 1983 e 15 de março de 1987, membro fundador do PSDB. Não concorreu a eleição de 1988 devido a uma pneumonia.

determinado político do que certo partido. Embora essa situação já fosse observável em outros candidatos em fases democráticas anteriores.

A candidatura da Luiza Erundina do PT também representou esse rearranjo da redemocratização. Sua nomeação pelo PT foi intrincada, sendo naquela ocasião deputada estadual teve que disputar o pleito com o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, que no momento era considerado mais à direita,²² com propostas de alianças que contrariavam a posição do partido naquele momento. Além disso, Plínio de Arruda Sampaio, que não era da principal tendência do PT, a Articulação, tinha o apoio desse grupo e inclusive declaração pública de Lula a seu favor, enquanto Erundina teve apoio da esquerda do partido e de parte das bases da Articulação (SECCO, 2011).

O resultado dentro do PT para nomeação ficou em 54,9% dos votos para Erundina contra 43,3% para Plínio de Arruda Sampaio. E o resultado de Erundina para a prefeitura paulistana ficou em 37% contra 30% de Maluf o segundo colocado, sendo que nesta eleição não havia segundo turno. Como se pode observar, as prévias para nomeação dentro do partido político podem ser mais acirradas do que a eleição propriamente dita.

A estratificação socioeconômica do eleitorado da Erundina ficou com 27,2% da classe alta (no sentido de alta renda), 27,8% na classe média e 34% na classe baixa. Todavia, não foi verificado qual foi o resultado eleitoral com o operariado especificamente.

Essa situação de rearranjo político iria se expandir para o governo de Erundina, comprometendo o PT na eleição seguinte de 1992. Uma vez que o exercício do mandato foi marcado por vários problemas e conflitos políticos, como disputa com o sindicato dos condutores, escândalos, como o caso Lubeca de troca de favores, o caso Podram, e conflitos internos no partido. Como descreve o historiador Lincoln

22 O Plínio de Arruda Sampaio era considerado à direita de Erundina em 1988, já nas primeiras eleições do século XXI a situação praticamente inverteu tendo Erundina mudado para um PSB moderado e Plínio de Arruda Sampaio tornado liderança como presidenciável no radical PSOL, que hoje defende concepções que eram típicas do PT na década de 1980. Assim é possível ter uma dimensão de como o PT e vários de seus principais atores políticos mudaram com o tempo.

Secco sobre a conjuntura: “Como o maior inimigo do PT era o próprio PT, conflitos com o Diretório Municipal preencheram o resto do tempo de lutas internas, agora entre membros da administração e do partido.” (SECCO, 2011).

3.6 A eleição de 1992

Em 1992, o eleitorado paulistano rumou para a direita com Paulo Maluf, o que se repetiria em 1996. A princípio e até mesmo observando o mapa eleitoral, existe a ideia de que o paulistano estava alternando entre partidos políticos extremos. Contudo, essa oscilação não foi tão grande se observada a série de votos dos partidos entre uma eleição e outra. Em 1988, o PT, representado por Erundina, obteve 37% dos votos; em 1992, perdeu com Suplicy, mas com 24% dos votos. Mais tarde, em outras eleições, a situação política no município de São Paulo ficaria mais amena com a entrada do PSDB e o deslocamento para o centro feito pelo PT já na década de 1990.

Contudo, a eleição de 1992 possuiu uma conjuntura bem específica, uma vez que foi a primeira eleição municipal pós-redemocratização com o sistema de dois turnos, que ainda ocorreu na influência do processo da impugnação de mandato (*impeachment*) do Presidente Fernando Collor de Mello, o que teria reconfigurado as campanhas municipais do país que ficaram reféns das principais questões políticas nacionais naquele momento.

Em 1992, o município de São Paulo tinha como principais candidatos Paulo Maluf (PDS), Eduardo Suplicy (PT), Aloysio Nunes Ferreira Filho (PMDB) e, menos expressivamente, Fábio Feldman (PSDB), além de outros candidatos com pouca expressão eleitoral.

A conjuntura política demonstrou-se favorável à candidatura de Paulo Salim Maluf, embora esse tivesse acumulado uma série de derrotas eleitorais, como 1986 e 1990 para governador, 1988 para prefeito e 1989 para presidente, de modo que naquele momento seu único cargo político era de presidente do PDS. Não obstante, com todas essas corridas eleitorais perdidas, seu eleitorado em São Paulo foi

significativamente ampliado por força da lembrança (*recall*) que se somou às adversidades sofridas pelos outros partidos políticos que buscavam o pleito.



Por exemplo, parte do crescimento do eleitorado do Maluf é oriundo da decadência do PMDB, visto que os eleitores de centro não tinham nenhum candidato viável como opção. A estratégia do PMDB de candidatar o vice-governador Aloysio Nunes Ferreira Filho, originário do movimento estudantil, não vingou; sua candidatura não conseguiu decolar.

O PT candidatou o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que mesmo sendo um forte nome em uma boa posição política, assim como o candidato do PMDB, não conseguiu ganhar a eleição. A estratégia do PT no governo Erundina de concentrar as políticas públicas para a periferia e nos estratos mais pobres da população não surtiu o efeito esperado pela esquerda de reconhecimento dos feitos por parte desse eleitorado. A votação do PT caiu de 37% para 24% (nesse caso a votação ainda é alta com praticamente $\frac{1}{4}$ dos eleitores, mas trata-se de uma eleição de segundo turno com somente dois candidatos, enquanto na anterior havia um turno com vários

candidatos). E, curiosamente, a derrota do PT em 1992 deu-se pela deserção de seus próprios eleitores de 1988, como destaca Limongi e Mesquita:

Ou seja, se a derrota do PT em 1992 pode ser creditada à deserção de seus eleitores de 1988, esta ocorreu mais fortemente nas camadas mais baixas, contrariando a tese de que a vitória do PDS-PP se deveu a uma reação das classes altas e médias ao PT (LIMONGI E MESQUITA, 2008).

Já o PSDB enfrentou o fato de que seus principais nomes, no momento, Mário Covas, Franco Montoro e José Serra, decidiram não concorrer, um grave erro do PSDB e de Serra de acordo com a estratégia da força da lembrança (recall)²³. Assim nomearam para o pleito o Deputado Federal Fábio José Feldman que era militante ambientalista.

Um fato interessante destacado por Limongi e Mesquita é que 99% dos eleitores de Maluf votaram em Fernando Henrique Cardoso para presidente. Contudo, não deixa de trazer algumas surpresas no que se refere ao PT: dos eleitores de Suplicy, apenas 56,8% votaram em Lula, enquanto 35,1% optaram pela candidatura tucana (LIMONGI e MESQUITA, 2008).

A eleição de 1992 no município de São Paulo foi um importante marco na dinâmica eleitoral estabelecida com a redemocratização, visto que nessa segunda eleição já ficava evidente que partidos políticos pequenos não teriam grandes chances em São Paulo e dificilmente arranhariam o eleitorado dos maiores partidos. Além desse fato, os partidos políticos somente teriam chance de concorrerem em São Paulo com nomes bem consolidados na política, não sendo o cargo de prefeito de São Paulo viável para políticos desconhecidos da população, esta situação fortaleceu ainda mais a prática de recall, coalizões eleitorais, apoios de políticos renomados às candidaturas e a necessidade de um “trampolim” político (utilizar um cargo menos importante como forma de acesso a corrida eleitoral para prefeito).

²³Esse erro iria se repetir mais tarde no PSDB na esfera nacional quando após Serra ter concorrido para presidente em 2002 é substituído por Geraldo Alckmin em 2006 para depois retornar a candidatura em 2010, assim comprometendo o *recall* e consequentemente o fortalecimento do seu eleitorado.

Logo, a eleição de 1992 demonstrou-se simplificada pelo recall, uma vez que das candidaturas lançadas somente Maluf e Suplicy que concorreram a cargos de maior destaque, respectivamente presidente e senador, apresentavam um patamar inicial que viabilizava as candidaturas. Junto a isso o eleitorado do PMDB após a derrota de 1985 evaporou, de modo que abriu espaço para a ascensão de novos partidos como o PT e o PSDB, assim como para o crescimento do próprio Maluf.

A disputa política pelo controle do PMDB paulista entre o então governador Orestes Quércia (1987-1990) e o ex-governador Franco Montoro (1983-1986) levou um grupo de políticos de grande expressão no Estado a criar, em 1988, o PSDB. Além de Montoro, integravam o novo partido Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Serra, entre outros. A partir daí, tende a haver um esvaziamento do PMDB paulista, apesar de Quércia ter conseguido eleger Luiz Antônio Fleury como o seu sucessor no governo estadual. O PMDB enfraquece ainda mais em São Paulo, quando FHC se elege presidente da República e Mário Covas torna-se governador do Estado, em 1994.

A partir de então, há uma consolidação na capital de forças políticas que passam a disputar as eleições municipais — PPB, PT e PSDB — com territórios muito bem demarcados, o que pode ser visto através dos mapas de suas votações pelas zonas eleitorais da cidade de São Paulo (JACOB, HEES, WANIEZ, BRUSTLEIN, 2011).

Assim Maluf foi eleito no segundo turno com 38% dos votos contra 24% de Suplicy, ganhando em praticamente todos os bairros do município, salvo por Sapopemba, embora no primeiro turno tenha conquistado todos os bairros. Apesar de a vitória malufista ser menor na periferia, o Partido dos Trabalhadores (PT) perdeu a maior parte do seu eleitorado em relação à eleição de 1988 exatamente nos extremos da capital.

3.7 A eleição de 1996

Na eleição de 1996, o prefeito Paulo Maluf decidiu indicar Celso Pitta, secretário de finanças na época, para sua sucessão.²⁴ Pitta ganhou a eleição com 48,2% dos votos no primeiro turno e 62,3% no segundo, assim derrotando Luiza Erundina do PT. Suas principais propostas estavam vinculadas ao trânsito, como o projeto “fura fila”²⁵. Seu eleitorado obteve destaque no centro do município, em bairros como a Vila Maria, Moóca, Ipiranga e Indianópolis.



²⁴Maluf se apresentou no horário eleitoral daquele ano com a seguinte frase: "Votem no Pitta e se ele não for um grande prefeito, nunca mais vote em mim". Depois acusado de corrupção e com uma alta taxa de rejeição nas pesquisas de opinião, Pitta atrapalhou a carreira política de seu padrinho, Paulo Maluf, que ficou com a imagem prejudica frente à população. No final acabaram rompendo seus laços políticos.

²⁵Projeto de veículo leve sobre pneus (VLP) para a Cidade de São Paulo. O Fura-Fila surgiu como obra eleitoral do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, rebatizado por Marta Suplicy de "Paulistão" e por José Serra de "Corredor Expresso Parque D. Pedro – Cidade Tiradentes", ou somente "Expresso Tiradentes". A construção começou em 1997, durante a gestão de Celso Pitta, operou experimentalmente os primeiros 2,8 quilômetros em 30 de setembro de 2000 e prolongou-se por quatro meses. A obra foi paralisada por muitos anos, mas depois retomada pela ex-prefeita Marta Suplicy, em 2002, com o nome de "Paulistão", e teve seu traçado estendido para chegar até São Mateus, mas foi novamente paralisada. As obras só foram definitivamente retomadas em 2005, na gestão de José Serra, rebatizado de Expresso Tiradentes. Finalmente, em 22 de fevereiro de 2007, o prefeito Gilberto Kassab entrega o primeiro trecho. Nos projetos, haveria uma extensão até o bairro de Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade, porém optou-se por executar o trecho em forma de monorail, integrando-o à malha metropolitana.

Em 1996 o Partido dos Trabalhadores já se encontrava na condição de principal adversário municipal do PPB (Partido Progressista Brasileiro), visto que já era a terceira disputa liderada pelas duas siglas, e indicou Erundina como candidata. Todavia, a ex-prefeita obteve somente 24,5% de votos no primeiro turno e 37,7% no segundo. Seus redutos eleitorais encontravam-se na Zona Leste, como em São Miguel Paulista, São Mateus e Sapopemba e na Zona Sul, no Grajaú e Piraporinha, localidades próximas da região industrial do ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul e Diadema), berço do Partido dos Trabalhadores.

O PSDB vinha como o terceiro partido político melhor posicionado na disputa, como José Serra candidato, todavia esse somente obteve 15,6% dos votos, embora tivesse apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso e do governador Mario Covas. Contudo mais tarde (2004) ganhou o pleito reforçando a concepção do *recall*. Nessa eleição sua principal área de votação foram os bairros Jardim Paulista, Pinheiros e Perdizes, considerados a parte mais rica da cidade.

Tanto o PDS-PP como o PT — mais este do que aquele — perdem votos no topo da pirâmide social para o PSDB. O partido manterá esta característica nos demais pleitos e é esta base sólida que lhe permitirá reivindicar com sucesso a herança do voto no PDS-PP quando este se desestrutura (LIMONGI e MESQUITA, 2008).

Outros partidos também apresentaram candidatos, sendo interessante destacar Francisco Rossi do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, que embora fosse um partido político de esquerda apresentou um discurso substancialmente religioso de cunho evangélico. Assim apontando o início do fenômeno do voto religioso na redemocratização paulistana. Seus 7,6% de votos se concentravam na zona noroeste, leste e sul da cidade, nas regiões em que a presença de evangélicos é maior.

O principal fenômeno político nessa eleição é o fato de que embora o PSDB tivesse conseguido anteriormente a eleição nacional para presidente e a estadual paulista para governador, não consegue reproduzir isso na eleição municipal paulistana. Ao

que parece a conjuntura eleitoral destes dois cargos executivos foi mais favorável pela ausência da concorrência do PPB (antigo PDS e futuro PP), não havendo desta maneira adversários mais a direita, de modo que o eleitor de direita que rejeitava o PT somente tinha o PSDB como opção, fato esse que não se repetia na eleição municipal de São Paulo. Tal fato se comprovaria na eleição de 2004.

Contudo, também devemos considerar que houve hesitação no PSDB para a nomeação do candidato a prefeitura em 1996, de maneira que, no momento que o PSDB entra na disputa, já encontra a dicotomia PPB e PT consolidada na corrida eleitoral.

3.8 A eleição de 2000

Em termos institucionais a eleição de 2000 foi marcante, uma vez que esta foi a primeira eleição após a implementação do instituto da reeleição, o que certamente afetou a dinâmica eleitoral. Soma-se a isso o fato de que a eleição de 2000 também foi a última polarizada entre o Malufismo (PPB/PP) e o Petismo (PT). Mesmo com os problemas no governo anterior com Celso Pitta (PPB/PP), Paulo Maluf ainda detinha certo poder na cidade, embora tenha perdido apoio de alguns partidos, o que enfraqueceu sua hegemonia, contudo a situação chegou a tal ponto que o vice-governador Geraldo Alckmin do PSDB, que foi candidato no primeiro turno, apoiou o PT com Marta Suplicy candidata no segundo turno.²⁶ O PT já possuía determinada rivalidade com o PSDB, mas os dois partidos políticos possuíam interesse em derrotar o PPB de Paulo Maluf. Como descreveu André Singer na Folha Online em 2000:

As chances de Geraldo Alckmin aproveitar o embalo e tornar-se a principal alternativa a Marta Suplicy vão depender do comportamento de eleitores que votaram em Maluf ou Pitta nas últimas eleições. Como o espaço da esquerda está superocupado por Marta e Erundina, não há muita chance do tucano crescer para esse lado. Daí que, embora se diga de esquerda, a lógica da disputa o levará a cortejar o eleitorado de direita. (SINGER, 2000).

²⁶Mais tarde, com o rearranjo político nas eleições seguintes, a situação foi alterada, com o PSDB tornando-se adversário do PT e o PP de Maluf aproximando-se do PT.

Todavia, um dos pontos centrais da análise de Singer nessa eleição que se confirmaria é o poder político de Maluf. Em suas derrotas políticas Maluf era constantemente decretado como morto politicamente pelos seus adversários, contudo ele sempre retornava ao cenário político ainda mais forte (*recall*). Assim Singer explicitou essa questão na época:

A morte política do ex-prefeito já foi decretada inúmeras vezes. Mas Maluf sempre renasceu mais um pouco mais forte. A razão é simples. Ele representa o grande segmento conservador da sociedade (Singer, 2000).

Essa análise do professor Singer é de suma importância, uma vez que mesmo enfrentando inúmeros problemas e acusações Paulo Maluf se mantém nas eleições municipais de São Paulo como uma grande força política, independente de sua capacidade ou a de seu partido de conseguir ganhar novamente o pleito municipal. Considerando as afirmações do antigo especialista em *marketing* político de Paulo Maluf, Duda Mendonça, em sua autobiografia ele afirma que Maluf gostaria de se eleger presidente do Brasil (MENDONÇA 2001). Logo, é provável que a não obtenção de um espaço significativo na corrida eleitoral presidencial levou Maluf a concentrar sua projeção política no estado e município de São Paulo.

No que diz respeito ao PSDB na eleição de 2000, além da disputa pelos votos da direita com o PPB/PP, em face da supersaturação na candidatura de esquerda com Marta Suplicy (PT) e Erundina (PSB), enfrentava também o problema geográfico do voto econômico, uma vez que não conseguia um eleitorado significativo na periferia. Portanto, a eleição de 2000 reforçava a ideia de que o eleitorado do PSDB se concentraria mais nas regiões mais ricas da cidade e nos redutos malufistas.

Desse modo, a eleição de 2000 representa e reafirma a alta competitividade como uma das características do pleito paulistano. Uma vez que havia uma grande disputa no eleitorado de esquerda entre Marta Suplicy (PT) e Erundina (PSB), um forte nome de centro com potencial de captura de votos na direita e como terceira opção na esquerda, com Geraldo Alckmin (PSDB), que era vice-governador na época, e a forte presença da direita com Paulo Maluf (PPB/PP). Em termos gerais, a disputa

paulistana no início da corrida eleitoral era para saber quem de fato chegaria ao segundo turno.



A vitória de Marta Suplicy do PT (59%) em São Paulo no segundo turno contra Paulo Maluf do PPB/PP (41%) foi considerado um avanço do Partido dos Trabalhadores, para além da municipalidade. Visto que, na percepção política uma vitória em São Paulo, em face do seu tamanho populacional e de sua identidade como capital financeira, altera o cenário político nacional. Porque os políticos entendem que o executivo municipal paulistano é um “trampolim” para cargos mais importantes como presidente de partido político, senador, ministro, governador, presidente etc.

Todavia, é importante destacar a dinâmica eleitoral do primeiro turno, em 2000, analisada por Limongi e Mesquita (2008) em face dos dados da eleição de 1996, em que é verificado que os eleitores da direita malufista (PDS/PPB/PP) que haviam votado em Celso Pitta favoreceram fortemente, em 2000, as candidaturas de Romeu Tuma (PFL) e Aíckmin (PSDB), de modo que embora tenham mudado de candidato e partido não ultrapassaram a linha que os distingue do voto de esquerda.

No cenário geográfico essa seria a maior vitória do Partido dos Trabalhadores que no segundo turno derrotou os adversários em todos os bairros da cidade, sendo somente diferenciadas as diferenças percentuais entre eles. Bairros mais ricos ou redutos eleitorais malufistas apresentavam um percentual menor de votos no PT do que os bairros pobres da periferia.

3.9 A eleição de 2004

Em 2004 o rearranjo do cenário político paulistano iniciado em 2000 se solidifica, alternado a bipolarização entre o PP/PPB/PDS e PT para PSDB e PT. Mesmo com a eleição de 2000 indicando essa tendência, boa parte da mídia assim como parte dos políticos consideravam que essa conjuntura de 2004 era um reflexo da corrida eleitoral presidencial que já se encontrava polarizada entre o PSDB e PT e que, agora, estaria refletida na principal eleição municipal do país, em face do elevado capital político que a prefeitura de São Paulo representa.

Um destaque da eleição de 2004 é a multiplicidade de candidatos para prefeito em São Paulo chegando a 14 candidaturas, embora somente cinco candidatos concentrem quase que a totalidade de intenções de voto, sendo que na prática a eleição é bipolarizada entre o PSDB com o José Serra e o PT com a Marta Suplicy, seguido com uma diferença substancial pelo PP com o Paulo Maluf e PSB com a Luiza Erundina.

Mesmo com o PP tendo como candidato Paulo Maluf, sua chance de vitória era baixa, porque suas bases eleitorais já haviam se alternado para outros candidatos, principalmente Serra do PSDB e os conflitos políticos desarticularam as coalizões partidárias. Assim, dentre os grandes partidos que atraem votos da direita somente o PSDB apresentou candidato, o que reduziu ainda mais o eleitorado de Paulo Maluf. Logo a conjuntura desta eleição fez com que ela fosse interpretada como uma continuidade da disputa eleitoral para presidente e governador do estado entre o PSDB e o PT em 2002.

Conforme descrito por Limongi e Mesquita (2008), a ascensão do PSDB frente ao eleitorado foi oriunda da atração de eleitores de todos os partidos políticos

concorrentes, além da retenção do seu próprio eleitorado. Até parte significativa de eleitores do PT e PP na eleição de 2000 migraram para a base eleitoral do PSDB. Sendo que o segmento em que o PT perdeu mais eleitores para o PSDB foi exatamente aqueles com maior escolaridade. De modo que o PT passou a ficar com o segmento da camada menos educada, na qual disputava espaço com o PSB, que candidatou Erundina, que era antiga prefeita petista.

Com todo esse cenário político da eleição de 2004 a polarização eleitoral entre PSDB e PT passou a ser uma disputa pelo eleitorado substancialmente mais acirrada do que era o embate entre o PT e o PP/PPB/PDS nas eleições anteriores. A conquista dos votos malufistas pelo PSDB já era observável desde a eleição 1996, embora em uma escala muito menor.

A atração que o PSDB exerceu nas camadas de eleitores com maior escolaridade atrapalhou o crescimento do PT na cidade, de maneira que para o PT ficaram as camadas mais pobres com menor escolaridade.

A eleição de 2004 é a terceira vez que José Serra concorre ao cargo de prefeito de São Paulo, de modo que, além de contar com uma conjuntura política favorável, o candidato possui também a força do *recall*, o que resultou logo no primeiro turno deste ano um excelente desempenho com 43,6% dos votos. Soma-se a isto o fato de que a geografia eleitoral do PSDB vem se cristalizando em bairros como Jardim Paulista, Pinheiros e Perdizes.



Comparando o desempenho de Serra em 2004 com Alckmin em 2000, observamos um crescimento percentual no eleitorado substancial. O PSDB com Serra cresceu em praticamente todas as zonas eleitorais do município, mas foi na parte central da cidade em que esse aumento foi mais significativo.

Marta Suplicy (PT), que na época era a prefeita da cidade, tenta a reeleição. No primeiro turno alcança 35,8% dos votos, que era um número um pouco abaixo do que havia conquistado no pleito de 2000 (38,1%). Sua melhor votação ocorre em bairros da Zona Leste, como Guainases e São Mateus, além de bairros da Zona Sul, como Grajaú e Piraporinha.

Essa eleição foi um marco negativo para Paulo Maluf (PP), visto que este foi seu pior desempenho político em 37 anos de carreira, pois conquistou somente 11,9% dos eleitores. Entretanto, alcançou boas votações em seus tradicionais territórios, como Vila Maria, Moóca e Ipiranga.

Outra que apresenta também um baixo desempenho foi a ex-prefeita Luiza Erundina (PSB) que recebeu somente 4% dos votos. Sua melhor votação se deu na Zona Leste, como São Miguel Paulista e São Mateus.

Contudo, o PSDB com Serra venceu (55%) contra (45%) do PT com Marta Suplicy no segundo turno, mas sem uma larga margem de vitória e sem conseguir penetrar na periferia da cidade que a cada eleição municipal se reafirma mais como reduto petista. A queda do PSB com Erundina nessa eleição indicou a reafirmação do PT como partido hegemônico da esquerda, embora não consiga evitar perda substancial de votos do seu próprio eleitoral para seu novo principal adversário, o PSDB, em determinados segmentos, como o de maior escolaridade. Desde 1988, quando o PSDB foi fundado, esta foi a primeira vez que o PSDB chegou a prefeitura de São Paulo.

Embora o mapa do PSDB no segundo turno seja bem similar ao do primeiro turno, a sua votação aumentou na parte central da cidade e é nos territórios tradicionalmente malufistas, como Vila Maria, Moóca e Ipiranga, que ocorreram seus maiores crescimentos eleitorais em relação ao primeiro turno, o que indica a adesão dos eleitores malufistas ao PSDB, mesmo com Paulo Maluf (PP) apoiando Marta Suplicy (PT) no segundo turno. Na ausência de Maluf o seu eleitorado tradicional se identifica mais com o PSDB do que com o PT, mesmo com o apoio do candidato do PP.

3.10 A eleição de 2008

No ano de 2008 a eleição paulistana foi marcada por um novo cenário, oriundo do acirramento político do embate entre o PSDB e PT nas esferas nacionais e estaduais que gerou um rearranjo nas organizações político partidárias, com forte reflexo na cidade.

Embora, a política partidária interna careça de transparência para a população, ao ponto de no Brasil não haver se quer o costume de convenções partidárias públicas para as nomeações de candidatos, é fato para os cientistas políticos que todos os partidos possuem disputas internas com elites que se enfrentam para controlar a

estrutura do partido, incluindo a nomeação dos candidatos, alguns de forma mais democrática outros menos, mas tradicionalmente a certa distância da população e da mídia.

Já na eleição de 2004 havia uma preocupação sobre a permanência de José Serra (PSDB) durante todo o mandato, visto que este foi presidenciável em 2002 e tudo indicava que seria novamente em 2006, assim largaria o mandato de prefeito da capital paulista pela metade. O assunto tomou tamanha dimensão que o candidato, ainda durante as eleições de 2004, assinou uma carta comprometendo-se a permanecer no cargo até o final do mandato. Conforme foi descrito na Folha de São Paulo:

Em reação a um desafio feito durante sabatina promovida ontem pela Folha, o candidato José Serra (PSDB) assinou compromisso de permanecer à frente da prefeitura de São Paulo em todo o mandato (quatro anos) caso venha a ser eleito. Deu-se no palco do Teatro Folha, diante de uma plateia de cerca de 300 pessoas. Serra disse que preferia não assinar o documento. "Minha palavra basta." Mas se dispôs a fazê-lo, para estancar "especulação" de que, eleito, deixaria o mandato para disputar a Presidência ou o governo do Estado. Sabatinado na véspera, no mesmo palco, o candidato Paulo Maluf (PP) dissera que, para Serra, o cargo de prefeito era mero "trampolim" (FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. 15 de setembro de 2004).

Todavia, outra liderança do PSDB Geraldo Alckmin, que também já havia concorrido para prefeito de São Paulo no passado e se encontrava em seu segundo mandato como governador não podendo concorrer à reeleição, também possuía interesse no pleito para presidente. Assim, por decisão partidária, José Serra pode somente concorrer para governador, embora, segundo as pesquisas eleitorais da época seu nome tivesse mais força para a eleição presidencial. De acordo com o cientista político Carlos Alberto de Almeida:

Em 2006, Geraldo Alckmin foi escolhido pelo PSDB para enfrentar Lula. As pesquisas daquele ano e do anterior quando confrontavam Alckmin e Serra mostravam que o segundo tinha mais votos que o primeiro. Por quê? Por

causa do recall acumulado por Serra em função da eleição de 2002. (ALMEIDA, 2008).

A princípio, para o eleitor, a situação parecia ter ocorrido de forma pacífica dentro do PSDB. Todavia, na eleição de 2008 ficou evidente que havia se institucionalizado uma disputa Serra-Alckmin dentro do partido, comprometendo a candidatura de Alckmin para prefeito em 2008. Uma vez que Serra optou pela indisciplina partidária em defesa de seus interesses e apoiou seu ex-vice-prefeito e na época prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab do Democratas,²⁷ assim deixando de apoiar a candidatura de Alckmin pelo PSDB.

Mas não foi a cizânia dentro do PSDB que reconfigurou a eleição paulistana, a chegada e permanência do PT na presidência da república desde 2002 também produziu seus efeitos em São Paulo. Primeiramente com a cooptação do PSB na coalizão presidencial, o PT de São Paulo deixou de ter a concorrência deste partido no eleitorado de esquerda, desse modo caminhado para a hegemonia do eleitorado esquerdista, que a candidatura do PSB com Erundina costumava atrapalhar. Todavia, a ascensão à presidência fez com que o PT adotasse uma posição mais moderada próxima ao centro, abandonando suas propostas de esquerda socialista e abraçando mais uma política keynesiana, como a da esquerda norte-americana, o que foi representado pela “Carta aos Brasileiros”²⁸ e produziu uma debandada da esquerda mais radical do partido que se reagrupou substancialmente em uma nova sigla, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Logo, na eleição de 2008, mesmo com a retirada do PSB da corrida eleitoral, o PT não alcança hegemonia sobre a esquerda, pois passa a ter que rivalizar com o PSOL, o qual ainda atraiu para sua coligação o PSTU que também foi formado por quadros mais radicais do PT.

²⁷Existe pouca produção sobre os conflitos internos nos partidos políticos. Contudo, para aqueles que vivem no meandro da política é reconhecido que as disputas internas são consideradas politicamente tão importantes quanto a própria corrida eleitoral, e não raro chegam a se transformar em conflitos bem mais acirrados do que as eleições propriamente dita. Afinal são as conjunturas internas dos partidos políticos que definem nomeações e coalizões. E cada liderança do partido representa um grupo de interesse distinto (ideias, valores, instituições, políticos e assessores) que buscam alcançar e se manter no poder.

²⁸Carta aos Brasileiros foi o título dado a um texto assinado em junho de 2002 pelo então candidato à presidência da república do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o Partido dos Trabalhadores (PT), respeitaria os contratos nacionais e internacionais. A carta foi chamada pela esquerda do PT como “Carta aos Banqueiros” (SECCO, Lincoln. 2011). Existe uma Carta aos Brasileiros anterior a essa que foi produzida no Largo de São Francisco na USP em 1977 repudiando a ditadura militar.

É nessa intricada conjuntura política que ocorre a eleição de 2008 em São Paulo, tendo como principais candidatos: o então prefeito Gilberto Kassab (DEM) apoiado por José Serra (PSDB), ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), a ex-prefeita Marta Suplicy (PT), a vereadora Soninha Francine (PPS), o deputado federal Ivan Valente (PSOL), o deputado federal Paulo Maluf²⁹ (PP) já sem a força política que tinha antes e outros candidatos.



Mesmo com todas essas alterações, a eleição de São Paulo seguiu sua dinâmica, já delineada nas eleições anteriores, com Marta Suplicy do PT chegando ao segundo turno, mas perdendo para Kassab do DEM com apoio do PSDB, que antes já era representado por José Serra no primeiro turno.

²⁹O PP decidiu o candidato através de prévias em que tinha como pré-candidatos os Deputados Paulo Maluf e Celso Russomano, mas o ex-governador Paulo Maluf acabou vencendo as prévias e foi lançado candidato a Prefeito. Essa disputa interna do PP resultou em um novo arranjo político em 2012 com a ruptura de Celso Russomano.

Com relação ao primeiro turno, o PSDB com Alckmin possuiu um bom desempenho ficando em terceiro, com 22,48% dos votos. Essa situação ampliou o atrito entre Serra e Alckmin, pois membros do PSDB e aliados passaram a considerar que o apoio de Serra à Kassab foi responsável pelo PSDB não chegar ao segundo turno e derrotar o PT. O tradicional candidato conservador Paulo Maluf (PP), apesar de não ter a força de antes, consegue o quarto lugar com 5,91% dos votos. Soninha Francine do PPS fica em quinto com 4,19% dos eleitores, embora fosse uma candidata com menos expressividade política do que seus principais concorrentes, até então só havia ocupado a cadeira de vereadora. Já o PSOL, com o deputado federal Ivan Valente, não consegue ocupar o espaço deixado pelo PSB, mesmo adotando o discurso de esquerda, de modo que alcança somente 0,67% dos eleitores.

No segundo turno, Kassab (DEM) vence com 61% dos votos contra 39% de Marta Suplicy (PT).

Na eleição de 2008, em que tantos nomes fortes da política concorreram e com uma conjuntura de desavença interna nas políticas partidárias, o padrão de voto geográfico se repete. Kassab que tenta a reeleição pelo DEM, após tomar posse com a saída de José Serra do PSDB, conquista os votos da região central da cidade que nas eleições anteriores já votavam no PSDB. Marta Suplicy do PT mantém o domínio do partido na periferia da cidade, mas essa diferença sem apoio de parte do centro não é suficiente para ganhar do Kassab (DEM). Em certo aspecto a polarização do eleitorado entre centro e periferia continua, com a pequena mudança da candidatura do DEM com apoio do PSDB, ao invés de um candidato do PSDB propriamente dito.

O desenvolvimento das campanhas eleitorais pós-redemocratização somado a conjuntura da eleição paulistana em 2008 gerou um embate exacerbado desta última em sua reta final, no segundo turno. Os atores políticos começaram a atrelar um valor político simbólico, à conquista da prefeitura, maior do que costumava a ser.

Em 2008, no segundo turno, ganhar a eleição não significava mais para os políticos simplesmente tornar-se prefeito da capital financeira e maior cidade do país.

Passou-se a acreditar que uma derrota da Marta Suplicy (PT) representaria uma derrota do próprio Luiz Inácio Lula da Silva, na época presidente do Brasil, para o PSDB, o partido de maior oposição ao PT. Visto que a partir dessa derrota duas afirmações políticas ficariam robustas frente aos atores políticos: 1) O PT só alcança vitórias na prefeitura de São Paulo com o apoio do PSDB; 2) A posição de presidente do Brasil, a alta popularidade e as políticas públicas / sociais de Lula (PT) não eram suficientes para o eleitorado paulistano, o que colocava em dúvida a capacidade de transferência de votos por apoio de Lula.

Nesse contexto a coordenação de campanha de Marta Suplicy (PT) adotou uma posição bem mais agressiva, transgredindo a fama da candidata de ser sexóloga e defensora de valores liberais, como a liberdade sexual, a propaganda eleitoral passou a atacar a vida íntima do adversário questionando se ele era casado e tinha filhos. Com isto a situação piorou para o PT, uma vez que a justiça eleitoral deu direito de resposta para Kassab (DEM).

Junto a essa situação, a adversidade entre PSDB e PT ficou catalisada e latente para a próxima eleição em 2012.

3.11 A eleição de 2012

Na eleição de 2012 ficou evidente a importância que a prefeitura de São Paulo passou a ter no cenário político nacional, em face de seu capital político, cada vez mais catalisado pela contenda entre as principais legendas partidárias e nomes de destaque na política. As disputas internas dos partidos políticos pelas nomeações para a candidatura aumentaram de proporção (PT, PMDB, PSDB, PP etc). Os candidatos principais eram todos políticos renomados e bem posicionados, ex-ministros, acadêmicos, personalidades televisivas e afins.

Já em 2011, os candidatos e partidos começaram a posicionar-se e os próprios meios de comunicação, como jornais e televisão, começaram a cobrar

posicionamento político adiantado estimulando a especulação e expectativa pelas nomeações e prévias.³⁰

Nesse cenário político de alta competitividade, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que até essa eleição ainda não havia indicado nenhum candidato substancial, foi o primeiro partido em São Paulo a anunciar seu pré-candidato o vereador, Netinho de Paula (José de Paula Neto), famoso cantor de pagode e apresentador de televisão. A popularidade do pré-candidato comunista era tão grande que em uma pesquisa feita pelo Datafolha em janeiro de 2012, meses antes da eleição, o candidato apresentava de 13%–15% de intenção de voto na resposta estimulada disputando espaço com políticos mais renomados. Logo, o PCdoB afirmava que não abriria mão desta candidatura. O pré-candidato chegou a anunciar no jornal Brasil Econômico em 19 de dezembro de 2011 que: "Existe clima na cidade para quebrar a bipolarização de tantos anos entre PT e PSDB. Não está nos meus planos ser vice de ninguém. O partido levará minha candidatura até o fim."

Embora com excelentes percentuais iniciais nas pesquisas eleitorais do Datafolha, o PC do B, no dia 25 de junho de 2012, retirou a candidatura para apoiar o PT. Estranhamente o presidente do diretório municipal do PC do B, Wander Geraldo da Silva, disse que a decisão de apoiar a pré-candidatura do petista Fernando Haddad à sucessão municipal foi decidida pelo partido em função da disputa já estar polarizada entre o PT e o PSDB e o fato do vereador Netinho de Paula ter pouco espaço político para defender o seu projeto.

Contudo, as pesquisas indicavam exatamente o contrário. O pré-candidato Netinho de Paula (PCdoB) estava tecnicamente empatado com o pré-candidato Fernando Haddad (PT), tendo ambos 6% de intenção de votos na pergunta estimulada em 26 de junho de 2012. Ao término da eleição Netinho de Paula reeleito vereador seria indicado por Haddad para a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial de seu

³⁰Ao que parece existe certo anseio por parte da sociedade por um processo de angla-americanização das eleições brasileiras. Que associada à ideia do voto distrital, que atualmente é defendida por alguns partidos políticos, espera também por prévias e convenções políticas partidárias de acordo com o modelo em vigor nos Estados Unidos da América. Sendo que em nenhum momento é avaliado os benefícios e malefícios que a adoção desse modelo teria em nossa sociedade.

governo (Datafolha. Pesquisa Eleitoral São Paulo 20/06/2012 e 27/01/2012. Brasil Econômico 19/12/2011. Estadão 25/06/2012. Folha de São Paulo 28/11/2012).

Não foi somente o PC do B que se adiantou em apresentar seu pré-candidato. O PT, como um dos principais concorrentes à prefeitura de São Paulo e contando com quadros significantes de possíveis candidatos, começou a organizar seu posicionamento cedo. Visto que seus próprios membros já movimentavam politicamente sem aguardar qualquer decisão oficial do partido. O principal nome citado era o de Marta Suplicy, uma vez que ela era ex-prefeita da cidade, já havia concorrido três vezes para a prefeitura (2000, 2004 e 2008), com votações expressivas acima de 39% e naquele momento ocupava o cargo de senadora.

Mas também havia outros nomes fortes no PT citados para o pleito de 2012, como o senador Eduardo Suplicy, o ministro Aloizio Mercadante, o deputado federal Jilmar Tatto e o ministro Fernando Haddad.

A princípio Marta Suplicy demonstrava ser o nome que seria indicado pelo PT para a eleição paulistana, entretanto, tendo em vista a derrota anterior em 2008 da própria senadora para a prefeitura de São Paulo, a qual alguns apontavam como uma derrota do próprio Lula para o PSDB e o desejo de parte do PT de repetir na eleição municipal paulistana a estratégia vitoriosa da eleição da Dilma (2010) para presidente, como candidata recomendada por Lula pessoalmente, mais o cenário de crise petista frente ao processo do escândalo do mensalão,³¹ Marta Suplicy teve sua candidatura preterida em face da indicação do ministro Fernando Haddad. A situação ficou tensa entre Marta Suplicy e Fernando Haddad e seus apoiadores. Tamanha discórdia virou notícia política e até assunto de coluna social. Por exemplo, na Terra Magazine era possível encontrar notícias como essa do jornalista Bob Fernandes:

³¹Escândalo do mensalão, ou esquema de compra de votos de parlamentares, é o nome dado à maior crise política sofrida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005/2006 no Brasil e que teve ação movida no ministério público denominada Ação Penal 470.

Desde que sua candidatura à Prefeitura de São Paulo foi preterida pelo ex-presidente Lula, em favor do ex-ministro da Educação Fernando Haddad, a senadora não esconde sua insatisfação com o PT.

Durante o lançamento da candidatura do colega de partido, por exemplo, e também na caminhada inaugural da campanha, Marta Suplicy não apareceu e causou irritação entre os dirigentes petistas. (FERNANDES, Bob. Terra Magazine. 14/08/2012)

Mais tarde, o próprio PT abrandou a situação reposicionando politicamente Marta Suplicy que passou a participar da campanha de Fernando Haddad. Como descreveu a jornalista Iara Lemos:

No início de setembro, logo que anunciou sua entrada no grupo de apoio à candidatura de Haddad, Marta foi chamada pela presidente da República, Dilma Rousseff, para assumir o Ministério da Cultura, no lugar de Ana de Hollanda. Marta sempre negou oficialmente que tenha assumido o ministério como compensação pelo apoio à candidatura de Haddad que, segundo ela, era um risco para o partido (LEMOS, Iara. G1 Política – Globo. 30/10/2012).

A própria Marta Suplicy ao final da eleição descreveu a questão da seguinte forma:

Eu acredito que o presidente Lula teve um tirocínio político, um faro que todo mundo já sabia que ele tinha, mas eu achei extraordinário porque a escolha mais fácil era a minha, que poderia ter ganhado numa situação até mais fácil. Mas ele escolheu a forma mais difícil – e era a mais certa –, pela renovação (LEMOS, Iara. G1 Política – Globo. 30/10/2012).

No PSDB, principal rival do PT, na eleição paulistana, as pré-candidaturas também não ocorreram de maneira simples. No início, Serra que era considerado o nome mais forte não se apresentava disposto a concorrer novamente para a prefeitura de São Paulo, a fim de se resguardar para uma candidatura para presidente em 2014. Assim, os pré-candidatos do PSDB eram o deputado federal Ricardo Tripoli, e os secretários estaduais Andrea Matarazzo (Cultura), Bruno Covas (Ambiente) e José Aníbal (Energia).

Ainda que, naquele momento, a prefeitura de São Paulo fosse governada por Gilberto Kassab do PSD (Partido da Social Democracia), uma nova legenda oriunda em grande parte do Partido Democratas (DEM), e este tivesse derrotado a candidatura de Geraldo Alckmin do PSDB na eleição de 2008, os pré-candidatos de 2014 consideravam seu principal adversário o PT. O deputado federal Ricardo Tripoli resumiu para os jornalistas: "O adversário é o PT". (Folha de São Paulo. 05/12/2011).

Gilberto Kassab fundador do PSD (que iniciou suas atividades como um dos maiores partidos do país) e prefeito de São Paulo passou a ser um exemplo de hiper-realismo político no cenário brasileiro, porque o seu novo partido não possuía qualquer definição ideológica, de modo que era deliberado como nem de direita, nem de centro nem de esquerda. Enquanto seu maior nome, o prefeito de São Paulo, mantinha fortes vínculos e articulações tanto com o José Serra do PSDB, que foi seu padrinho político em 2008, quanto com Dilma e Lula no governo federal do PT. Essa indefinição total do PSD no espectro político brasileiro facilitava que a eleição fosse vista como uma questão entre o PT e o PSDB, embora o nome de Kassab estivesse fortemente ligado ao de Serra no município e o eleitorado percebesse isso.

Mesmo com a afirmação do PSDB de que haveria prévias, a questão desandou, conforme o embate PSDB e PT foi se acirrando com a proximidade da eleição, juntamente com as disputas internas dos partidos políticos. Logo, não tardou para que o nome de Serra ressurgisse como pré-candidato no PSDB.

Contudo, o ano eleitoral já se encontrava em andamento e no momento que José Serra resolveu ser pré-candidato no PSDB as inscrições já haviam se encerrado, há mais de uma semana. Todavia, o partido adulterou suas regras duplamente. Primeiro para permitir que Serra fosse inscrito mesmo após o prazo determinado pelo partido, segundo ampliando a data da prévia do dia 4 de março para 25 de março, a fim de dar tempo para Serra articular sua campanha dentro do partido.

Embora considerada como normal entre os políticos em geral, a situação de adulteração da prévia produziu ruído, uma vez que os membros do PSDB já se

gabavam na mídia do partido possuir um perfil bem mais democrático e transparente que o PT, no qual o candidato foi indicado por Lula sem que os militantes pudessem exercer o voto ou que os outros membros pudessem disputar a posição (como foi o caso da Marta Suplicy). O pré-candidato José Aníbal chegou a escrever em seu blog e na Folha de São Paulo em 19 de março de 2012:

Um partido que não confia na democracia interna está mesmo defendendo os interesses do eleitor? Basta olhar o caso do PT, que atropelou sua militância e emplacou um candidato sem identificação com a cidade, cujo maior atributo é ser o preferido do Lula.

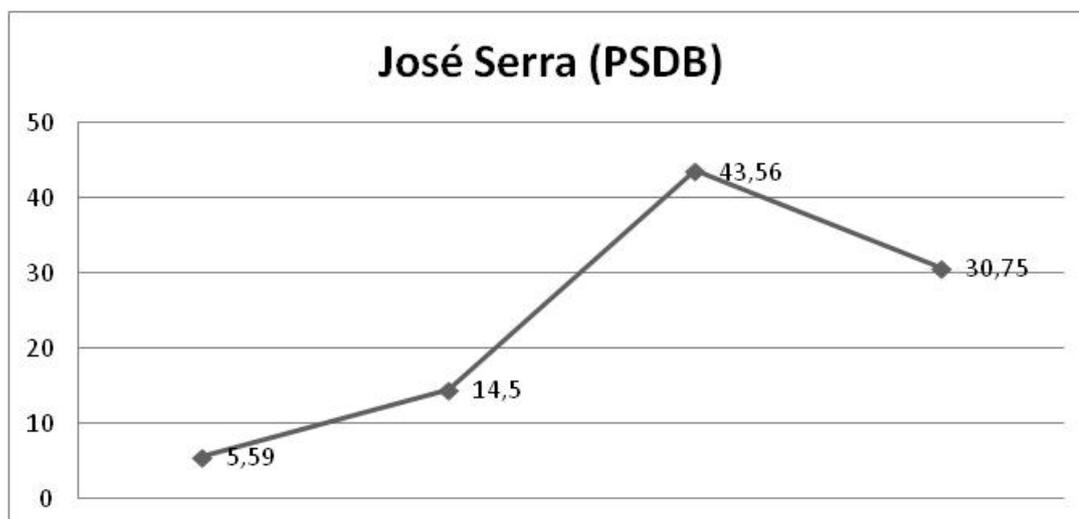
Ao final o pré-candidato José Aníbal aceitou que Serra se inscrevesse mesmo com o prazo prorrogado, mas não concordava com o adiamento das prévias, como descreveu em seu blog.

Nesse cenário, as coisas não demoraram a se organizar no PSDB, de forma que José Serra fosse o candidato de fato.

Além do adiamento, a entrada do ex-governador José Serra fez com que dois pré-candidatos desistissem de concorrer internamente. O primeiro a sair foi o secretário de Estado da Cultura, Andrea Matarazzo, que alegou que Serra é mais credenciado do que ele para o cargo disputado. Seguido pelo secretário de Estado do Meio Ambiente, Bruno Covas, que retirou sua pré-candidatura, alegando que José Serra possui uma densidade política e eleitoral, junto a uma possibilidade de vitória e agregação de forças eleitorais que não pode ser negada.

Tabela 3 – Resultados Eleitorais Municipais de José Serra (PSDB), São Paulo.

Eleição	1988	1992	2004	2012
Votos %	5,59	14,5	43,56	30,75



Logo, o ex-governador de São Paulo José Serra venceu as prévias do PSDB em 2012. Serra recebeu 52,1% (3.176) dos votos; seus concorrentes, o secretário estadual de Energia, José Aníbal, e o deputado federal Ricardo Tripoli, receberam, respectivamente, 31,2% (1.902) e 16,7% (1.018). Os votos brancos ou nulos somaram 133. Ao todo, 6.229 militantes do partido votaram.

Assim a eleição de 2012 já nas prévias dos dois principais partidos paulistanos é marcada pela falta de *accountability*³² e espírito democrático, de modo que tanto as regras para o funcionamento das prévias quanto a importância das mesmas incluindo a participação dos militantes partidários por meio dos votos são tratados pelo PT e PSDB de forma precária ou sem importância. Por outro lado essas atitudes partidárias transparecem o tipo de cultura política que encontramos entre as principais legendas e nomes do cenário político brasileiro, em que tanto as regras quanto a própria democracia podem ser flexionadas ou mesmo desconsideradas em favor de certos fins.

Já no malufismo do PP (Partido Progressista), a conjuntura eleitoral não se desenvolveu como nas demais campanhas em que Maluf era o candidato do partido para os principais cargos executivos ou indicava alguém de sua preferência. O

³²*Accountability* é um termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português, que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. As vezes interpretado como prestação de contas e/ou transparência administrativa.

jurista e jornalista Celso Russomano, que era deputado pelo PP, observando o controle malufista da sigla que não tendia para a sua nomeação como candidato a prefeitura, retirou-se para outra sigla o PRB (Partido Republicano Brasileiro) e, assim, carregou consigo parte do capital político do malufismo para a sua própria campanha em outra legenda política. Todavia, de maneira revigorada em que a oferta de infraestrutura por meio de grandes obras foi consideravelmente substituída pela questão do Direito do Consumidor, tanto no setor privado, como na aquisição de bens ou defesa do patrimônio privado, quanto no setor público, como na utilização de serviços de transporte e saúde pública.

Sem candidato, o PP dispôs-se a negociação de apoio entrando para a coalizão do PT o que produziu um efeito *boomerang* no eleitorado considerado de esquerda, pois esses renegavam Maluf como político e no primeiro turno deixaram de votar no PT devido essa aliança espúria, mas retonavam depois no segundo turno. O que explica parcialmente o bom desempenho do PSOL (partido que atrai o eleitorado mais de esquerda do PT) que superou em votação o tradicional PDT representado pelo Paulinho da Força Sindical, o maior nome político do sindicalismo paulistano.

A entrada de Maluf na campanha petista de Haddad foi tão impactante que virou manchete dos principais jornais, que apresentavam fotos de Lula, Haddad e Maluf juntos se cumprimentando alegremente, e gerou a desistência da candidata à vice-prefeita da coalizão liderada pelo PT, a ex-prefeita e ex-petista Luiza Erundina (PSB – Partido Socialista Brasileiro).

De acordo com a Revista Veja online, a situação foi exposta da seguinte maneira, segundo a própria Luiza Erundina:

Ex-prefeita de São Paulo, Erundina disse que a aliança com o seu adversário histórico foi feita “à sua revelia”. Ontem à noite, ela teve uma longa conversa com Haddad e segundo a deputada, o pré-candidato garantiu que aliança com o PP não estava fechada. “Ele praticamente desconversou”. Ela disse ter mostrado a Haddad sua preocupação com a coligação com Maluf.

A decisão de Erundina está diretamente ligada ao ingresso de Maluf na campanha petista. “É demais para mim. É muito além do razoável”, disse. “É constrangedor ver Lula e Haddad na casa de Maluf celebrando essa aliança.” (VEJA ONLINE – Eleições 2012. 18/06/2012).

Ao final, o presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, manteve o apoio do PSB na coalizão de Haddad e disse respeitar a posição de Erundina.

Entretanto, o PSB teve seu espaço político reduzido na coalizão, porque, com a renúncia de Erundina, a candidata a vice-prefeita passou a ser Nádia Campeão do PCdoB. Conforme as notícias veiculadas na época, a escolha da engenheira agrônoma e presidente estadual do PCdoB Nádia Campeão ocorreu por três fatores: 1) o PC do B já tinha certo crédito político com o PT por ter retirado a candidatura de Netinho de Paula; 2) Nádia era considerada disciplinada pelo PT, ou seja, leal à coalizão; 3) Havia reclamações por parte dos comunistas de que o PT não estava contribuindo com o PC do B. Por exemplo, de acordo com a Folha de São Paulo em 29 de outubro de 2012: “Nádia teve de dar uma mostra da habilidade política para conter, em agosto, a revolta de comunistas com a falta de repasse de dinheiro pelo PT aos candidatos.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/10/2012).

Contudo, o PT não se preocupou com a perda do eleitorado esquerdista no primeiro turno porque em um segundo turno contra o PSDB tais votos retornaram ao PT, visto que esse tipo de eleitor renega também o PSDB e prefere tolerar a aliança espúria entre o PT e PP do que deixar a cidade com um governo do PSDB. Segundo o historiador Lincoln Secco essa dinâmica eleitoral petista é chamada de “voto útil”.³³ Se por um lado o PSOL impede a hegemonia do PT no eleitorado de esquerda, por outro ângulo ele já indica um conglomerado de votos que será herdado pelo PT no segundo turno, de acordo com a concepção de voto útil.

Com essa conjuntura política de forte embate e bipolarização entre o PT e o PSDB, a campanha em si foi uma surpresa para as duas principais legendas, visto que nas

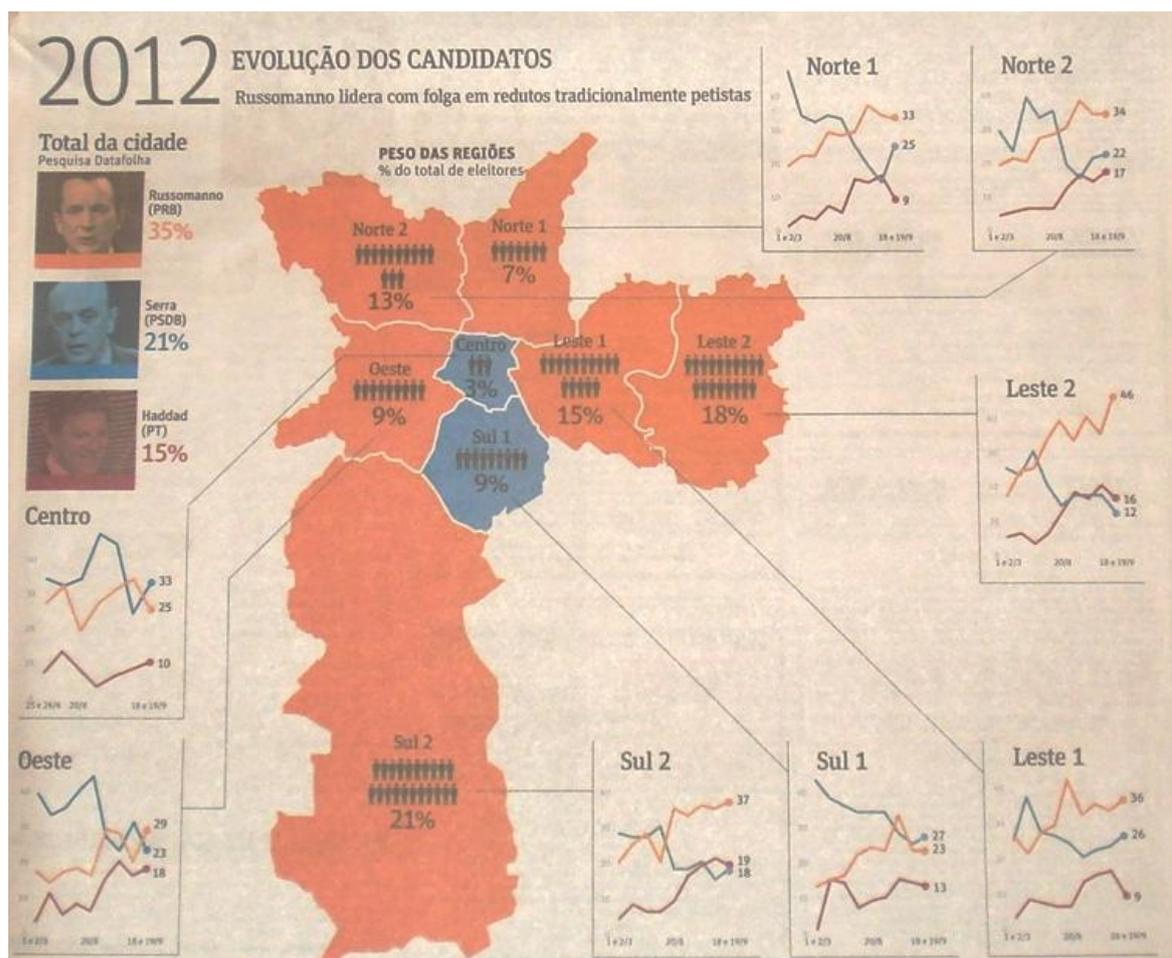
³³Voto dos eleitores de esquerda que na impossibilidade de vitória do seu candidato ou na ausência de representação de esquerda, com receio de uma vitória de direita, votam no candidato “menos pior” com mais chances eleitorais.

pesquisas eleitorais Celso Russomano (PRB) aparecia tanto na frente do PSDB quanto do PT, com um intervalo substancial para o segundo colocado.

Como na Teoria dos Jogos, em que em uma disputa entre três adversários, sendo dois fortes e um fraco, o fraco passa a ter chance de ganhar porque os dois jogadores mais fortes enfrentam-se destruindo suas chances mutuamente; Russomano encontrou amplo espaço eleitoral frente a disputa PT e PSDB.

Além disso, Russomano possuía determinados pontos que ampliavam suas chances. Não era um político inexperiente, uma vez que era deputado federal desde 1995 e já havia passado por duas das principais legendas paulistanas, o PSDB e o PP. E sua candidatura para prefeitura era na legenda do PRB que possuía fortes vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus devido ao grande número de dirigentes ligados à instituição, o que aumentou a base de apoio eleitoral. O candidato do PRB também era famoso por ser jurista e jornalista televisivo especializado em defesa do consumidor com uma longa carreira, e na eleição de 2012 a conjuntura econômica nacional era exatamente a de estímulo ao consumo por parte das políticas keynesianas do governo Dilma (PT). As políticas nacionais do governo PT de estímulo ao consumo com aumento dos salários e outros incentivos fiscais havia criado o que a mídia e especialistas classificaram de nova classe média. Um amplo segmento de população de classe baixa que havia ascendido para uma renda familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.000,00. (ZANDONADI, Fernanda. 25/12/2011. R\$ 100 bi só de juros. A Gazeta).

Logo, Russomano encontrou tanto espaço eleitoral nas classes intermediárias paulistanas que votavam em Maluf, quanto entre os eleitores do PSDB próximos do centro e principalmente na zona norte e oeste, assim como dominou com folga as tradicionais regiões petistas. Essa situação transformou Russomano e o modesto PRB paulistano em fenômenos eleitorais de 2012, com as pesquisas eleitorais apontando para um segundo turno entre o PRB e o PSDB, com fortes possibilidades de vitória para Russomano independente de quem fosse o candidato no segundo turno.



Esse cenário eleitoral manteve-se até o início de outubro, véspera das eleições, quando o PSDB e PT alteraram suas estratégias de *marketing* político e passaram a atacar mais a campanha de Russomano. As relações entre o PRB e a Igreja Universal do Reino de Deus passou a ser apresentada como um problema da campanha do PRB que possuiria um cunho religioso grave para a democracia, segundo os adversários.

O candidato do PT, Fernando Haddad, concentrou seus ataques nas políticas públicas propostas por Russomano e na sua experiência e caráter político, alcunhando o adversário de aventureiro. Embora Russomano já tivesse quatro mandatos consecutivos como deputado federal desde 1995, enquanto Haddad até então só havia ocupado cargos políticos de indicação com destaque para o Ministério da Educação.

De acordo com matéria do jornalista Lucas Neves na Folha de São Paulo em 29 de setembro de 2012:

O candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, disse no começo da tarde deste sábado (29) que a cidade precisa "mudar, mas com segurança" e que é necessário "esclarecer quem é que está do lado do povo de verdade, não agora, mas de muito tempo para cá".

O discurso, com ataques endereçados ao líder das pesquisas, Celso Russomanno (PRB), incluiu críticas a um dos projetos do rival para o transporte público: preços de passagens de ônibus proporcionais às distâncias percorridas.

...

Ainda se referindo ao candidato do PRB, Haddad afirmou que não se pode "jogar a cidade numa nova aventura": "Não dá para votar em quem não tem força política, plano de governo ou proposta – e quando arrisca proposta, é para o lado errado. Vamos mudar, mas vamos mudar com segurança de que a gente vá ter apoio federal [...] Não dá para arriscar" (FOLHA DE SÃO PAULO; 29/09/2012).

Já Serra no PSDB adotou outra estratégia ligando Russomano a questões mais pessoais como processos judiciais, notícias de irregularidades políticas e a associação com uma igreja neopentecostal. E fez sua campanha de desconstrução do adversário de maneira georreferenciada, com bairros determinados. Conforme a Revista Veja em 3 de outubro de 2012:

Na reta final da disputa pela Prefeitura de São Paulo, a campanha de José Serra (PSDB) começa a distribuir nesta quarta-feira, pelo correio, 50.000 panfletos por dia contra o líder nas pesquisas de intenção de voto, Celso Russomanno (PRB). O material reproduz dez reportagens que citam irregularidades da vida política do candidato e expõem as relações de seu partido com a Igreja Universal do Reino de Deus.

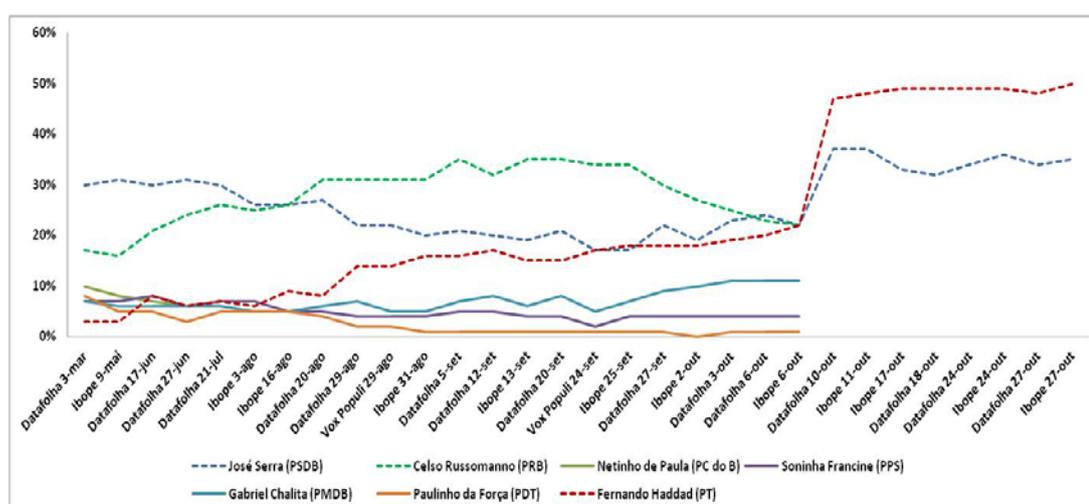
Panfletos de oito páginas serão entregues em bairros do centro expandido, onde o eleitorado tradicionalmente vota em candidatos do PSDB. Serra perdeu votos para Russomanno nessas regiões, segundo as pesquisas.

O material reproduz informações publicadas por jornais e revistas nos últimos meses. Entre as reportagens, estão denúncias de que a campanha de Russomanno utiliza a estrutura da Igreja Universal e de que o candidato do PRB pagou uma funcionária particular com verba pública quando era deputado federal. (REVISTA VEJA, 03/10/2012).

No dia da eleição, São Paulo encontrava-se em sua eleição municipal de primeiro turno mais acirrada desde o processo de redemocratização. Não havia dois candidatos de destaque nas pesquisas eleitorais certos de irem para o segundo turno, nem um candidato certo para o segundo turno e dois disputando o segundo lugar, mas sim uma indefinição total de quem iria para o segundo turno. O Datafolha apresentava empate técnico entre os três principais candidatos (Russomanno – PRB, Serra – PSDB, e Haddad – PT). Provavelmente essa foi uma das eleições em que, para os partidos políticos, as operações de boca de urna destacaram-se, uma vez que o cenário estava indefinido por um empate técnico nas pesquisas eleitorais.

Ao final, a bipolarização entre PT e PSDB prevaleceu no sufrágio de 7 de outubro de 2012. José Serra (PSDB) conquistou 30,75% dos votos, Fernando Haddad (PT) conseguiu 28,98%, enquanto Celso Russomanno (PRB) teve apenas 21,20%.

Gráfico 1 – Gráfico e pesquisas eleitorais da eleição de 2012 compiladas.



E a estratégia do PT que incluía forte apoio do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Roussef na campanha, junto à aliança com Paulo Maluf (PP) com a crença do

retorno do eleitorado de esquerda no segundo turno baseada no voto útil, mais o apoio do PSB e PCdoB na coalizão e de reconhecidos políticos do próprio PT, como Marta Suplicy, resultou na vitória de Fernando Haddad.

Embora também seja observável grandes falhas do PSDB que por razões de política interna do partido que se traduzem em uma fraca elaboração de estratégia e articulação política, certamente ampliou as vantagens dos adversários. Como destacou os cientistas políticos Guilhon Albuquerque e Balbachevsky no Estadão (26 de novembro de 2012):

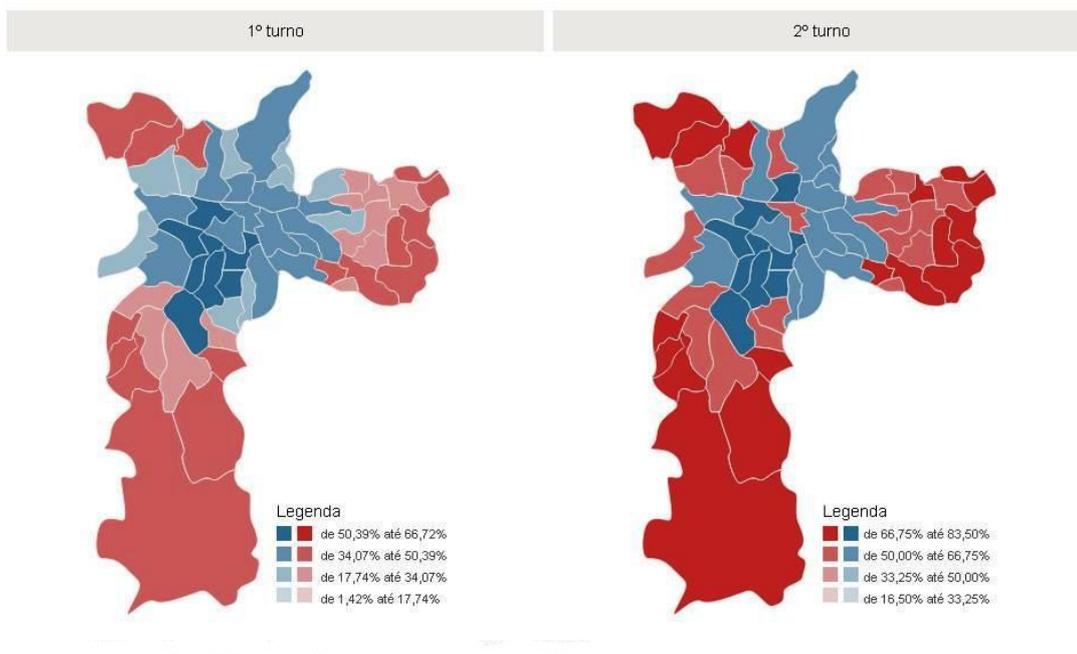
A derrota do PSDB na cidade onde nasceu, e no Estado que domina há 20 anos, se deve exclusivamente ao próprio partido. Não pode ser atribuída a intuições geniais do adversário, pois o candidato tucano - um dos mais expressivos nomes do partido - obteve menos de 30% do eleitorado contra um mar de 33% de votos não válidos.

...

A perda da identidade abre as portas para o caciquismo: setores inteiros do PSDB preferem perder para o adversário a ter de dividir a vitória com o rival no próprio partido. Os caciques regionais bloqueiam a ascensão de futuros rivais nas capitais, tática que explica como lideranças fortes em 30 anos de domínio político – se contarmos desde Mário Covas como prefeito de São Paulo – só conseguiram emplacar um candidato em condições realmente competitivas em 2004, com Serra (BALBACHEVSKY, G. A., Estadão. 26 de Novembro de 2012).

Já na primeira pesquisa eleitoral do Datafolha no segundo turno em 10 de outubro de 2012, o candidato Fernando Haddad, na pergunta estimulada, aparecia com 47% de intenção de voto frente a 37% de Serra. Como resultado, Fernando Haddad ganhou com 55,57% dos votos e Serra ficou com 44,43%.

A eleição de 2012 novamente reafirmou a existência de uma geograficidade do voto econômico paulistano, observado tanto na votação de Celso Russomano quanto na bipolarização entre o PT e o PSDB.



Fonte: TSE; TRE; UOL.

3.12 Observações

Como observado em função dos candidatos a prefeito e suas legendas, São Paulo é considerada politicamente uma peça-chave no cenário político nacional, visto a amplitude de seu capital político. Não obstante com que o cientista político David Samuels (2003) descreveu sobre a carreira política no Brasil, na qual cargos subnacionais como governador e prefeitos de capitais são considerados mais importantes do que a função de deputado federal, a municipalidade de São Paulo vai muito além podendo facilmente seu cargo de prefeito se equiparar ou superar as funções de governadores de certos estados.

Assim, o embate político partidário nacional se reflete nas eleições municipais paulistanas. Foi dessa maneira que já na primeira eleição no processo de redemocratização (1985) São Paulo tinha entre seus candidatos o ex-presidente Jânio Quadros que ganhou o pleito e o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso que ficou em segundo lugar. Essa dimensão eleitoral de São Paulo que faz com que ela seja um parâmetro para as eleições em suas diversas escalas, sendo assim um destacado fenômeno de estudo eleitoral.

Conseqüentemente, na primeira eleição democrática para prefeito, no final da ditadura, encontramos os estudos do sociólogo Pierucci que prontamente apresentou a relevância da existência de uma geografia eleitoral e voto econômico em São Paulo, identificando uma região politicamente conservadora associada a Jânio Quadros e um segmento dentro desta ligada ao Paulo Maluf, que não somente se caracterizava como um mero espaço de concentração de eleitores conservadores, mas de fato representava um território malufista vinculado a um voto econômico oriundo de estratos sociais médios, que eram médios socioeconomicamente e espacialmente. Da periferia mais antiga de São Paulo, mais próxima do Centro, que eram bairros operários na década de 50 e que em 1982 eram identificados como bairros de classe média baixa. Logo, o eleitorado conservador que votava em Jânio Quadros e Maluf estava entre os de renda mais baixas, mas que viviam na região mais rica. Aqueles que se localizam na parte mais próxima ao centro e menos pobre da Zona Leste, embora a votação de Jânio Quadros chegue na Zona Norte e a de Maluf não.

Com as demais experiências democráticas no município (eleições de 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012), a questão da geografia eleitoral e do voto econômico cristalizou-se na cidade, sendo dinamizada por situações de bipolarização política. Primeiramente entre o malufismo (PDS/PPB/PP) e o PT, depois entre o PSDB/DEM e o PT refletindo a disputa pela presidência do Brasil.

Logo, o que observamos nessas oito eleições é que há em São Paulo uma distinção dentro do eleitorado entre aqueles que vivem na região mais rica e próxima ao centro e aqueles que vivem nas regiões mais pobres e periféricas, sendo que há também uma singularidade entre os eleitores intermediários, que possuem renda economicamente mais sensível, mas que estão geograficamente em regiões mais ricas e próximas ao centro da cidade.

Com os dados observados das eleições, pode-se estabelecer uma tipologia do eleitorado paulistano:

Tabela 4 – Tipologia do eleitorado paulistano.

Renda	Região	Tendência partidária
Alta	Central	PSDB/DEM
Baixa	Central	PP
Baixa	Periférica	PT

De acordo com Diogo Frizzo (2012), citando os apontamentos de Meneguello (1989), a votação do PT no município de São Paulo é maior nas áreas fronteiriças à região do ABC, que possui ligações históricas com o sindicalismo de Lula e o PT. Deste modo, o bom resultado eleitoral do PT nessas áreas se dá pela baixa renda e pela proximidade com a região do ABC, gerando a bipolarização do PT com o PSDB/DEM, como verificado no segundo turno de 2008 e no primeiro turno de 2012, comparativamente.

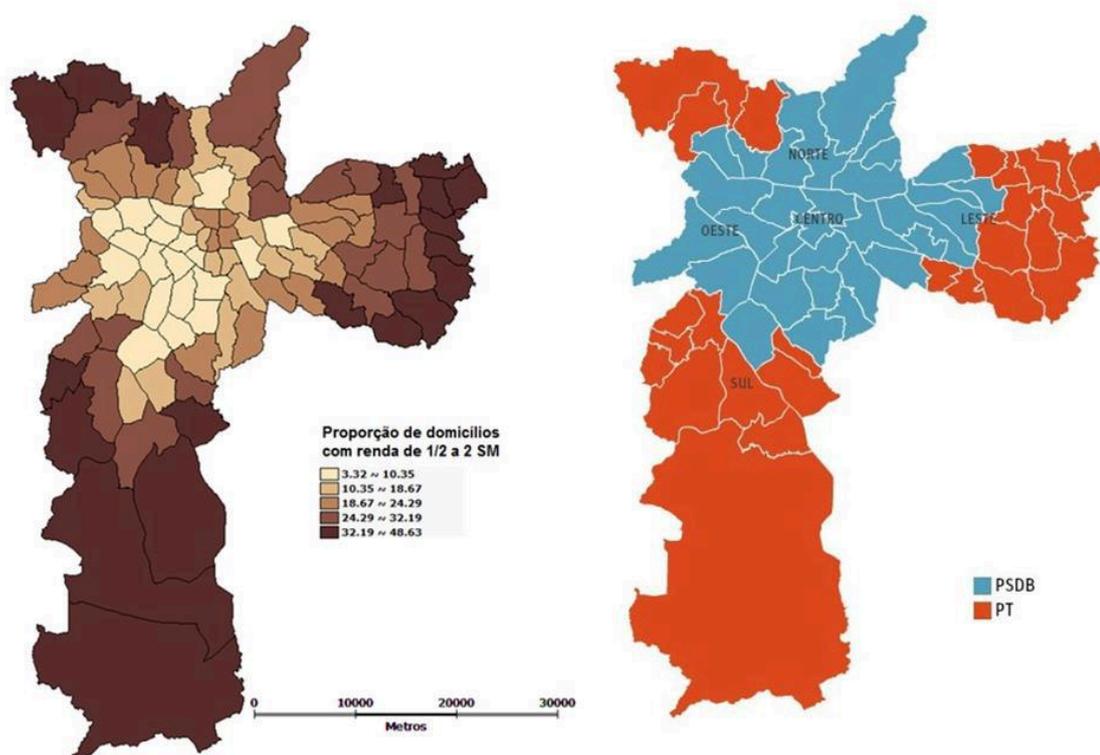
Figura 3 – Comparativo entre os votos do PT no município de São Paulo no segundo turno de 2008 e no primeiro turno de 2012.



Podemos observar que não só o eleitorado petista tem determinada geograficidade, mas o eleitorado do DEM e PSDB também são geograficamente estabelecidos com uma concentração antagônica ao do PT. Teoricamente isso demonstra certa afinidade política entre o PSDB e DEM, sendo importante destacar que na eleição de 2008 Kassab foi o candidato do DEM e teve como padrinho político José Serra do PSDB que foi o candidato em 2012 com apoio declarado de Kassab.

Considerando a geografia eleitoral paulistana na bipolarização PSDB e PT frente à proporção dos domicílios com renda entre meio e dois salários mínimos, obtemos o seguinte resultado geograficamente comparados:

Mapa 6 – Geografia eleitoral paulistana na bipolarização PSDB e PT.



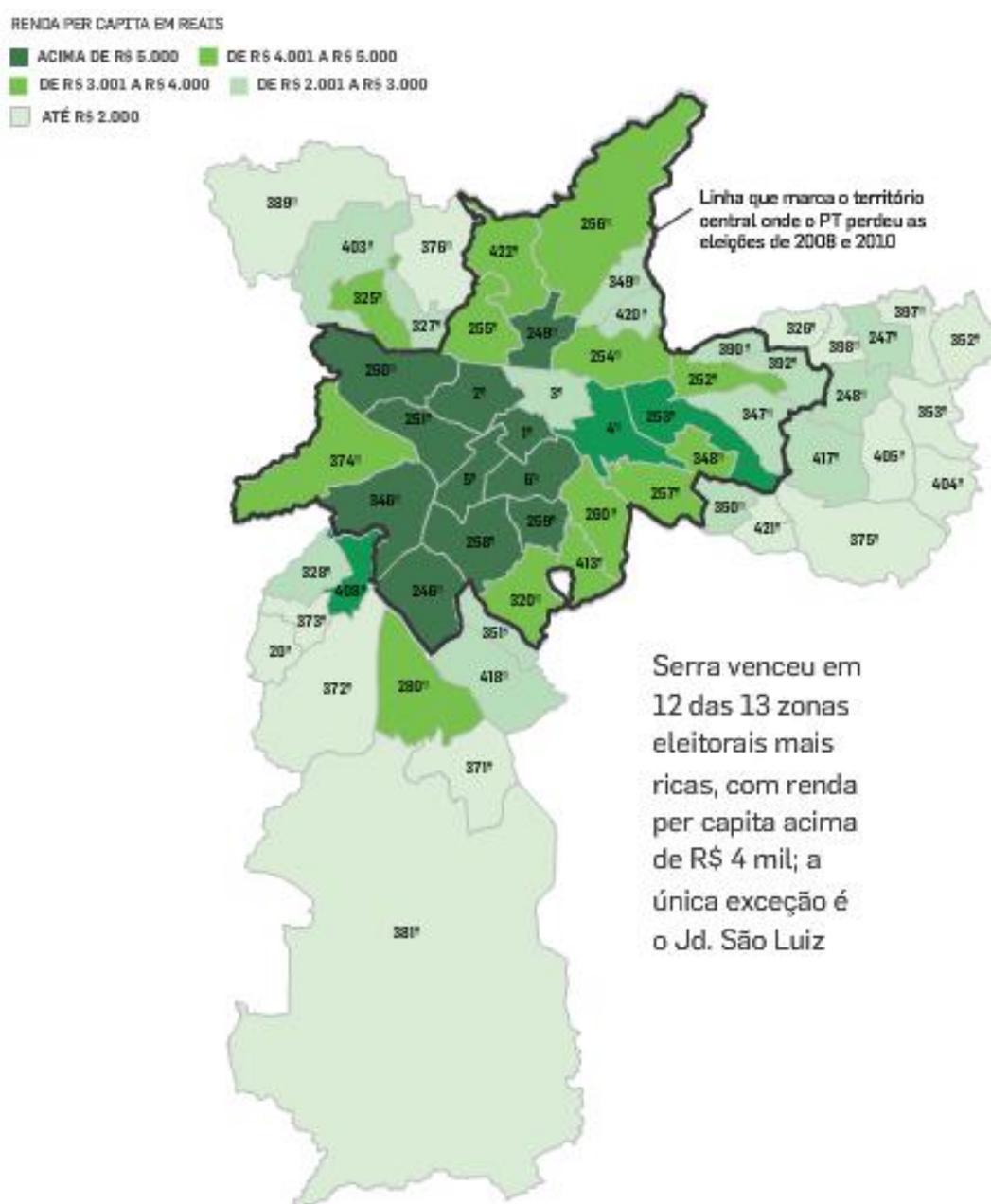
Fonte: <http://umhistoriador.files.wordpress.com/2012/10/mapa-votos-em-spaulo-por-regiao.jpg>

Assim, o voto econômico é geograficamente percebido em São Paulo. As afinidades políticas partidárias do eleitor são estabelecidas com relação à renda que se encontram territorializadas. O que estabelece na geografia de São Paulo tanto uma

dicotomia econômica entre centro e periferia quanto uma clivagem política. Havendo obviamente disputas em identificáveis áreas sócia-política-geográfica-econômicas.

Logo, analisando a renda *per capita* em reais de cada bairro de São Paulo e as eleições de 2008, 2010 e 2012, chegamos ao seguinte mapa:

Mapa 7 – Renda *per capita* em reais dos bairros de São Paulo e as eleições de 2008, 2010 e 2012.



Fonte: Jornal Estado de São Paulo.

O que se observa nesse mapa do jornal Estado de São Paulo é que é possível delimitar uma fronteira separando os bairros em que o PT ganha e perde as eleições em 2008 e 2010 de forma contígua. E em 2012 dentro da área central da cidade em que o PT perdeu nas eleições anteriores, Serra vence em 12 das 13 zonas eleitorais mais ricas (renda *per capita* acima de R\$ 4.000,00), sendo a única exceção o Jardim São Luiz.

Embora se comprove a existência dessa dinâmica sócio-política-geográfica-econômica, há conjunturas eleitorais específicas em que a população alterna sua votação em massa, como foi o caso na vitória de Paulo Maluf em 1992 e Marta Suplicy em 2000 em que estes ganharam em quase todos os bairros.

Essas conjunturas especiais demonstram que não há radicalismo nos eleitores paulistano, que podem migrar seus votos de um partido para outro dependendo da situação. Essa questão se confirmou também com a popularidade inicial de Russomano (PRB), desmantelando a bipolarização espacial do voto econômico.

Ou seja, a vantagem geográfica econômica de um partido político na cidade de São Paulo não garante uma vitória de antemão, visto que eleitor paulistano possui certa flexibilidade de modo que sua posição política pode se alternar conforme ocorram modificações em sua conjuntura política e econômica. Contudo, essa geografia econômica paulistana certamente é um instrumento político importante tanto para a coordenação das campanhas eleitorais como na gestão da própria cidade pelo político ou partido que pretenda se reeleger.

Outro ponto verificado é que embora os principais partidos políticos tentem transformar o cenário eleitoral paulistano em um reflexo da arena política nacional, isso não ocorre para o eleitorado. É fato de que o PSDB não é bem sucedido nas eleições paulistanas para a prefeitura, porque em sete corridas eleitorais somente conseguiu ganhar uma única vez, mesmo que os candidatos do PSDB para presidente do Brasil sejam constantemente bem votados no município, como foi Mário Covas (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), José Serra (2002 e 2010) e Geraldo Alckmin (2006) (Jacob, Hees, Waniez, Brustlein, 2011). Havendo

dessa maneira um desacerto no eleitorado paulistano entre a dinâmica política nacional e municipal em São Paulo.

4 A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICO-TERRITORIAL DO ELEITORADO BRASILEIRO

A questão cardinal desta análise são as políticas públicas em função das eleições. O fenômeno de uma estratégia geográfica de políticas públicas para maximizar a votação durante as eleições ou melhorar outras questões políticas escapa da análise tradicional que, em geral enfatizam aspectos mais filosóficos, como questões de valores e princípios morais, em detrimento de outros, como a geografia e a economia. No Brasil, a ideia de políticas públicas instrumentalizadas em regiões pobres específicas para melhorar o apoio durante as eleições tornou-se o discurso principal da oposição política e dos principais jornais.

Para a oposição a ideia principal é que certas políticas públicas, em especial aquelas com transferências de renda para parte mais pobre da população, ajudam o partido político no governo a ganhar as eleições. Pautado nesta percepção é que esta pesquisa examina por meio de técnicas de análise espacial junto à análise exploratória de dados se há de fato ou não uma relação entre a principal política pública do governo federal brasileiro (Partido dos Trabalhadores 2002 – atual) o "Programa Bolsa Família" e as eleições.

As técnicas de análise espacial e exploratória de dados oferecem os instrumentos necessários para examinar o impacto das políticas sociais do governo federal nas regiões mais pobres em relação às eleições e preferências partidárias. A fim de resguardar a validade da pesquisa, utilizaremos somente dados oficiais na pesquisa, como resultados das eleições, o Programa Bolsa Família e outros do governo, por exemplo, os níveis de pobreza por unidade federativa.

Raramente os Cientistas Políticos utilizam técnicas de análise espacial em estudos sobre políticas públicas e eleições. Por essa razão, um objetivo secundário é demonstrar possibilidades do uso de técnicas de análise espacial na Ciência Política.

Soma-se ainda o fato de que no Brasil os estudos eleitorais ficam normalmente concentrados nos Cientistas Político, embora possam também ser desenvolvidos por

Geógrafos que poderiam ajudar a explicar várias situações eleitorais em que o território é um vetor de destaque.

Como resultado, esperamos que este estudo seja somente uma pequena contribuição para um grande desenvolvimento do uso de técnicas de análise espacial aplicada à Ciência Política no Brasil. Uma vez que os mapas e cartogramas hoje estão em todos os jornais que discutem eleições e políticas públicas, de modo que é necessário aprofundar a questão espacial na Ciência Política.

4.1 Eleições presidenciais e partidos políticos no Brasil atual

Embora o Brasil tenha um sistema multipartidário, o grande volume de partidos políticos faz com que nenhum deles tenha a chance real de conquistar a eleição presidencial sozinho, de modo que em todas as eleições presidenciais existe a necessidade de formar coligações. Todavia, desde a segunda eleição presidencial (1994) pós-redemocratização dois partidos políticos tem liderado as coalizões que disputam a cadeira presidencial.

Um deles é o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que é um partido de centro com a ideologia terceira via que se propõem: a) A Defesa constante da democracia; b) O Estado com tamanho minimamente necessário; c) Descentralização Administrativa; 4) Crescimento econômico sustentável com distribuição de riqueza; d) A reforma política. O PSDB tornou-se famoso com Fernando Henrique Cardoso por resolver o problema da inflação em 1994 e realizar a privatização de numerosas empresas estatais. Hoje em dia é um dos partidos líderes da oposição.

Outro partido político líder é o PT, partido de centro-esquerda influenciado por sindicalistas e católicos ligados à Teologia da Libertação. Durante o tempo em oposição, o partido demonstrava interesse por políticas socialistas, no entanto, após ganhar a eleição em 2002 tornou-se bem menos radical e obteve reconhecimento por suas políticas keynesianas. Principalmente pelo Programa Fome Zero, Pro-Uni (uma política que paga as universidades privadas para estudantes que vêm de

escolas públicas), e o Bolsa Família (que é um programa de transferência de renda para famílias pobres).

Desde o início das políticas keynesianas do PT, em 2002, o PSDB como líder da oposição começou a acusar o governo de populista. Para a oposição em geral essas políticas públicas têm como objetivo maximizar a votação durante as eleições, principalmente as políticas públicas de transferência de renda. E isso poderia ser observado pela popularidade do PT nas regiões mais pobres do Brasil.

Todavia, considerando somente os resultados eleitorais em técnicas de análise espacial não se verifica que as políticas do PT tenham ampliado seu território eleitoral, mesmo que tenham sido elaborados com essa intenção.

4.2 Resultados Espacial das Eleições Presidenciais Brasileiras (1994, 1998, 2002; 2006; 2010)

O mapa político do Brasil em sua meso escala por regiões foi concebido priorizando aspectos naturais como paisagem geográfica, vegetação e afins, salvo pela região Sudeste que foi desenhada conforme características geográficas econômicas.

Na eleição presidencial brasileira de 1994 houve a vitória do PSDB, com o Dr. Fernando Henrique Cardoso (FHC) como candidato que recebeu 54% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou o PT, com o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que ganhou 27% dos votos válidos. A terceira posição somente obteve 7% dos votos válidos. Nessa corrida eleitoral havia oito candidatos.

No início das campanhas eleitorais Lula surgiu como o favorito nas pesquisas eleitorais. Entretanto FHC como Ministro da Fazenda ficou mais popular e ganhou a eleição, visto que ele foi percebido pelo eleitorado como o responsável pela estabilização da economia brasileira, que enfrentava problemas a mais de uma década. Somado a isso o PSDB estabeleceu uma coalizão que incluía dois importantes partidos políticos da época; o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Como podemos observar no Mapa da eleição de 1994, o PSDB perdeu somente no Estado do Rio Grande do Sul. PSDB em amarelo e PT em azul.

Mapa 8 – Eleição de 1994.



A eleição de 1998 foi a primeira após a redemocratização que permitiu a possibilidade de reeleição. Assim, mais uma vez o PSDB com o Presidente Fernando Henrique Cardoso ganhou a eleição com 53% dos votos válidos. Novamente na segunda posição o PT com Lula que recebeu 32% dos votos válidos. A terceira posição obteve 10% dos votos válidos e participaram da eleição 12 candidatos no total.

No governo o PSDB fez mudanças substanciais nas políticas públicas, como a privatização de empresas estatais, como companhias de telecomunicações, petróleo, ferroviárias e siderúrgicas. Se por um lado a população apreciou o desenvolvimento produzido pela privatização das empresas de telecomunicações, por outro ângulo outras privatizações foram consideradas um erro na opinião pública. Além disto, o PSDB no governo necessitou tomar medidas impopulares para organizar a balança comercial gerando redução da demanda e aumento do desemprego.

Contudo, foi estabelecido como discurso oficial da campanha do PSDB para vencer, a necessidade de manter a estabilização econômica e produzir o desenvolvimento de outras áreas que ainda estavam fracas. E esta ideia ganhou a eleição de 1998. Porém, os resultados eleitorais começaram a apresentar mudanças no poder. Estatisticamente podemos observar que a diferença de votos válidos entre o PSDB e o PT reduziu de 27% em 1994 para 21% em 1998 e esta alteração também é percebida na Análise Espacial.

Enquanto em 1994 o PSDB perdeu somente em um Estado, já em 1998 ele perdeu em três unidades federativas. No Estado do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro o PT obteve a vitória e no Estado do Ceará um terceiro candidato, Ciro Gomes, do PPS (Partido popular Socialista) foi vitorioso.

Como podemos examinar no mapa as relações geográficas de poder começaram a mudar. O PSDB em amarelo, o PT em azul e o PPS em vermelho.

Mapa 9 – Eleição 1998.



Na eleição de 2002 ocorreram grandes mudanças. Primeiro, o PSDB passou a ter como candidato o Ministro da Saúde José Serra no lugar de FHC, uma vez que este legalmente não poderia concorrer a uma segunda reeleição. Segundo, o PT com Lula organizou uma carta aberta em que ambos se comprometiam em não realizar qualquer alteração significativa na economia política caso ganhassem a eleição, o que foi considerado por certos grupos como uma negação as ideias socialistas. Soma-se a isso o fato de que o PSDB estava terminando seu governo com grandes crises econômicas.

Esta conjuntura fez a alteração de poder (iniciada na última eleição) ocorrer com uma grande vitória do PT sobre o PSDB. Nesta eleição o PT perdeu apenas no Estado de Alagoas, como observado no mapa: PSDB em vermelho e PT em azul claro.

Mapa 10 – Eleição 2002.



A corrida eleitoral de 2006 para o presidente também teve grandes mudanças. Após a perda da eleição de 2002, o PSDB começou a trabalhar como líder da oposição culpando PT de corrupção e falta de políticas econômicas. E ao invés de manter o José Serra como candidato, eles decidiram nomear Geraldo Alckmin, que era governador do Estado de São Paulo, o mais industrializado e rico estado do país. Além disso, vários socialistas saíram do PT e abriram um novo partido chamado de Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Em relação à eleição presidencial de 2002, o PT tinha 23% mais votos válidos do que o PSDB, mas em 2006 essa diferença declinou para 21%. Embora estatisticamente essa variação possa parecer pequena, na Análise Espacial ela possui um valor importante, porque muda a situação política de várias unidades federativas, como podemos considerar no mapa.

Um dos principais discursos da oposição em 2006 era de que as políticas públicas do PT são populistas com o único objetivo de aumentar os votos na eleição e que isso iria ser provado pelo aumento de votos e vitórias nos Estados nesta eleição. Contudo, pela análise espacial percebemos que de fato a relação de poder mudou, mas para um crescimento do PSDB que ganhou praticamente metade das unidades federativas, incluindo os Estados mais desenvolvidos economicamente seja pelas indústrias ou pelo agronegócio. PSDB na cor vermelha e PT em azul claro.

Mapa 11 – Eleição 2006.



O PT na eleição presidencial de 2006 não poderia ter Lula para uma nova reeleição e por esta razão introduziu a Ministra Dilma Rousseff como a primeira mulher a concorrer à presidência do Brasil com chances significativas de vitória. Do outro lado o PSDB decidiu colocar novamente José Serra, agora governador do Estado de São Paulo, para concorrer à presidência.

Mesmo com seu crescente poder político desde a última eleição para presidente, o PSDB continuou alegando que as políticas públicas do PT são populistas que resultariam em mais votos e controle nas regiões mais pobres em que as políticas de transferência de renda são mais significativas. No entanto, a diferença de votos válidos nesta eleição foi ainda menor, sendo de somente 13% contra os 21% da última, e na Análise Espacial observamos uma diminuição dos votos do PT em praticamente todos os Estados.

Na eleição de 2006, O PSDB aumentou o número de vitórias nas unidades federativas e até mesmo o Partido Verde (PV) conseguiu ganhar no Distrito Federal. Conforme o mapa, o PSDB na cor vermelha, o PT na cor azul claro e do Partido Verde na cor verde.

Mapa 12 – Eleição 2010.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome seleciona as famílias para serem incluídas no programa com base nas informações inseridas no Cadastro Único. O principal critério é a renda familiar. Depois de registrada no CadÚnico a família é automaticamente escolhida. Todavia o registro não implica a entrada imediata das famílias no programa nem o recebimento dos benefícios, porque isso depende do orçamento da Bolsa Família.

Os valores do benefício pago pela Bolsa Família variam de R\$ 32,00 a R\$ 242,00 de acordo com a renda familiar mensal por pessoa e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. Existem quatro tipos de benefícios no programa: o básico, o variável, o variável vinculado aos adolescentes e o variável de caráter extraordinário.

O benefício básico de R\$ 70,00 é pago para as famílias extremamente pobres, com renda de até R\$ 70,00 por pessoa, mesmo que tenham crianças ou adolescentes.

O benefício variável de R\$ 32,00 é pago para famílias pobres com renda até R\$ 140,00 por pessoa, que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos em casa. Cada família pode receber três benefícios deste chegando a R\$ 96,00.

O benefício variável vinculado ao adolescente de R\$ 38,00 é pago a todas as famílias do programa que tem adolescentes de 16 e 17 anos que frequentam a escola. Cada família pode receber dois benefícios deste tipo ligados aos adolescentes fazendo R\$ 76,00.

O benefício variável de caráter extraordinário é pago as famílias que anteriormente recebiam auxílios de outros programas sociais, como Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, a fim de amortizar qualquer perda na passagem de um programa antigo para a Bolsa família. O valor do benefício varia conforme cada caso.

Uma pesquisa feita pela Universidade Federal de Pernambuco, através de métodos estatísticos, percebeu que 87% da transferência de dinheiro é usado por famílias rurais pobres para comprar alimentos (DUARTE, 2007).

O Programa Bolsa Família foi a principal política social do Presidente Lula do PT e conquistou a fama de ter desempenhado um papel de destaque na sua vitória na eleição de 2006. Esta política teria, na opinião da oposição, conseguido alavancar os votos conquistando os eleitores das camadas mais pobres do país.

A questão do Programa Bolsa Família e sua relação com a eleição constituiu um ponto tão importante do debate político que chegou a alcançar a mídia internacional. Por exemplo, no *Washington Post* encontramos a seguinte citação sobre a questão:

During the campaign's final televised debate Friday night, Lula painted Alckmin as the candidate who favors the rich and would sell off state companies, while continuing to tout Bolsa Família as his signature program. Lula has been following the formula for weeks, and political analysts said it has helped him comfortably pad his lead (WASHINGTON POST, 2006).

Na eleição de 2010 a oposição liderada pelo PSDB com o apoio de vários jornais e revistas manteve a ideia de que o Programa Bolsa Família é uma política pública com o objetivo de aumentar a votação do PT fazendo a manutenção do poder.

4.4 Análise espacial

Utilizando dados oficiais oriundos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e Ministérios, examinamos a popularidade do PT (Partido dos Trabalhadores) entre os eleitores das diferentes unidades federativas do Brasil e a sua capacidade de dinamização eleitoral em face de suas políticas públicas. O ponto principal desta análise é verificar a ideia da oposição política de que há resultados eleitorais favoráveis ao PT entre as populações mais pobres em função de suas políticas públicas, como o Programa Bolsa Família. Para este fim foram usadas Análise Exploratória de Dados e Técnicas de Análise Espacial em dados sobre as eleições presidenciais e a pobreza nos Estados brasileiros.

Tabela 5 - Eleições presidenciais e a pobreza nos Estados brasileiros.

Estado	UF Sigla	Área Km ²	População 2010	Eleitores	PIB per capita R\$ 2005	IDH 2005	Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família	Valor mensal do Bolsa Família	Valor recebido do Bolsa Família	Pobreza 2009
Acre	AC	152581	707125	443148	7041	0,751	59985	6584434	6584434	224345
Alagoas	AL	27767	3093994	1976838	5164	0,677	414203	41132206	2001618531	1515188
Amapá	AP	142814	648553	1907842	8543	0,780	45371	5115777	204288463	206168
Amazonas	AM	1570745	3350773	384825	11829	0,780	282309	31103481	1336490681	1051497
Bahia	BA	564692	13633969	9153703	6922	0,742	1667913	164950784	8106607355	5512234
Ceará	CE	148825	8180087	5631557	5636	0,723	1021127	100145084	5154428830	3085040
Distrito Federal	DF	5822	2469489	1663720	37600	0,874	76247	2335868	339661886	272652
Espírito Santo	ES	46077	3392775	2441071	15236	0,802	191540	17165229	908960243	435309
Goiás	GO	340086	5849105	3873542	9962	0,800	323923	28890548	1248839321	689425
Maranhão	MA	331983	6424340	4159572	4628	0,683	874633	91811207	4452247216	2666266
Mato Grosso	MT	903357	3033991	1993134	12350	0,796	169368	15112199	685522786	371824
Mato Grosso do Sul	MS	357125	2404256	1617740	10599	0,802	131821	11986374	536901407	240178

Continua (...)

(...) Continuação

Estado	UF Sigla	Área Km ²	População 2010	Eleitores	PIB per capita R\$ 2005	IDH 2005	Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família	Valor mensal do Bolsa Família	Valor recebido do Bolsa Família	Pobreza 2009
Minas Gerais	MG	586528	19159260	14070606	11028	0,800	1142346	102097931	5505582858	2356776
Pará	PA	1247689	7443904	4515115	6241	0,755	679676	73354122	3229182175	2631946
Paraíba	PB	56439	3753633	2655370	5507	0,718	453162	44533440	2399654705	1542919
Paraná	PR	199314	10266737	7299999	13158	0,820	479290	40315404	2079508964	1304080
Pernambuco	PE	98311	8541250	6067589	6528	0,718	1060740	104090388	5007169831	3594917
Piauí	PI	251529	3086448	2186386	4213	0,703	418582	41597143	2148461935	1205435
Rio de Janeiro	RJ	43696	15180636	11259336	17695	0,832	686947	63952151	2541774596	1982933
Rio Grande do Norte	RN	52796	3121451	2172629	6754	0,738	341517	32775047	1660272453	1088596
Rio Grande do Sul	RS	281748	10576758	7925459	14310	0,832	455829	41611591	2156257376	1456403

Continua (...)

(...) Continuação

Estado	UF Sigla	Área Km ²	População 2010	Eleitores	PIB per capita R\$ 2005	IDH 2005	Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família	Valor mensal do Bolsa Família	Valor recebido do Bolsa Família	Pobreza 2009
Rondônia	RO	237576	1535625	1028625	8391	0,766	115831	11348747	531637574	351858
Roraima	RR	224299	425398	247792	9075	0,750	42195	4667038	198983708	118337
Santa Catarina	SC	95346	6178603	4354195	15638	0,840	149219	12708984	684101420	379701
São Paulo	SP	248209	39924091	29143392	19548	0,833	1126179	99294911	5140868876	4241855
Sergipe	SE	21910	2036277	1369639	7560	0,742	230007	23157731	1109030745	765272
Tocantins	TO	277620	1373551	926725	7210	0,756	129195	12284046	576500368	340396

Tabela 6 – Taxa de pobreza e votos do PT (%) em 1998, 2002, 2006 e 2010.

Estado	UF Sigla	Pobreza %	PT 1998%	PT 2002%	PT 2006%	PT 2010%
Acre	AC	0,317263567	0,30914	0,59942	0,5236	0,3032
Alagoas	AL	0,489719114	0,22422	0,43606	0,6145	0,5363
Amapá	AP	0,317889209	0,25581	0,69883	0,704	0,6266
Amazonas	AM	0,313807292	0,38678	0,75514	0,868	0,8057
Bahia	BA	0,404301491	0,35345	0,65695	0,7808	0,7085
Ceará	CE	0,377140243	0,32841	0,71783	0,8238	0,7735
Distrito Federal	DF	0,110408267	0,29735	0,62257	0,5696	0,5281
Espírito Santo	ES	0,128304706	0,20957	0,59357	0,6554	0,4917
Goias	GO	0,11786846	0,19624	0,57077	0,5478	0,4925
Maranhão	MA	0,415025668	0,29392	0,58483	0,8463	0,7909
Mato Grosso	MT	0,12255277	0,28056	0,66447	0,4969	0,4889
Mato Grosso do Sul	MS	0,099897016	0,2473	0,55141	0,4498	0,4487
Minas Gerais	MG	0,123009761	0,1646	0,54464	0,6519	0,5845
Pará	PA	0,353570653	0,29536	0,52655	0,6012	0,532
Paraíba	PB	0,411046844	0,33651	0,57018	0,7501	0,6155
Paraná	PR	0,127019909	0,31138	0,57067	0,4925	0,4456
Pernambuco	PE	0,420888863	0,26949	0,60732	0,7848	0,7565
Piauí	PI	0,390557366	0,27784	0,59221	0,7732	0,6998
Rio de Janeiro	RJ	0,130622525	0,4232	0,78971	0,6969	0,6048
Rio Grande do Norte	RN	0,348746785	0,25838	0,58635	0,6973	0,5954
Rio Grande do Sul	RS	0,137698433	0,21317	0,55564	0,4465	0,4906
Rondônia	RO	0,229130159	0,17775	0,65555	0,5533	0,4737
Roraima	RR	0,278179493	0,49045	0,55836	0,3851	0,3344
Santa Catarina	SC	0,061454183	0,36608	0,6414	0,4547	0,4339
São Paulo	SP	0,106248004	0,3531	0,57499	0,4774	0,4595
Sergipe	SE	0,375819203	0,28838	0,55387	0,6016	0,5356
Tocantins	TO	0,247821886	0,16735	0,54033	0,7027	0,5888

Fontes: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IPEA – Instituto de Economia Aplicada/Tribunal Superior Eleitoral.

Comparando os resultados do PT na eleição presidencial de 2006, a primeira após o Programa Bolsa Família ser introduzido, com a eleição de 2010, o discurso da oposição de que há dinamização dos votos nas áreas mais pobres em função das políticas sociais corresponde em parte à realidade.

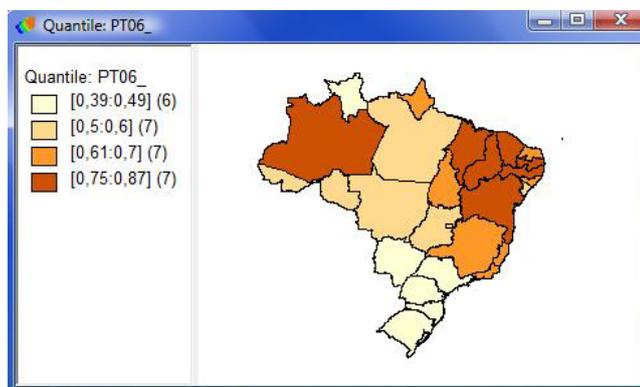
Claramente o PT obteve melhores resultados eleitorais na região Nordeste, que é a área mais pobre do Brasil, e este evento ocorreu tanto na eleição de 2006 quanto em 2010 como podemos observar no mapa abaixo.

No entanto, não é verdade que a Bolsa Família consegue melhorar os resultados eleitorais do PT. Analisando os resultados eleitorais de cada eleição observamos que o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) vem ganhando espaço entre os eleitores e até o PV (Partido Verde) ganhou no Distrito Federal (Brasília) em 2010.

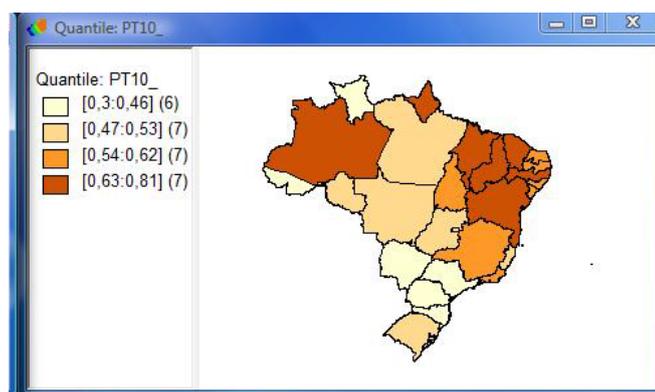
Comparando os dados do PT nas eleições de 2006 e 2010 no mapa político brasileiro é possível confirmar que em 2006 o PT obteve um resultado melhor do que 2010.

Em 2006, no grupo de Estados onde o PT é mais popular o intervalo percentual de votos foi entre 75% e 87% dos eleitores, enquanto que em 2010 houve uma queda para uma faixa de 63% até 81% do eleitorado. Esta redução de votos também aconteceu nos intervalos percentuais dos outros grupos de Estados, como é exposto nos mapas abaixo das eleições de 2006 e 2010.

Mapa 13 – Eleição presidencial 2006/ votos percentuais do PT.



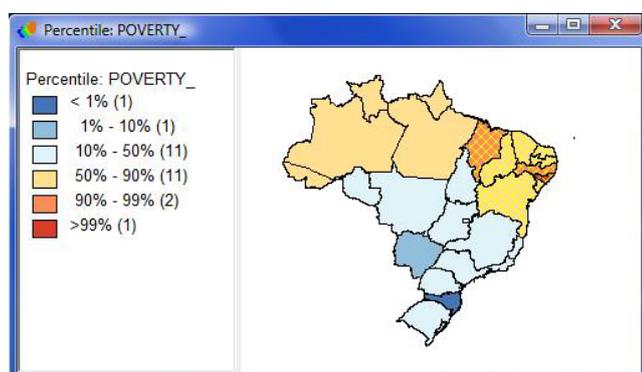
Mapa 14 – Eleição presidencial 2010/ votos percentuais do PT.



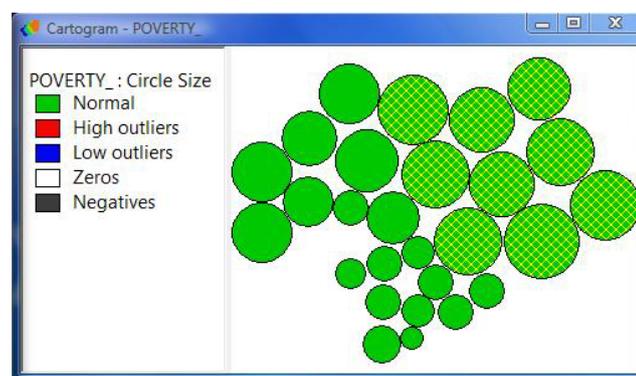
Como é possível verificar nos dados e mapas o PT teve seu eleitorado reduzido. Assim o Programa Bolsa Família não conseguiu aumentar a simpatia e o número de votos do PT como é reivindicado pela oposição, em especial pelo PSDB.

Todavia é verdade que o PT tem sua maior popularidade na área mais pobre do país; a região Nordeste.

Mapa 15 – Pobreza brasileira em percentual pela população do estado.



Mapa 16 – Pobreza brasileira em percentual pela população do estado.

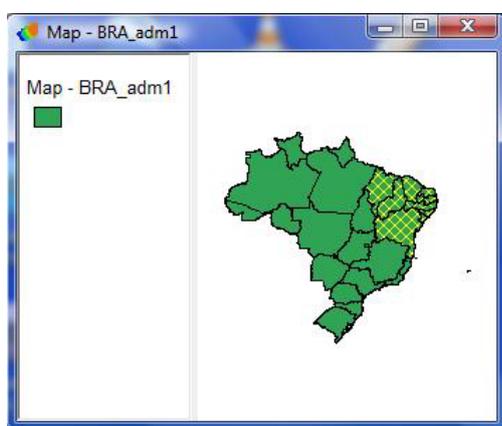


Para uma melhor análise cruzamos os dados de pobreza dos Estados em percentuais de cada população das unidades federativas com os resultados eleitorais em percentagem de cada um, tanto em 2006 como em 2010. A ideia é averiguar como a popularidade do PT está ligada aos níveis de pobreza dos Estados.

Nos mapas e gráficos de dispersão a seguir é possível entender essa relação. Uma vez que todos os Estados do Nordeste, em destaque amarelo, com alto nível de pobreza apresentam ao mesmo tempo percentuais elevados de votos no PT.

Contudo, também notamos que mesmo na região Nordeste o PT perdeu o apoio de uma eleição para outra, apesar do fato de que este partido político continua o mais popular nesses Estados.

Mapa 17 – Região nordeste brasileira em destaque.



Mapa 18 – Pobreza brasileira em porcentagem por população dos estados.

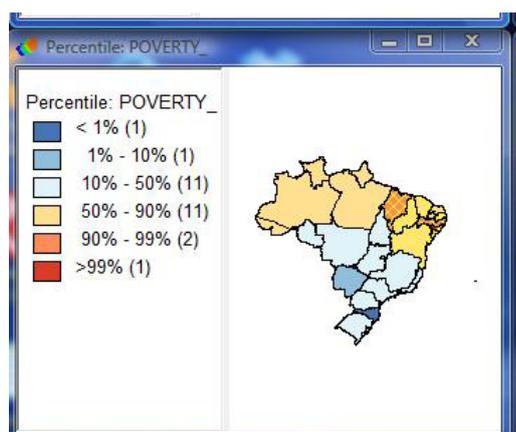


Gráfico 2 – Votos para presidente PT 2006 em percentual x pobreza no Brasil em percentual por população do estado.

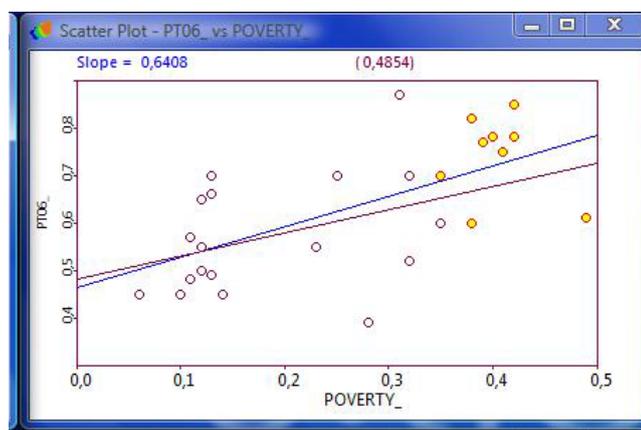
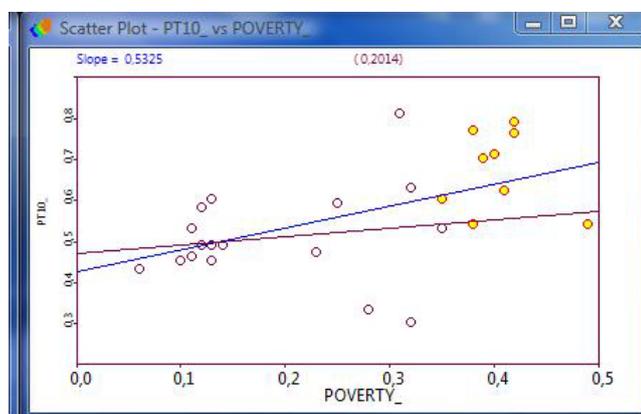


Gráfico 3 – Votos para presidente PT 2006 em percentual x pobreza no Brasil em percentual por população do estado.



Outro fato substancial é que o PT teve seus piores resultados eleitoral nos Estados ricos, que estão em amarelo no mapa abaixo. Isto inclui os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde se encontra as principais cidades industriais, financeiras, tecnológicas e agro-industriais do país.

Pelo mapa e os gráficos de dispersão abaixo é possível afirmar que os Estados ricos se encontram em uma postura de oposição em comparação com aos Estados pobres da região Nordeste. Além disso, na eleição de 2010 os eleitores dos Estados ricos votaram de forma mais semelhante do que em 2006, quando os votos do PT eram mais dispersos.

Considerando os Estados mais ricos (com menos pobreza em sua população) verifica-se que essas regiões possuem significativamente menos eleitores do PT tanto na eleição de 2006 quanto na de 2010.

Mapa 19 – Estados ricos em destaque amarelo.

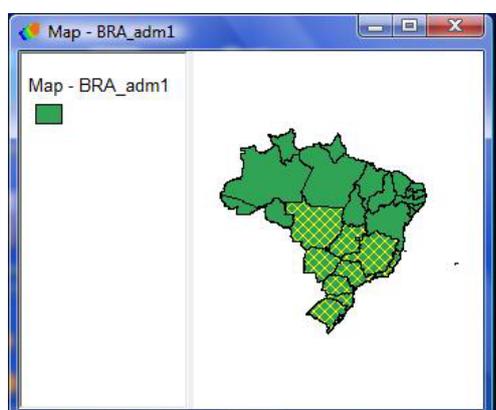


Gráfico 4 – Votação do PT para o presidente em 2006 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.

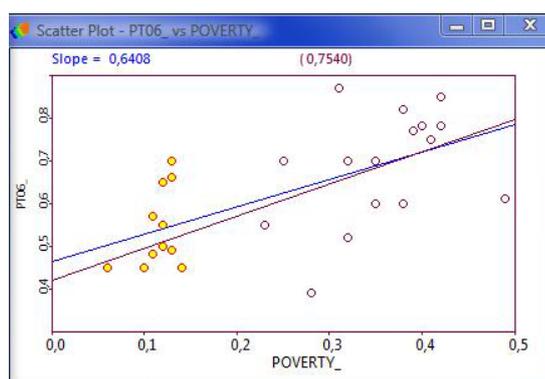
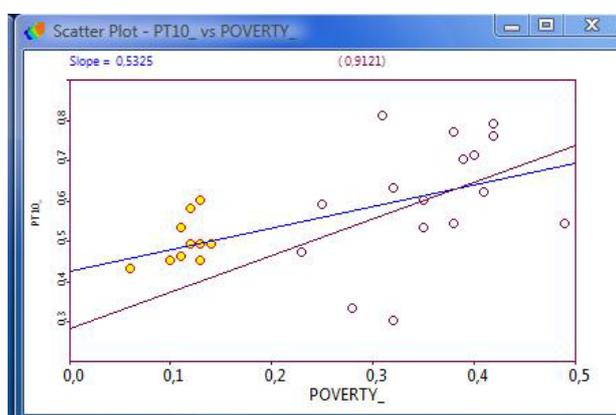


Gráfico 5 – Votação do PT para o presidente em 2010 por Estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.



Além da relação entre as regiões mais ricas e mais pobres do Brasil verificou-se um terceiro grupo de eleitores nesta análise espacial; a região Norte, onde a maior parte do território é a Amazônia. Diferentemente das demais regiões do Brasil, a região Norte apresentou resultados eleitorais extremamente difusos nas eleições de 2006 e 2010, conforme observamos no gráfico de dispersão abaixo.

A região Norte é notoriamente muito singular, com um menor nível de urbanismo e um imenso território com somente florestas. E também possui uma posição política particular posicionada entre as regiões ricas e pobres, com uma faixa alta de distinção entre os Estados tanto no percentual de pobreza quanto na votação.

Mapa 20 – Região Norte do Brasil em destaque amarelo.

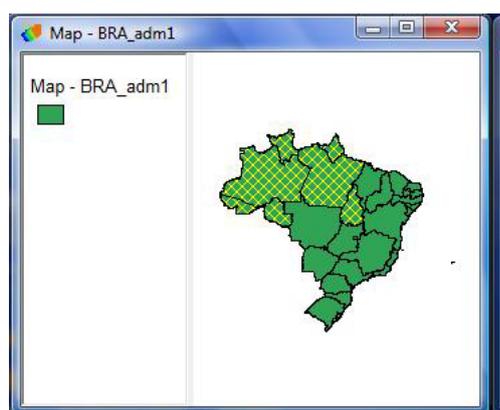


Gráfico 6 – Votação do PT para o presidente em 2006 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.

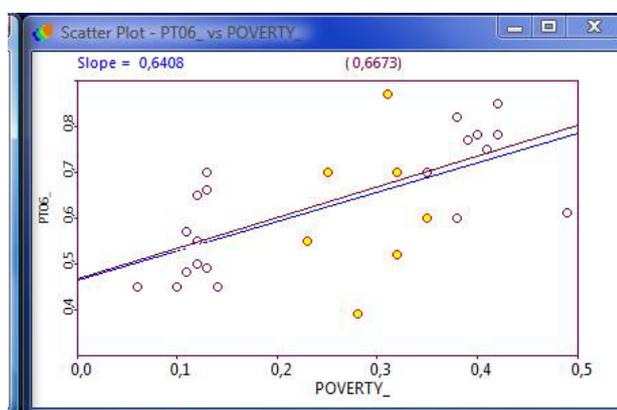
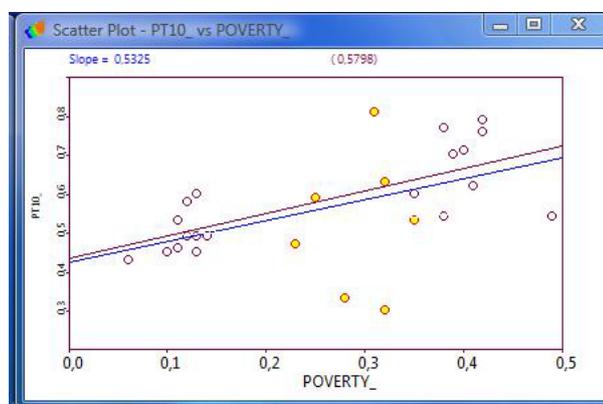


Gráfico 7 – Votação do PT para o presidente em 2010 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.



4.4 Observações

Como observado, houve realmente uma dinamização política entre as regiões ricas e pobres do Brasil nas eleições de 2006 e 2010. Com a população dos Estados pobres da região Nordeste mais alinhados com o PT, enquanto os Estados ricos foram menos atraídos por esse partido político. Ao mesmo tempo, a região Norte que tem um nível intermediário de pobreza posicionado entre os estados ricos e pobres resultando em uma votação bem mais dispersa do que as outras regiões.

Mapa 21 – Região Nordeste brasileira em destaque.



Gráfico 8 – Votação do PT para o presidente em 1998 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.

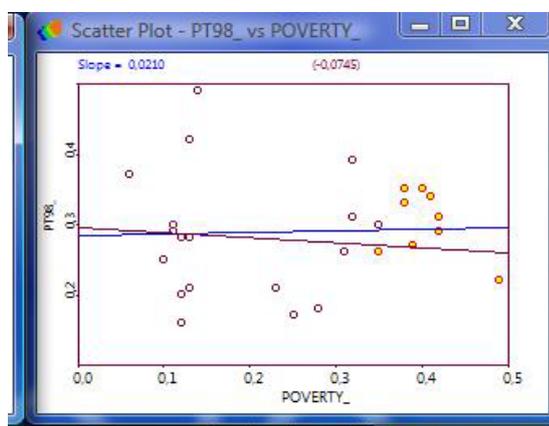


Gráfico 9 – Votação do PT para o presidente em 2002 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.

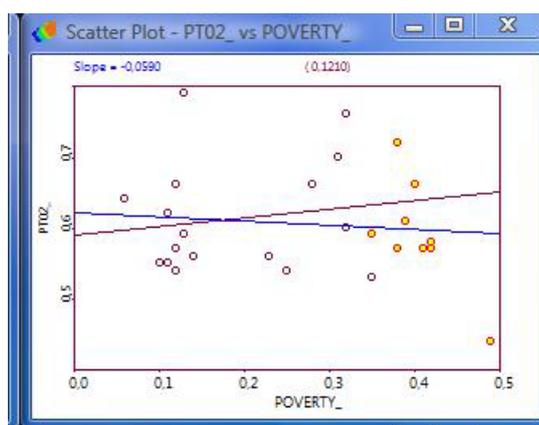


Gráfico 10 – Votação do PT para o presidente em 2006 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.

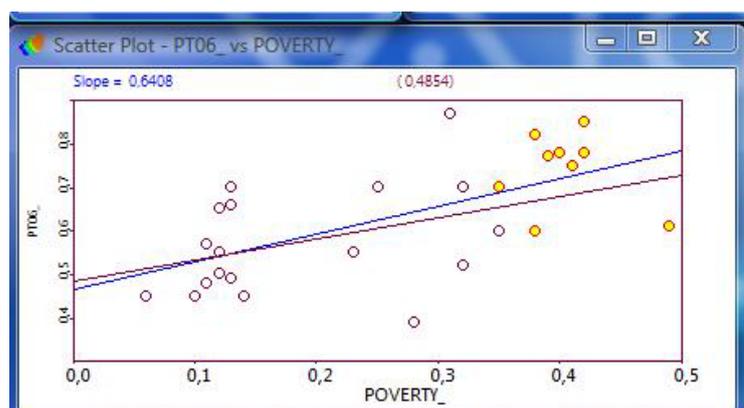
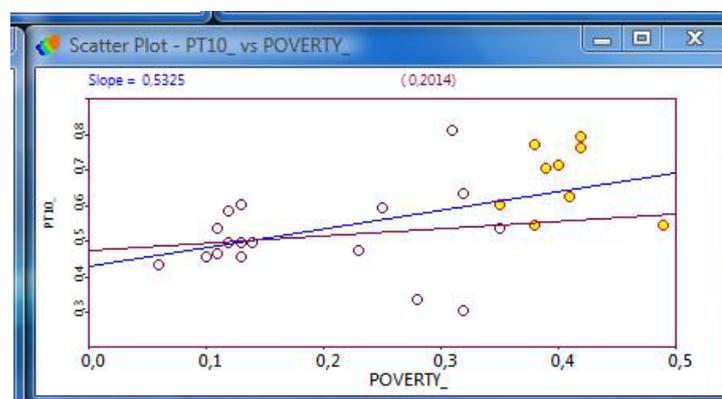


Gráfico 11 – Votação do PT para o presidente em 2010 por estado em percentual x pobreza por população do estado em percentual.



Denilde Oliveira Holzacker e Elizabeth Balbachevsky (2008) ressaltaram que em 2002 o eleitorado de Lula não estava estabelecido em nenhum estrato social específico, mas em 2006 os eleitores de classe baixa se apresentaram mais significativamente inclinados a votar em Lula.

Assim podemos concluir que o PT teve a consideração dos eleitores da região mais pobre do país (o Nordeste), como foi alegado pelo PSDB e parte da mídia durante a eleição de 2006 e 2010. No entanto, isso não significa que a Bolsa Família esteja aumentando os votos do PT a cada eleição.

Além disso, observando as duas últimas eleições federais o PT vem perdendo votos até mesmo nos Estados pobres que recebem a política de transferência de renda da Bolsa Família.

Embora seja fato que as eleições de 2006 e 2010 tiveram uma dinâmica distinta quando comparado com as eleições de 1998 e 2002 (como é possível observar graficamente), na eleição de 1998, quando o PT perdeu para o PSDB, e na eleição de 2002, quando o PT ganhou pela primeira vez a presidência do Brasil, a variável pobreza em função dos Estados não teve o mesmo impacto político como nas eleições de 2006 e 2010.

Essas mudanças na dinâmica eleitoral entre o período 1998-2002 e 2006-2010, quando o PT passou a obter uma melhor votação nos Estados pobres da região Nordeste demonstra que as políticas públicas estão diretamente ligadas com o desempenho do PT nas últimas eleições. Embora isso represente uma dinâmica eleitoral própria, não se traduz necessariamente em crescimento de votos.

5 ANÁLISE ELEITORAL ESPACIAL NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010 EM MINAS GERAIS

O cenário eleitoral após a redemocratização tem se apresentado cada vez mais competitivo e oneroso, assim exigindo sempre mais dos atores políticos, partidos políticos e candidatos, como a otimização das suas estratégias eleitorais em uma busca constante por vantagens competitivas. No cenário eleitoral a disputa política é extremamente acirrada tanto pelos interesses e valores envolvidos quanto pelo fato de que a eleição é um jogo de soma zero, em que a conquista de um voto resulta exatamente na perda de um voto de algum adversário, além de parte substancial das informações se darem de forma incompleta e assimétrica. Logo, nessa conjuntura, o conhecimento instrumental para o bom uso das informações tem um papel de destaque na busca pelos resultados positivos.

Desta maneira, a estratégia eleitoral deve ser sempre bem elaborada visto que o ator político não possui as informações completas e constantemente precisa sair de uma posição para outra desejada.

Nas Ciências Sociais o tempo e o espaço são duas bases analíticas valorizadas. O uso de séries históricas e estatísticas demonstra a importância do fator tempo. Enquanto que a produção de mapas e cartogramas apontam a significância do fator espaço. Contudo nas tomadas de decisões políticas há o hábito de utilizar o espaço somente para controle de eventos já ocorridos, sendo ele ignorado para projeções e decisões, na qual as séries temporais são mais valorizadas. Provavelmente pelo fato de que as projeções espaciais estão interligadas às séries históricas, de modo que sua elaboração e análise são sensivelmente mais complexas.

Entretanto, da mesma forma que as séries temporais ficaram mais fáceis de serem utilizadas devido aos avanços tecnológicos, como programas estatísticos de computação, o uso do espaço também ficou mais acessível pelo desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Assim, propomos a instrumentalização da variável espaço para aplicações nas eleições, principalmente no que diz respeito à análise e elaboração da estratégia eleitoral.

Devido ao forte avanço tecnológico, nas últimas décadas, em relação à análise espacial, como o geoprocessamento e a geoestatística aplicadas em vários campos de conhecimento (desde a epidemiologia até as guerras) é importante verificarmos a contribuição que as análises espaciais podem oferecer às análises e estratégias eleitorais.

Hoje podemos dizer que as técnicas de análise espacial se encontram bem estabelecidas em uma linha territorial (geografia), uma linha estatística (geoestatística) e uma linha mercadológica (geomarketing).

O objetivo dessa pesquisa é evidenciar como as principais técnicas de análise espacial possibilitam uma melhor análise e elaboração das questões eleitorais.

Inicialmente abordaremos os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), incluindo seus conceitos, características e aplicações.

5.1 Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG)

Para Câmara os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são “sistemas de informação construídos especialmente para armazenar, analisar e manipular dados geográficos, ou seja, dados que representem objetos e fenômenos em que a localização geográfica é uma característica inerente e indispensável para tratá-los” (CÂMARA et al., 1996).

A utilização dos Sistemas de Informações Geográficas nas Ciências Sociais se justifica pelos acréscimos que a observação espacial produz para análises e soluções de diversos problemas. A simples observação de um mapa passa informações e resultados instantâneos que certamente exigiriam um longo e árduo trabalho em planilhas e dados para serem obtidos. Contudo, os Sistemas de

Informações Geográficas possibilitam análises e correlações entre diversos dados por meio de uma simples representação espacial.

O desenvolvimento da tecnologia junto à criação de novas ferramentas e métodos modificou a forma como a sociedade lida com o espaço. Concomitantemente, a sofisticação da computação e telecomunicação somada a grandes bancos de dados de fácil acesso alteraram a base de conhecimento que temos hoje da questão espacial.

Assim os Sistemas de Informações Geográficas foram divididos em três gerações. A primeira pautada no CAD cartográfico, seguido de bancos de dados acoplados em grandes servidores durante a década de 90 e a terceira e atual as bibliotecas digitais que oferecem informações geográficas (CÂMARA et al., 1996). Por exemplo há no Brasil o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos Estados Unidos da América o *Census Bureau*.

Entretanto existem alguns problemas nessa abundância de dados que encontramos hoje, uma vez que surgiram vários dados em sistemas não integrados, o que dificulta o trabalho. Todavia, essa parece ser uma das principais preocupações no desenvolvimento e uso de softwares nos SIG, de modo que na última década os SIG passaram também a apresentar o benefício de integrar e/ou convergir diversas formas de dados de fontes distintas geocodificando eles em um mesmo sistema.

Logo, usando os SIG, diferentes fenômenos podem ser espacialmente representados, considerando suas interações, correlações e desenvolvimento em uma complexa análise que pode incluir a dimensão temporal. A divisão dos dados é feita de forma tão precisa e dividida que permite análises mais amplas. Fenômenos complexos como consumo, eleições e epidemias, assim como atividades políticas e administrativas, podem ser tratados por meio dos Sistemas de Informações Geográficas traduzindo se em resultados rápidos e confiáveis para análises, planejamentos e decisões.

De acordo com Druck (2002), “os especialistas dos domínios do conhecimento (como Ciência dos Solos, Geologia e Saúde Pública) desenvolvem teorias sobre os

fenômenos com suporte das técnicas de visualização dos SIG. Estas teorias incluem hipóteses gerais sobre o comportamento espacial dos dados. A partir destas teorias, é necessário que o especialista formule modelos inferenciais quantitativos, que podem ser submetidos a testes de validação e de corroboração, através dos procedimentos de Análise Espacial. Os resultados numéricos podem então dar suporte ou ajudar a rejeitar conceitos qualitativos das teorias de domínio”.

A produção de resultados robustos necessita de coordenação de diferentes técnicas, métodos e modelos, para associar informações ao espaço da questão pesquisada.

“A necessidade de combinar diferentes modelos inferenciais e de dispor de um conhecimento sólido das diferentes técnicas decorre da própria natureza do espaço geográfico. (...) o espaço é uma “totalidade”, expressa pelas dualidades entre “forma” e “função” e entre “estrutura” e “processo” (...). Com o uso do SIG e da análise espacial, podemos caracterizar adequadamente a “forma” de organização do espaço, mas não a “função” de cada um de seus componentes; podemos ainda estabelecer qual a “estrutura” do espaço, ao modelar o fenômeno em estudo, mas dificilmente poderemos estabelecer a natureza dinâmica dos “processos” sejam naturais ou sociais.” (DRUCK, 2002).

O uso de técnicas de análise espacial junto às Ciências Sociais é desenvolvido somente pelo pesquisador qualificado, uma vez que os números não falam por si mesmos, e o profissional necessita compreender tanto o fenômeno que é objeto de estudo quanto as funções dos entes do espaço analisado.

5.2 Geomarketing

O geomarketing tem como um dos seus objetivos descrever e analisar as relações existentes entre os fenômenos ligados a questões de *marketing* e o espaço em que eles ocorrem. Para isso faz necessário associar tanto dados advindos de instituições, como empresas e tribunais eleitorais, com dados demográficos, econômicos e geográficos, que articulados se traduzem em uma valiosa fonte de informações para as análises e planejamentos.

Contudo, o geomarketing se diferencia do posicionamento da estatística espacial, uma vez que é preciso considerar a mobilidade das variáveis, visto que as pessoas e instituições se deslocam com o tempo, o que altera os resultados das análises estacionárias.

Assim, o geomarketing também desenvolveu modelos próprios, que contemplam a questão da mobilidade e outros fatores inerentes ao *marketing*. Como os conceitos e as técnicas a seguir:

- Teoria do lugar central, embora possua originalmente uma hipótese simplista esta teoria foi o alicerce para o desenvolvimento de modelos mais robustos e complexos, sendo formulada por Walter Christaller (1933) e August Losch (1954). Conforme a descrição de Beavon (1977) sobre essa teoria, o processo de urbanização é um fenômeno econômico, assim o modo como o espaço é estruturado é na verdade resultado das forças do mercado de oferta e procura. De maneira que os agentes econômicos competem pelos locais que trazem maiores ganhos, o que se traduz em um maior adensamento dos centros urbanos, onde o mercado encontra se otimizado.

- Modelo de Hotelling apresenta outra concepção em que as desvantagens da proximidade dos concorrentes são compensadas pelas vantagens da aglomeração, no qual existe um maior estoque das mercadorias, facilidade de comparação, informações mais completas e maior atração de consumidores, visto que a área aglomerada vira um centro de vendas. Todavia isso também implica em uma menor diferenciação entre os competidores. Hotelling (1929).

- Polígonos de Voronoi é uma teoria meteorológica de Voronoi (1908) e Thiessen (1911) usada para estimar a precipitação das chuvas e que passou para o planejamento urbano com Sibson (1980), para ele o consumidor faz compras no ponto comercial mais próximo, de forma que a concorrência depende da distância entre as instituições, assim sendo possível definir as regiões de influência de cada empresa, por exemplo.

- Modelo de Reilly é baseado na Lei de Gravitação de Newton e considera que os consumidores fazem compras no local com maior poder de atração. Logo, cidades com comércios mais fortes (grandes centros urbanos) atraem consumidores que residem de áreas mais distantes do que cidades médias ou pequenas. Reilly (1929).

- Modelo de Huff considera a complexidade da decisão do consumidor, de modo que os atributos utilizados no processo decisório variam de acordo com o caso estudado. Esse modelo permite a utilização de resultados das pesquisas de mercado para análises probabilísticas produzindo regiões de influência com diferentes probabilidades de compra em uma loja. David Huff (1962).

Para o mérito desta pesquisa, o fundamental é a percepção de uma possível relação lógica que existe entre os eleitores, candidatos e partidos frente ao espaço - especificamente o território eleitoral. As identidades políticas, ao mesmo tempo em que são constituídas pela cultura política de uma sociedade, acabam moldando esta mesma sociedade através da produção de significados que são territorializados nas práticas sociais.

5.3 Geoestatística

A estatística espacial é uma área da estatística aplicada que visa à análise e modelagem das variáveis espaciais dos fenômenos. Por exemplo, um caso bastante conhecido desta aplicação ocorreu em Londres na Inglaterra em 1854, quando o médico John Snow utilizou da análise espacial para resolver uma epidemia de cólera.

Ele marcou em um mapa da cidade os vários casos registrados de morte por cólera e também a localização dos poços de água, uma vez que uma das formas de transmissão da cólera é por meio da ingestão de água infectada. Assim, dotado da espacialização das informações, Snow percebeu que a maior parte dos óbitos estava concentrada em torno de certo poço, que ele mandou interditar. Posteriormente a hipótese de John Snow foi comprovada. Todavia o uso da estatística espacial só se popularizou a partir das décadas de 1960 e 1970 com as

empresas mineradoras, embora ela sempre tenha, de certo modo, acompanhado o desenvolvimento da geografia.

Com relação ao uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) existem vários tipos de operações que podem ser realizadas, destacando se principalmente as seguintes funções:

- Funções de medida aplicáveis às mensurações de parâmetros dos objetos espaciais, o que é bastante difundido no uso dos SIG.
- Funções de sobreposição, também chamadas de *overlay*, que consistem nos cruzamentos de diversas camadas de informações.
- Funções de reclassificação que utilizam atributos temáticos ou características topológicas para simplificar e/ou generalizar uma informação em um determinado plano.
- Funções de vizinhança que determina valores para certa localização conforme os valores vizinhos, deste modo possibilitando estimativas.

Conforme Matheron (1970), a elaboração de um modelo matemático que consiga descrever quantitativamente variações espaciais dos fenômenos necessita de uma abstração que represente tal fenômeno de acordo com uma função numérica. Assim temos as seguintes técnicas:

- Teoria da variável regionalizada, para a qual os valores de uma variável em posições próximas são correlacionadas, sendo que essa correlação diminui assim que aumenta a distância entre esses valores (MATHERON, 1971).
- Estacionaridade, que alega a existência de uma restrição na maioria dos problemas espaciais, visto que os dados são normalmente uma única amostra de um processo aleatório, o que impediria a replicação. Fazendo se assim necessário uma suposição de homogeneidade do fenômeno estudado em certa região (VALENCIA,1999).

- Variograma, uma das técnicas usadas nas representações de continuidade espacial. Representa a variância da diferença entre pontos de uma região em relação à sua distância, de modo que quanto mais próximos os pontos menor a variância da diferença. Esse cálculo exige a aplicação de um intrincado conjunto de considerações e parâmetros (ALMEIDA e BETTINI, 1994).
- *Kriging*, que foi aportuguesado para Krigagem, também conhecido entre os estatísticos como “Processo Gaussiano de Regressão” é uma predição linear que parte do princípio que pontos próximos no espaço tendem a ter valores mais parecidos do que pontos mais afastados. A krigagem é também um método de estimativa ou predição espacial que visa estimar o valor de um fenômeno em posições não amostradas, empregando informação proveniente de dados amostrados a variável em posições vizinhas (DEUSTCH & JOURNEL, 1998).

Para essa pesquisa utilizaremos tanto as funções como os modelos da estatística espacial. Primeiro analisaremos os entes geográficos, municípios, em função do seu resultado eleitoral de 2010 para presidente em face da *renda per capita*. Depois referenciaremos os dados eleitorais geograficamente, a fim de verificar sua estrutura territorial.

5.4 A eleição presidencial de 2010 em Minas Gerais

A fim de verificar as implicações espaciais em um nível micro, municípios, na eleição presidencial de 2010, visto que já existem estudos sobre o nível macro (unidades federativas) foi escolhido o estado de Minas Gerais para análise, uma vez que esse ente da união reflete em filiação o cenário nacional, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, e encontra-se em uma posição geográfica privilegiada para o exame (localizada na região sudeste, com fronteira com as regiões nordeste e centro-oeste), além de em todas as eleições presidenciais desde a redemocratização ter apresentado como vitorioso o candidato que de fato ganhou o pleito nacionalmente, servindo assim de base para a análise.

Como demonstra o resultado do primeiro turno na eleição analisada, os resultados em Minas Gerais são extremamente similares ao nacional de modo que o estado serve certamente de parâmetro analítico, podendo ser considerado como um estado laboratório para questões de ciência política, principalmente eleitoral.

Tabela 7 – Eleição presidencial 2010 – 1º turno.

	Minas Gerais (%)	Brasil (%)
Dilma Roussef (PT)	46,98	46,91
José Serra (PSDB)	30,76	32,61
Marina Silva (PV)	21,25	19,33
Plínio (PSOL)	0,72	0,87
Eymael (PSDC)	0,09	0,09
Zé Maria (PSTU)	0,09	0,08
Levy Fidelix (PRTB)	0,06	0,06
Ivan Pinheiro (PCB)	0,04	0,04
Rui Costa Pimenta (PCO)	0,02	0,01
Branco	3,53	3,13
Nulos	5,36	5,51
Apurados	100	100

A questão central é verificar a dinâmica geoeconômica na eleição presidencial de 2010 no nível municipal no estado de Minas Gerais. Para isso foi utilizado dois métodos, primeiro uma análise de regressão considerando os votos nos dois principais candidatos face aos municípios e segundo por georreferenciamento desses dados.

Nesta análise de regressão consideramos a votação do segundo turno na eleição presidencial de 2010, assim simplificando a análise uma vez que no segundo turno o sufrágio é dicotômico.

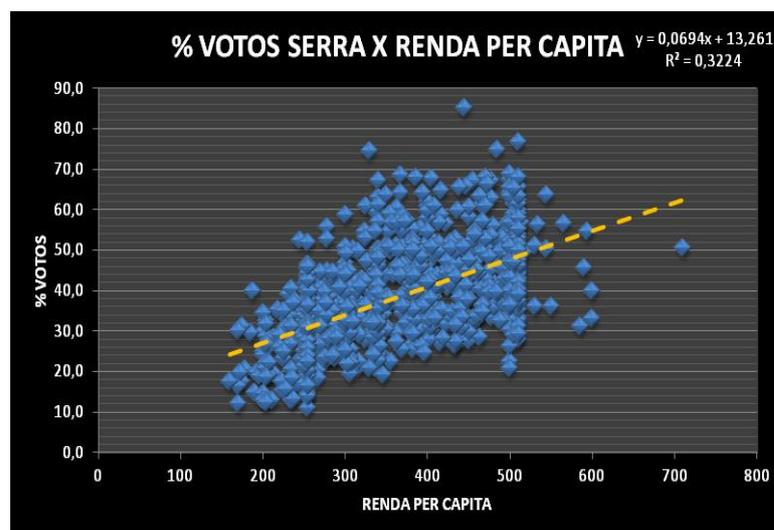
Foram consideradas duas variáveis para esse exame, a renda *per capita* dos municípios conforme os dados do Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística) e o resultado da eleição presidencial de 2010 conforme os dados do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) por cidade. Logo, os votos dos dois candidatos finais foram avaliados frente à posição socioeconômica dos municípios, por meio da renda *per capita*.

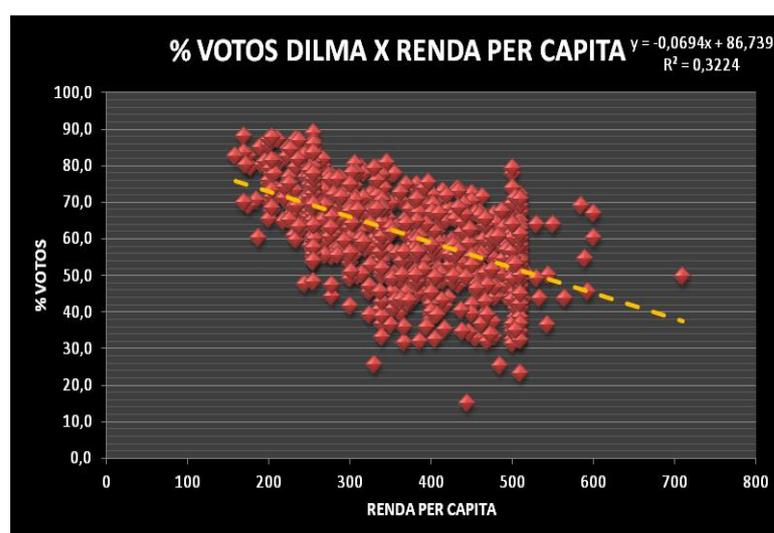
Essa análise se fundamenta nas verificações feitas na eleição presidencial norte americana de 2008, em que o uso dos mapas eleitorais se popularizou, de modo que o professor Andrew Gelman de estatística e ciência política da Universidade de Columbia decidiu analisar os resultados eleitorais por meio da estatística espacial a fim de verificar as razões para a clivagem geográfica eleitoral nos EUA que eram apresentadas nos jornais. Analisando os dados, Gelman chegou a duas conclusões distintas, uma em face da situação econômica do eleitor e outra relativa à situação econômica dos entes federados.

Primeiro confirmou a concepção de que quanto pior a situação econômica do eleitor norte americano maior a probabilidade dele votar no Partido Democrata enquanto que quanto melhor a situação econômica do eleitor maior a possibilidade dele votar no Partido Republicano. Depois verificou que os estados com melhor renda são mais propensos a votar no Partido Democrata e os estados com pior renda tendem a escolher o Partido Republicano.

Conforme os gráficos, o que observamos baseados na teoria eleitoral do estatístico norte americano Andrew Gelman (2010) é uma substancial importância do voto econômico no processo eleitoral em Minas Gerais. Ou seja, o candidato José Serra do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em geral se destacou entre os eleitores das cidades com maior renda *per capita*, enquanto que a candidata Dilma Roussef do PT (Partido dos Trabalhadores) se sobressaiu nos municípios com menor renda *per capita*.

Gráfico 12 – Percentual de votos em Serra (PSDB) x renda *per capita*.

Considerando que os municípios brasileiros possuem populações diversas foi necessário ajustar os votos para percentual, a fim de representá-los devidamente em face da renda *per capita*. Embora haja considerável dispersão, como nos municípios de renda *per capita* mais elevada, na totalidade dos municípios percebemos a constituição do voto econômico³⁴ nessa eleição.

Gráfico 13 – Percentual de votos em Dilma (PT) x renda *per capita*.

³⁴ O conceito geral de voto econômico é de acordo com um “discrete choice framework”, em uma definição mais simples o voto econômico é definido por qualquer alteração na posição do eleitor em relação ao partido e/ou candidato que ele apoia em função de sua percepção econômica.

Como o segundo turno possui uma dinâmica dicotômica e a eleição é um jogo de soma zero, o gráfico dos votos da Dilma representa a situação inversa do seu adversário, José Serra, de modo que entre os municípios de menor renda *per capita* sua inserção entre os eleitores foi significativamente maior.

Um ponto interessante nos gráficos é o fato de que a cidade com a maior renda *per capita*, a capital Belo Horizonte, não se apresenta como o maior destaque na votação do Serra, como poderíamos estimar com base na concepção do voto econômico, mas é exatamente uma das cidades em que a disputa se deu de forma mais acirrada com ambos os candidatos tendendo a aproximadamente metade do eleitorado (50%). Obviamente que isto não desqualifica a teoria, já que as observações são elaboradas abordando as municipalidades em grupo e não em cada caso individualmente, como em um estudo de caso. Todavia, essa observação será importante se tal fato se repetir nas outras capitais, visto que o valor político das capitais se distingue politicamente das demais cidades.

Com a regressão linear também foi possível averiguar estatisticamente outras relações dos resultados eleitorais frente ao voto econômico. Considerando, além da renda *per capita* dos municípios, a população urbana e a população rural foram obtidos os seguintes resultados, de acordo com os dados do IBGE:

Tabela 8 – Correlação população urbana e rural e renda *per capita*.

	Renda per capta	População urbana	População rural
Renda per capta	1,0000		
População urbana	0,3081	1,0000	
População rural	-0,1610	0,2596	1,0000

Tabela 9 – Teste P.

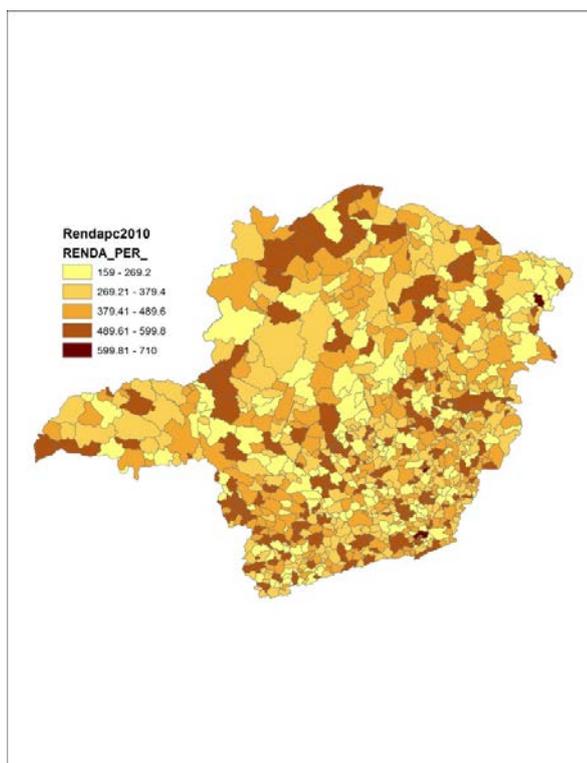
	P > ITI
Renda per capta	0,0000
População urbana	0,0000
População rural	0,6890

Ou seja, a eleição presidencial de 2010 em Minas Gerais não só apresentou uma significativa presença do voto econômico em função dos municípios, como também demonstrou que a sua relação é mais forte na população urbana, que hoje é substancialmente maior do que a rural, enquanto que na população rural não há uma correlação com o voto econômico da renda *per capita* municipal.

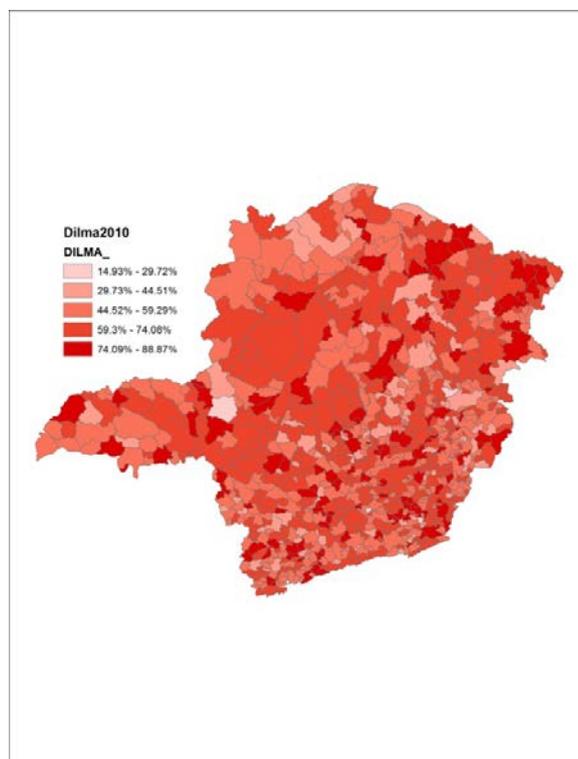
Embora o voto econômico nos gráficos de dispersão já esteja de certo modo georreferenciado, porque cada ponto é um município específico, ao representá-lo em um mapa de Minas Gerais a interpretação dos dados e sua instrumentalização apresentam outras possibilidades de análise e operacionalização, uma vez que com o mapa podemos considerar a influência geográfica, como o posicionamento econômico e eleitoral das municipalidades vizinhas.

Desta maneira, considerando os dados obtidos pela análise dos gráficos I e II, é possível com o mapa da renda *per capita* por município identificar aquelas cidades que tenderão a votar em um determinado candidato (Serra ou Dilma).

Reparemos como em uma análise comparada do mapa da Renda *per capita* com o da votação da Dilma em percentual nos municípios de Minas Gerais, aqueles mais claros no primeiro mapa são os mais escuros no segundo, traduzindo se assim em uma evidente congruência geoeconômica com a votação, salvo por poucos casos desviantes, mas que já são esperados nas Ciências Sociais.

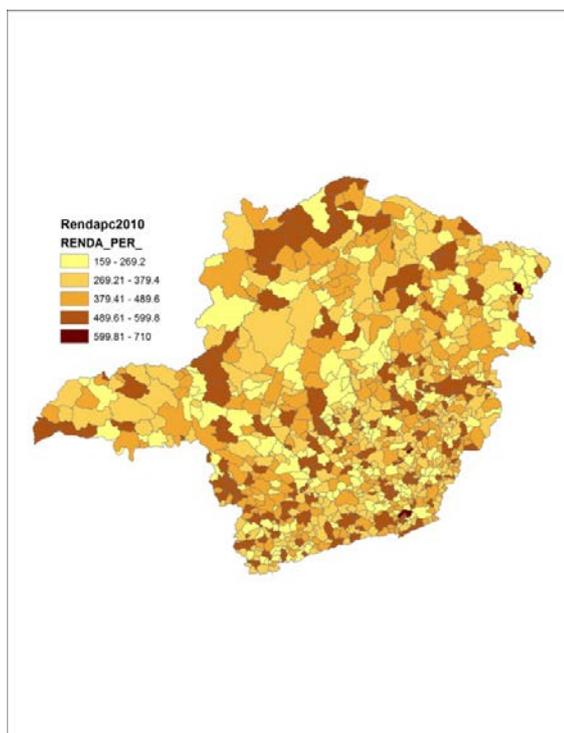
Mapa 22 – Renda *per capita* por município em Minas Gerais.

Mapa 23 – Percentual de votos em Dilma (2010) por município em Minas Gerais.

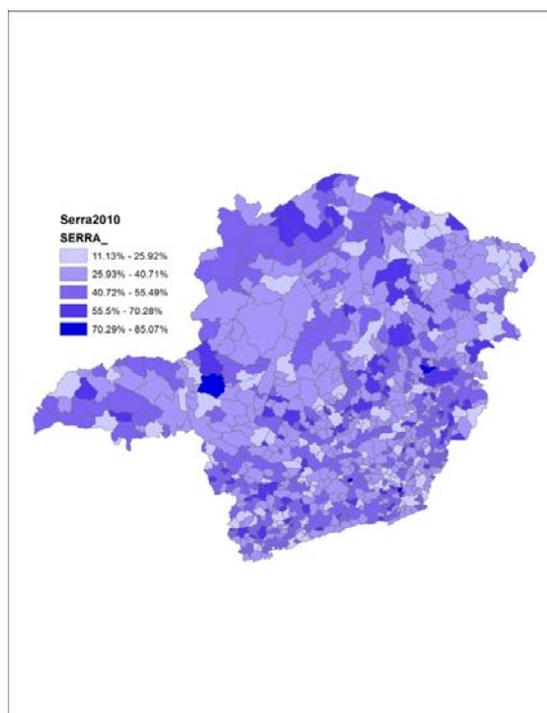


No caso do Serra a situação se dá de modo inverso, com as cidades marcadas mais escuras pela alta renda *per capita* sendo também as mais escuras em seu percentual de votação.

Mapa 24 – Renda *per capita* por município em Minas Gerais.



Mapa 25 – Percentual de votos em Serra (2010) por município em Minas Gerais.



Nesse caso a observação geográfica ainda vai além da mera relação entre a votação e a renda *per capita* das cidades, uma vez que o mapa possibilita a identificação de regiões mais ricas e mais pobres, que conglomeram municípios. Podendo assim localizar as regiões de votação, o que certamente facilita aos políticos a operacionalização de suas agendas eleitorais, um exemplo de geomarketing.

Contudo, as possibilidades atuais do geomarketing na eleição ainda vão além da localização das regiões de potenciais eleitores em face do voto econômico georreferenciado. No caso da eleição presidencial de 2010 essa análise geoeconômica da eleição haveria permitido tanto a seleção das regiões de conglomerados municipais que convergem para o candidato, como também a identificação daquelas cidades com maior chance de mudar de candidato conforme seus dados geoeconômicos e os dos vizinhos que influenciam.

Logo, é possível por meio da geoestatística elaborar certos algoritmos que possibilitam uma estratégia eleitoral de geomarketing, por exemplo, com uma fórmula para indicar aqueles municípios mais propensos a mudar de voto de acordo com a sua situação geoeconômica, assim como uma função que desempate cidades em situação econômica similar, mas que possuem vizinhos com peso geoeconômico diferentes, sendo nisto necessário inclusive considerar dados demográficos como a população de eleitores das cidades analisadas e suas vizinhas.

5.5 Resultados eleitorais e populações municipais

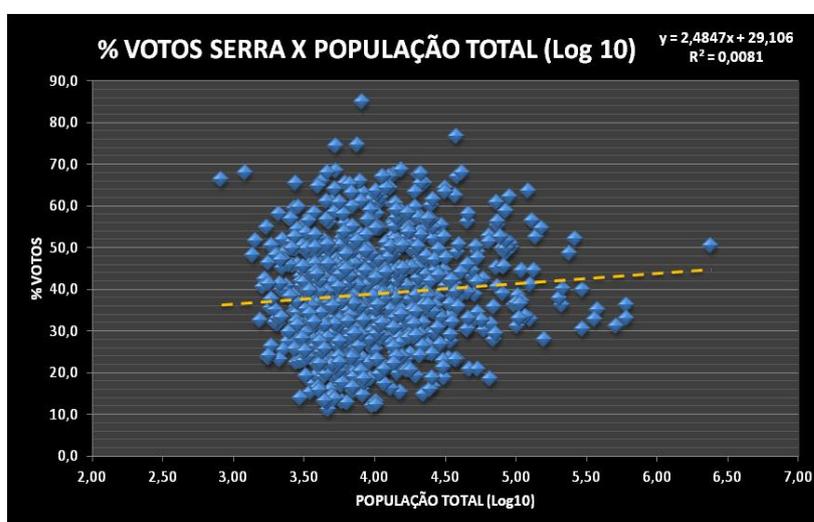
Analisando os resultados eleitorais presidenciais de 2010 nos municípios mineiros em face de suas respectivas populações totais percebemos que o impacto do voto econômico é substancialmente maior do que uma possível dicotomia eleitoral entre cidades grandes e pequenas.

Considerando a grande distorção causada pela diferença populacional entre os municípios grandes, principalmente a capital Belo Horizonte, e as municipalidades médias e pequenas foi necessário ajustar o eixo populacional do gráfico em

logaritmo, assim como os votos foram ajustados em percentuais, para que não houvesse erro na análise gráfica.

Contudo, embora a capital Belo Horizonte apresente a maior concentração populacional, esta tem pouca expressão na análise da população frente aos votos, visto que seu resultado eleitoral tangencia a metade para cada candidato, o que representa um eleitorado extremamente dividido em que não há uma tendência significativa para análise, sendo que dessa posição o que se poderia especular é que a capital do estado por seu capital político³⁵ é disputada de maneira mais intensa pelos partidos políticos. Essa concepção é reforçada pela observação no gráfico do fato de que as cinco cidades que seguem a capital em população apresentam uma considerável preferência pela candidata Dilma Roussef do PT.

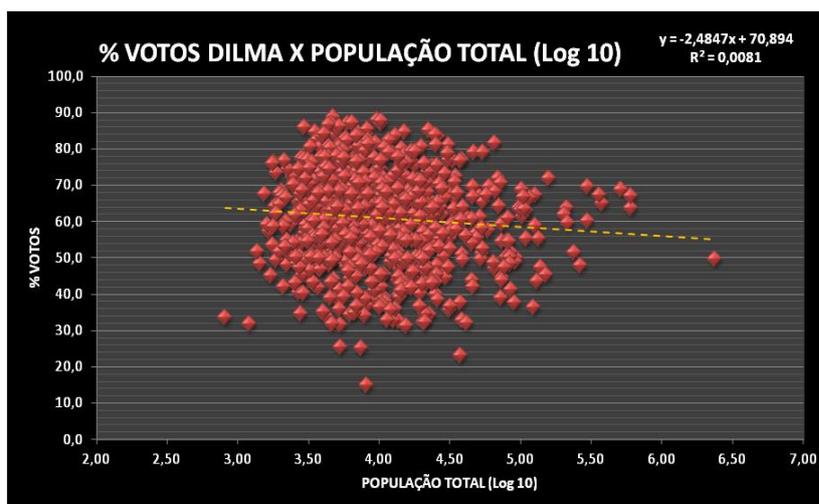
Gráfico 14 – Percentual de votos em Serra por população total dos municípios – Minas Gerais 2010.



35 Conforme Luís Felipe Miguel (2003) o conceito de capital político extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. É necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital. Na política nacional as prefeituras de capitais são vista como pontos chaves para um cargo maior como o de governador, assim assegurar qualquer vitória política do partido na capital é uma questão estratégica que excede as eleições municipais.

O gráfico do José Serra do PSDB apresenta no geral um ganho de votos abaixo do que foi conquistado pela candidata Dilma Roussef do PT, mesmo em diferentes concentrações populacionais.

Gráfico 15 – Percentual de votos em Dilma por população total dos municípios – Minas Gerais 2010.



Mesmo a regressão linear indicando uma tendência de cidades com maiores populações votarem em José Serra do PSDB e menores elegerem Dilma Roussef do PT, observando os gráficos percebe-se que a dispersão dos votos entre as diversas concentrações populacionais é ampla de modo que essa relação não é suficiente. O que pode ser alegado em grosso modo considerando as observações anteriores de renda *per capita* é que as cidades maiores tendem a apresentar melhor renda *per capita* e isso resultaria nessa diferença dos gráficos acima.

Todavia devido à elevada dispersão dos municípios de acordo com a população também pode ser suscitado em face da questão do voto econômico da renda *per capita* que municípios com a mesma população, mas com renda *per capita* distintas, apresentariam posicionamentos eleitorais distintos, com a melhor renda tendendo para José Serra do PSDB e a pior para Dilma Roussef do PT sem que o número populacional afete essa diferença. O que se pode concluir é que as diferenças quantitativas de população entre cidades grandes, médias e pequenas não impacta substancialmente no posicionamento do eleitorado. O fato de alguém morar em uma

cidade grande não significa que ele tenderá a votar em um candidato diferente do que será escolhido por um morador de uma cidade pequena.

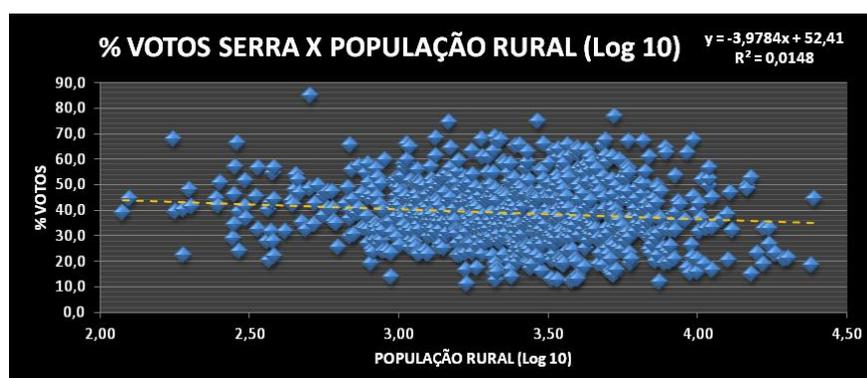
5.6 Resultados eleitorais e populações rurais

De acordo com essa questão populacional da falta de significância entre grandes e pequenas populações nos municípios para os resultados eleitorais consideramos também verificar outra dicotomia possível em face da população rural dos municípios.

Com base nos gráficos dos resultados eleitorais presidenciais de segundo turno em 2010 das populações rurais dos municípios de Minas Gerais, observamos uma dinâmica eleitoral bem dispersas entre os diferentes níveis de concentração de população rural. Embora dispersão seja menor do que nas populações totais dos municípios mineiros.

Sem uma significância quantitativa que apresente alguma distinção gráfica entre as populações rurais dos municípios que indique que as populações rurais dos municípios possuam preferência por um dos atores políticos. O que podemos concluir é que entre os municípios mineiros não encontramos uma diferença eleitoral substancial entre as populações rurais, embora a dispersão no gráfico das populações rurais não seja similar a dispersão das populações totais dos municípios.

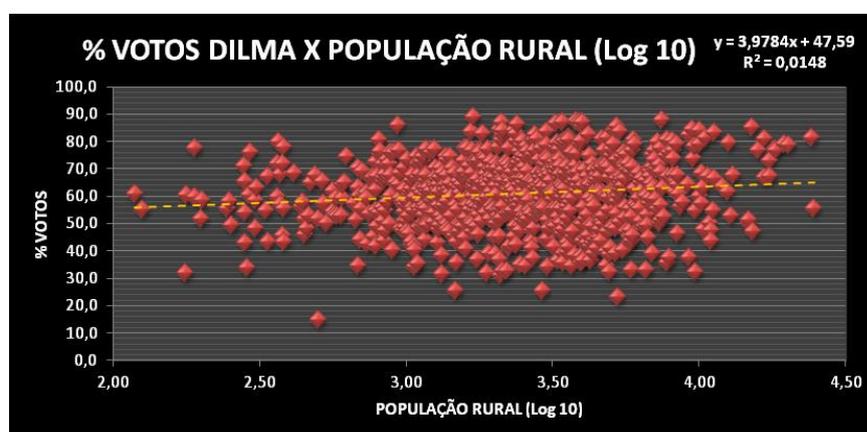
Gráfico 16 – Percentual de votos em Serra por população rural dos municípios – Minas Gerais 2010.



Contudo, os gráficos das populações rurais indicam uma pequena variação eleitoral oposta a dos gráficos das populações totais. Ou seja, municípios com mais moradores rurais tenderam mais a votar na Dilma enquanto que municípios com menos camponeses no Serra. Embora essa diferença não seja substancial nos gráficos para uma conclusão, podemos indagar que provavelmente isso também se deve a variação na renda *per capita*, visto que municípios com menor população rural tendem a ter maior renda *per capita*.

Assim, pode se concluir que no estado de Minas Gerais não encontramos uma dinâmica eleitoral singular nas populações rurais dos municípios mineiros, nem uma variação destacável nas diferenças entre a população rural e a população total dos municípios. De modo que dificilmente existe um posicionamento político distinto entre campo e cidade no modelo *town and country* dos Estados Unidos da América, no qual populações rurais tendem a votar no Partido Republicano.

Gráfico 17– Percentual de votos em Dilma por população rural dos municípios – Minas Gerais 2010.



Analisando os gráficos o que é facilmente observável é o fato de que a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, conquistou em geral mais votos que o adversário em diferentes municípios, independente do percentual de população rural, visto que essa variação no gráfico é muito fraca para ser considerada.

5.7 Considerações

Baseado nos resultados estatísticos a pesquisa é possível desenvolver a análise sócio-espacial dos demais entes da federação e seus respectivos municípios, tanto em níveis macros agrupados por estado e região geográfica quanto em termos micro-políticos como os próprios municípios, verificando as diferenças entre as localizações e sua vizinhança, a fim de estimar e projetar possíveis vantagens comparativas para as estratégias de campanhas eleitorais, abordando os modelos de geomarketing. Certamente essa análise poderá otimizar as estratégias eleitorais em razão das escolhas pelas localidades a serem trabalhadas pelos coordenadores das campanhas políticas.

Sendo importante destacar que os modelos de geomarketing são uma representação ou interpretação simplificada da realidade, ou uma interpretação de um fragmento de um sistema, segundo uma estrutura de conceitos mentais ou experimentais. O modelo apresenta apenas uma visão ou cenário de um fragmento do todo. É importante compreender que ele possui limitações, mas não deixa de ser significativo assim como os modelos econômicos ou sociométricos.

Em uma fase mais adiantada esse modelo de análise também poderá apresentar informações mais profundas e detalhadas, como informações sobre os resultados de populações em localidades em que a situação socioeconômica tenha se alterado e o voto modificado na eleição, ou comparar o peso eleitoral de diferentes cidades e regiões considerando o custo benefício nas campanhas.

Por exemplo, sabendo o custo da campanha por município e o resultado eleitoral, poderemos calcular a razão de gasto por voto e verificar em que cidades e regiões há melhor vantagem para determinado candidato. Assim desmistificando algumas ideias como a de que é importante ganhar em certas cidades como as capitais em detrimento de outras regiões, visto que verificando a possibilidade de ganhos em cada cidade ou região passa a ser viável ponderá-las frente a capital ou outras cidade de porte maior.

Também é possível por meio da análise espacial desenvolver algoritmos que indiquem cidades mais propensas a alterar a votação em relação a cidades vizinhas ou outros municípios equivalentes, criando classificações e tipologias.

Além disso essa pesquisa envolvendo a questão espacial e as eleições em face de questões econômicas como a renda *per capita* ou demográfica como as populações urbanas garante um alto grau de interdisciplinaridade associando Ciência Política, Marketing, Economia, Geografia, Demografia, etc. Assim esse tipo de pesquisa em um ponto mais adiantado poderá apresentar uma vasta gama de contribuições em diferentes disciplinas que mantém um forte diálogo entre si na aplicação das análises espaciais à questão eleitoral.

6 SONDAGEM SOBRE CANDIDATURAS LEGISLATIVAS

6.1 Sondagem política

Buscando observar o posicionamento eleitoral dos candidatos aos diversos parlamentos brasileiros com eleições proporcionais³⁶ (câmara de vereadores, assembleias legislativas e câmara dos deputados) realizamos uma sondagem política.

É importante observar que não se trata aqui de um estudo estatístico tradicional com uma amostra e intervalo de confiança em que é possível extrapolar as observações para a população geral estudada, uma vez que há uma grande dificuldade de entrevistar políticos e garantir que eles darão as respostas. Logo, tentamos entrevistar 100 políticos que foram candidatos nas últimas eleições e só conseguimos aplicar 98 questionários.

Todavia, essa limitação metodológica faz parte da Ciência Política e não inviabiliza a utilização da sondagem que passa a ter em termos científicos a qualidade de um estudo de caso. Ou seja, limitado pela singularidade e não propositivo de observações gerais, de modo a servir mais como exemplo, em face dos casos observados. Assim os resultados dessa sondagem podem até ser comparados com a de pesquisas sobre eleições passadas e futuras, mas claramente se trata de um estudo sobre os candidatos das últimas eleições 2010 e 2008.

O objetivo principal foi de verificar o posicionamento dos candidatos nas campanhas eleitorais em face da posição de vitória ou derrota eleitoral em relação a alguns pontos das campanhas, como a filiação partidária, os gastos, apoio de instituições sociais e elaboração da agenda eleitoral. Assim a sondagem como o próprio nome em certo aspecto já representa teve um caráter mais exploratório do que analítico, sendo basicamente uma complementação aos outros capítulos.

³⁶ Sistema eleitoral no qual a proporção de cadeiras parlamentares ocupada por cada partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtida por ele.

6.2 Perfil eleitoral dos entrevistados

Dos 98 entrevistados para esta pesquisa, 83,7% foram eleitos enquanto 16,3% não conseguiram ganhar o pleito eleitoral ou ficando como suplente ou mesmo não sendo eleito. Importante destacar que a corrida eleitoral para o legislativo é bem distinta do executivo, de modo que entre aqueles que não conquistaram uma cadeira legislativa existem duas categorias de derrotados. Uma é o não eleito, o que significa que o candidato não se elegeu porque seu partido político não recebeu votos suficientes se quer para uma cadeira no parlamento (câmara, assembleia e equivalentes). Outra é a posição de suplente que se traduz naqueles candidatos que o partido obteve uma ou mais cadeiras no legislativo, mas o candidato propriamente dito não possuiu votos suficiente para ganhar de seus correligionários, de modo que outros políticos de seu partido com mais votos é que ocupam essa cadeira, todavia ele poderá um dia tomar posse caso haja desistência de algum de seus colegas eleitos.³⁷ De fato, aqueles candidatos em partidos políticos fracos eleitoralmente são somente 2% dos candidatos dessa pesquisa.

Tabela 10 – Situação após a última eleição ocorrida.

	Percentual (%)	Percentual acumulado
Ficou como suplente	14,3	14,3
Foi eleito	83,7	98,0
Não foi eleito	2,0	100,0
Total	100,0	

³⁷ Isso ocorre pelo fato de que nas eleições parlamentares quem concorre são os partidos e as coligações, de maneira que o “dono” da cadeira é o partido político ou coligação dando direito aos seus suplentes de tomarem posse em caso de vacância. Infelizmente o eleitorado em um modo geral não percebe claramente que nas eleições legislativas a dinâmica envolve bem mais do que o candidato, já que os votos são computados partidariamente, havendo até possibilidade do eleitor somente votar na legenda. Uma melhor explicação sobre o funcionamento das eleições para a população certamente elevaria a qualidade de nossa democracia.

Tabela 11 – Percentual de candidatos a deputado estadual, federal e vereador.

		Vitória		Total
		Foi eleito	Não eleito	
Cargo que Concorreu	Deputado Estadual	44%	5%	49%
	Deputado Federal	5%	4%	9%
	Vereador	34%	8%	42%
Total		83%	17%	100%

De acordo com o ordenamento legislativo de nosso país, há mais entrevistados oriundos das assembleias legislativas (estaduais) e câmara de vereadores do que da câmara de deputados (federal), uma vez que há uma assembleia por ente federado, uma câmara de vereadores por município enquanto há apenas uma câmara de deputados para a União. Esta pesquisa não considerou candidatos para o Senado tendo em vista que a eleição dos senadores se dá de maneira distinta dos demais cargos legislativos, que são padronizados em sistema proporcional de lista aberta.³⁸ Embora a pesquisa tenha sido elaborada de maneira aleatória o percentual de entrevistados não eleitos (não eleitos mais suplentes) varia significativamente de acordo com o cargo pleiteado, isso provavelmente decorre do fato de é mais fácil encontrar pessoas que se candidataram a vereador do que a deputado, porque como estas são eleições locais (vereador) a viabilidade é maior frente aos custos eleitorais.

³⁸O sistema proporcional parte do princípio de que em uma assembleia deve representar a população. Nesse sistema o voto tem o mesmo valor à todas as pessoas. Nesses sistemas proporcionais temos como base o voto individual, muitas vezes transferível. No voto individual transferível, o eleitor expressa seu interesse a um 2º ou 3º candidato, quando vota em um candidato. No caso de seu candidato não ser eleito o voto irá para os candidatos da base de seu partido. O modelo de lista aberta dá o direito de o eleitor votar em qualquer candidato, de qualquer partido eleitoral.

Tabela 12 – Legislativo federal 2011-2015.

		Partido Político										Total
		Outros	PDT	PMDB	PP	PR	PSB	PSDB	PT	PTB		
Vitória	Foi eleito	12,24%	4,08	6,12%	2,04%	11,22%	7,14%	17,35%	16,33%	6,12%	82,65%	
	Não eleito	6,12%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,16%	0,00%	1,02%	2,04%	17,35%	
Total		18,37%	18,37%	18,37%	18,37%	18,37%	18,37%	18,37%	18,37%	18,37%	100,00%	

A fim de verificar o perfil político-partidário dos candidatos entrevistados, consideramos a identificação dos partidos políticos mais substanciais, com o maior número de cadeiras legislativas na câmara de deputados, enquanto que os partidos menores foram agrupados em “outros”.

Observa-se que entre os entrevistados, partidos como PT, PSDB, PR e PSB prevaleceram de maneira significativa frente ao PMDB. Isso se deve ao fato de que mesmo com o PMDB no legislativo federal ficando somente atrás da bancada do PT na legislatura 2011-2015, a realidade nos órgãos legislativos estaduais e municipais é outra. Em determinadas regiões partidos políticos que não encontram força no legislativo federal são altamente considerados em estados e municípios, como, por exemplo, o caso do PSB que atualmente é bem mais forte no Nordeste do que no Sudeste.

Outro ponto de destaque no perfil político dos entrevistados se dá pelo fato de que a vasta gama de partidos políticos existentes no sistema eleitoral brasileiro faz com que os partidos políticos pequenos quando agrupados alcancem representação substancial chegando a 18,37% dos entrevistados desta pesquisa.

Também chama a atenção o fato de que o PSDB junto com os pequenos partidos agrupados apresentou a maior taxa de entrevistados que não conseguiram ser eleitos (não eleitos e suplentes). Contudo, isso se deve em parte a conjuntura política, uma vez que grande parte dos maiores partidos políticos faz hoje parte da base do PT enquanto PSDB é oposição, já o DEM que também é de oposição sofreu forte queda com a ruptura que originou o PSD ficando ambos (DEM e PSD) de fora da pesquisa, pois não demonstravam definição quantitativa durante a elaboração desta pesquisa, já outros partidos de oposição como o PV e PSOL são legislativamente pequenos ficando agrupados em outros, essas questões podem ter elevado a taxa percentual de não eleitos nessa categoria.

Tabela 13 – Gasto declarado dos candidatos.

		Gasto Declarado					Total
		Até R\$ 3.500,00	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00	
		Vitória	Foi eleito	3,06%	8,16%	15,31%	
	Não eleito	0,00%	2,04%	0,00%	11,22%	4,08%	17,35%
Total		3,06%	10,20%	15,31%	39,80%	31,63%	100,00%

Com relação ao gasto declarado dos candidatos é observável que entre os eleitos, independente do cargo, encontramos 56,12% dos candidatos com gastos elevados entre R\$ 50.000,01 e R\$ 900.000,00. Reforçando assim a ideia de que os candidatos com maiores investimentos financeiros nas campanhas são aqueles com maior probabilidade de vitória eleitoral.

Como maior percentual de não eleitos nessa tabela (11,22%) se dá na faixa entre R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00 talvez esse estrato monetário seja o mais competitivo politicamente. De maneira que em termos financeiros os candidatos tenham chance de ganhar, mas também encontrem maior número de concorrentes monetariamente amparados.

Assim, podemos afirmar que pela moda encontramos um tipo predominante de políticos entrevistados nesta pesquisa que são candidatos legislativos eleitos (83%), membros de grandes partidos políticos (principalmente PSDB, PT, PR e PSB – 61,23%), com elevados gastos declarados em campanha (71,43%).

6.3 Questões de candidaturas parlamentares

Com relação ao perfil da candidatura, mas da metade dos candidatos ao legislativo entrevistados (53,06%) afirmam que a candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais. Todavia, mais do que um quarto dos políticos entrevistados (27,55%) determinaram suas candidaturas como particularmente ligada a uma região. Já candidaturas ligadas a movimentos sociais específicos representam somente 13,27% dos entrevistados, enquanto que categoria específica da sociedade representam somente 6,12% dos políticos na pesquisa.

Tabela 14 – Perfil da candidatura.

Perfil	Percentual
Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da sociedade	6,12
Minha candidatura é particularmente ligada a uma região	27,55
Minha candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais	53,06
Minha candidatura está ligada a um movimento social específico	13,27
Total	100,00

Esse cenário indica que estratégias eleitorais no legislativo fundamentadas em temas e ideais gerais predominam na corrida eleitoral legislativo, embora ainda haja forte vinculação territorial para um grupo substancial de políticos que se consideram mais como ligados a uma determinada região do que a certos temas ou movimentos e grupos sociais.

Tabela 15 – Partido político atual x partido político anterior.

		Partido Político Atual x Partido Político Anterior											Total
		Partido Político Anterior											
		DEM	PDT	PMDB	PP	PR	PSC	PSDB	PT	PTB	Outros	Não pertenci a outro partido.	
Partido Político Atual	Outros	0,00%	0,00%	0,00%	2,04%	2,04%	0,00%	0,00%	3,06%	0,00%	3,06%	8,16%	18,37%
	PDT	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,04%	2,04%	4,08%
	PMDB	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,06%	6,12%
	PP	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,04%	2,04%
	PR	0,00%	3,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,06%	2,04%	0,00%	0,00%	3,06%	11,22%
	PSB	0,00%	3,06%	2,04%	0,00%	3,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,08%	15,31%
	PSDB	0,00%	5,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,06%	4,08%	5,10%	17,35%
	PT	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	17,35%	17,35%
	PTB	5,10%	0,00%	0,00%	0,00%	3,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,16%
	Total	5,10%	11,22%	2,04%	2,04%	8,16%	3,06%	3,06%	5,10%	3,06%	9,18%	44,90%	100,00%

Embora a pesquisa não tenha como intenção inicial verificar questões de migrações político partidárias, esse cruzamento foi desenvolvido a fim de verificar se haveria algum destaque no fluxo entre políticos que mudam de partido no legislativo, uma vez que a alteração político partidária parlamentar é uma das questões de maior debate legal no âmbito político partidário. Por anos houve processos jurídicos e discussões sobre políticos que trocam de legenda no poder legislativo e até hoje a questão se encontra atual, como foi com o surgimento do PSD que levou grande parte dos legisladores do DEM e outros partidos.

Como observado, o Partido dos Trabalhadores (PT) é aquele no pleito legislativo com o maior numero de políticos que anteriormente não pertenceram a outro partido (17,35%). Enquanto que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) é o partido que mais perdeu políticos (11,22%) para outras legendas entre os entrevistados, sendo que praticamente metade daqueles que anteriormente eram do PDT migraram para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Tabela 16 – Percepção sobre os gastos.

Percepção	Percentual (%)
Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente.	67,3
Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente.	17,3
Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente.	12,2
Não Sabe/Não Respondeu	3,1
Total	100,0

Como boa parte dos estudos sobre gastos em campanhas eleitorais se dedicam a examinar geralmente os custos dos votos por candidato ou partido político e quem são seus financiadores, nessa pesquisa buscamos averiguar qual é a percepção dos candidatos ao legislativo sobre os gastos de campanha. A partir das respostas é possível concluir que a maior parte dos políticos que concorrem ao legislativo percebem as campanhas vitoriosas como em uma situação inflacionária, de modo que 67,3% dos entrevistados responderam que os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente. Embora aproximadamente 30% dos entrevistados afirmem que os gastos da campanha estão estáveis ou chegaram a reduzir de custo.

Tabela 17 – Organização da agenda eleitoral.

Agenda	Percentual (%)
Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	41,8
Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	58,2
Total	100,0

Mesmo que a maior parte dos entrevistados afirmem que estabeleceram previamente antes da campanha os bairros que gostariam de visitar (58,2%), um número significativo (41,8%) dos políticos nesta pesquisa afirma que somente estabeleceram sua agenda eleitoral durante a campanha de acordo com os convites e oportunidades iam aparecendo.

Tabela 18 – Requisito para a panfletagem.

Panfletagem	Percentual (%)
A concentração de eleitores nos locais.	28,6
A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem.	14,3
Os acordos de “dobradinha” e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	25,5
Ser conhecido na região.	31,6
Total	100,0

Sobre a maneira como os candidatos escolhem a localização das panfletagens encontramos uma variedade de posicionamentos. Como a panfletagem é um fenômeno político espacial, porque há de ocorrer sempre em um determinado lugar, o ponto central dessa questão foi tentar entender como os candidatos fazem essa seleção geográfica.

Conforme o resultado desta questão, a maioria dos candidatos entrevistados prefere focar sua panfletagem na região em que são conhecidos (31,6%), seguido pela localidade em que há concentração de eleitores (28,6%) e os acordos de “dobradinhas” e apoio de lideranças políticas firmados em algumas regiões (25,5%).

Estas variáveis representam o posicionamento de 85,7% dos entrevistados, o que denota que a utilização de militantes para a panfletagem é uma questão secundária para os candidatos, sendo somente apontada como requisito para panfletagem por 14,3% dos candidatos pesquisados. Isso se deve provavelmente pelo costume da

utilização de pessoas contratadas para prática de panfletagem, de modo que o militante partidário não é tão relevante para essa questão.

Já ser conhecido na região é praticamente o principal critério apontado por quase um terço dos políticos entrevistados (31,6%).

Tabela 19 – Distribuição dos votos.

Característica	Percentual (%)
Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira política.	52,0
Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas conhecidas.	13,3
Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	32,7
Não Sabe/Não Respondeu	2,0
Total	100,0

No que tange a distribuição dos votos, mais da metade dos políticos entrevistados (52%) disseram ter mais votos em suas regiões de origem, onde começaram suas carreiras políticas, seguido pelas regiões onde possuem trabalho político próprio (32,7%).

Interessante notar que, embora na questão anterior 25,5% dos entrevistados consideraram como requisito para panfletagem as regiões com os acordos de “dobradinhas” e apoio de lideranças políticas firmados, na distribuição de votos somente 13,3% disseram ter mais votos nas regiões onde conseguiram consolidar alianças com lideranças políticas conhecidas. Essa discrepância coloca em dúvida a eficácia de se concentrar a panfletagem em locais de acordos de “dobradinha”.

A priori a panfletagem em locais em que o político é reconhecido demonstra ser uma prática mais eficaz. Todavia, essas poucas questões não são suficientes para se chegar a uma conclusão sobre o assunto, embora indiquem um determinado caminho para pressupostos e hipóteses. Seria de grande valor um experimento

político eleitoral para verificar as características e resultados políticos dos diversos tipos de panfletagem em campanha, visto que é uma prática popular, mas que pouco se sabe cientificamente sobre seus resultados políticos.

Um fato de destaque sobre essa questão se deu na eleição municipal do Rio de Janeiro em 2008. Quando Fernando Gabeira do Partido Verde (PV) perdeu a eleição para Eduardo Paes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por uma diferença muito pequena de votos (1,66%), sendo que o candidato verde não panfletou durante toda a eleição alegando motivos ecológicos.

Tabela 20 – Vínculos com instituições sociais.

Instituições	Percentual (%)
Associação de Moradores	45,9
Não teve apoio de instituições sociais	13,3
Igrejas.	10,2
Sindicatos.	6,1
Outros.	24,5
Total	100

Questionados sobre se durante a eleição teriam recebido apoio de Instituições Sociais 86,7% dos entrevistados disseram que sim, sendo que 45,9% afirmaram que tiveram apoio de Associações de Moradores, esta instituição ficou substancialmente a frente de igrejas (10,2%) e Sindicatos (6,1%), os quais normalmente são considerados como instituições de forte influência política.

Pelo que a pesquisa indica as Associações de Moradores enquanto suporte político apresentam uma atuação robusta que hipoteticamente é mais esperada de Igrejas e Sindicatos, visto que essas duas organizações costumam apresentar fortes vínculos políticos partidários como é o caso dos sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e outros, assim como as Igrejas, como na eleição de 2012 era apontada o forte vínculo da Igreja Universal do Reino de Deus com o PRB.

Tabela 21 – Vitória x partido político atual.

	Partido Político Atual										Total
	Outros	PDT	PMDB	PP	PR	PSB	PSDB	PT	PTB		
Vitória	Eleito	12,2%	4,1%	6,1%	2,0%	11,2%	7,1%	17,3%	16,3%	6,1%	82,7%
	Não eleito	6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,2%	0,0%	1,0%	2,0%	17,3%
Total		18,4%	4,1%	6,1%	2,0%	11,2%	15,3%	17,3%	17,3%	8,2%	100,0%

Cruzando os dados da pesquisa de vitória eleitoral (se o candidato se elegeu ou não) com o partido político atual percebemos que embora a pesquisa se limite a noventa e oito candidatos entrevistados, a relação entre o percentual de vitória dos partidos se aproxima do que é encontrado nas relações de poder das instituições políticas.

Deste modo, as oito principais legendas (PDT, PMDB, PP, PR, PSB, PSDB, PT e PTB) em tamanho na câmara de deputados representam também a maioria dos vitoriosos entrevistados nesse estudo, assim chegando a 70,2% de candidatos da pesquisa que conseguiram se eleger, enquanto os demais partidos políticos possuem uma taxa de vitória eleitoral de somente 12,2%.

Em uma análise comparada, na eleição de 2011, esses oito principais partidos conquistaram 72% (373 cadeiras) da Câmara de Deputados, já os outros partidos ficaram com somente 28% (140 cadeiras).

Logo, essa relação de forças entre as legendas ratifica em aspectos gerais a importância da dimensão do partido político para o âmbito parlamentar. Ou seja, pequenos partidos políticos representam menores chances de vitórias eleitorais parlamentares.

Todavia, é preciso destacar que devido ao nosso modelo eleitoral parlamentar com coligações existe um posicionamento estratégico para as pequenas legendas na corrida eleitoral. Essas, dependendo das outras legendas e coligações (ou seja, do arranjo político partidário de determinada corrida eleitoral parlamentar), conseguem eleger candidatos com menos votos. Por exemplo, na noite de 11 de junho de 2009 o programa de TV destinado por Lei ao PT do B focava possíveis candidatos em vez do eleitor com a seguinte ideia: “Venha para o PT do B. Aqui você se elege com menos votos.” (LAVAREDA, 2009).

Tabela 22 – Vitória x perfil da candidatura.

		Perfil da Candidatura				Total
		Ligada a uma categoria específica da sociedade	Particularmente ligada a uma região	Associada à uma questão ou conjunto de ideias	Ligada a um movimento social específico	
Vitória	Eleito	6,1%	18,4%	44,9%	13,3%	82,7%
	Não eleito	0,0%	9,2%	8,2%	0,0%	17,3%
Total		6,1%	27,6%	53,1%	13,3%	100,0%

Avaliando os perfis de campanha com as vitórias é observável que as candidaturas ligadas a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais prevalecem, inclusive entre os eleitos, de maneira substancial frente a outros perfis ligados a categorias, movimentos sociais e regiões específicas.

Todavia, a questão geográfica de se candidatar representando uma região representa 27,6% dos entrevistados dos quais 18,4% foram eleitos. Logo, a representação regional vem como o segundo perfil de candidatura mais importante.

Tabela 23 – Vitória x agenda eleitoral.

		Agenda eleitoral		Total
		Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	
Vitória	Eleito	36,7%	45,9%	82,7%
	Não eleito	5,1%	12,2%	17,3%
Total		41,8%	58,2%	100,0%

Com relação à elaboração da agenda eleitoral percebe-se uma forte divisão entre aqueles que escolhem os bairros conforme surgem convites durante a campanha (41,8%) e os que estabelecem previamente os locais que gostaria de visitar (58,2%).

Mesmo que em uma leitura meramente descritiva pareça a princípio que campanhas que selecionam previamente os bairros que gostariam de visitar possuem um melhor taxa de sucesso (45,9%). Quando reduzimos o percentual de cada modelo de agenda eleitoral entre os que conseguiram ser eleitos e aqueles que não, observamos que a diferença passa para 31,6% dos que montaram a agenda conforma surgiam convites frente a 33,7% que estabeleceram a agenda previamente, de modo que não é evidente a superioridade de um modelo sobre o outro, uma vez que somente observamos uma leve tendência para os que estabeleceram os locais de visita previamente, mas nada percentualmente tão significativa.

Tabela 24 – Vitória x panfletagem.

		Panfletagem					Total
		A concentração de eleitores nos locais.	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem.	Os acordos de “dobradinha” e apoios de	Ser conhecido na região.		
Vitória	Eleito	20,4%	14,3%	22,4%	25,5%	82,7%	
	Não eleito	8,2%	0,0%	3,1%	6,1%	17,3%	
Total		28,6%	14,3%	25,5%	31,6%	100,0%	

No que diz respeito à questão da panfletagem, o ponto principal é ser conhecido na região seguido conjuntamente por acordos de “dobradinha” e apoios de lideranças políticas em algumas regiões e a concentração de eleitores nos locais.

A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem só foi considerada por 14,3% dos entrevistados sendo que dentre estes todos foram eleitos. Esse baixo percentual frente as outras opções se deve provavelmente ao fato de que hoje a panfletagem ocorre de maneira mais mercantil e menos política, por meio de pessoal

contratado que na maior parte das vezes nem possui qualquer relação com o candidato e o partido político (talvez até nem vote neles).

Tabela 25 – Vitória x instituições sociais.

		Instituições Sociais					Total
		Associação de Moradores	Igrejas	Não teve apoio de instituições sociais	Outros	Sindicatos	
Vitória	Eleito	30,6%	10,2%	11,2%	24,5%	6,1%	82,7%
	Não eleito	15,3%	0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	17,3%
Total		45,9%	10,2%	13,3%	24,5%	6,1%	100,0%

Com relação às Instituições Sociais face às candidaturas, percebemos que a associação de moradores possui um papel de destaque, uma vez que 45,9% dos candidatos entrevistados apontaram essa instituição como a organização com a qual ele possui vínculos políticos, ou seja, apoio para campanha. Não obstante, 30,6% dos entrevistados que obtiveram vitória nas urnas apresentam a Associação de Moradores como principal instituição social da qual teve apoio.

Possivelmente esse destaque para as Associações de Moradores decorre de alguns fatores catalisadores políticos. Primeiramente, esse tipo de instituição possui menos requisitos para os membros, diferentemente dos sindicatos em que há a requisição de fazer parte de uma categoria profissional legalmente reconhecida e pagar taxas sindicais e igrejas que demandam práticas de fé. Na associação de moradores a única exigência é ser morador do local, não sendo se quer necessário ser dono do imóvel. Além disso, a associação de moradores exige menos esforço para ascensão política interna, enquanto que sindicatos e igrejas demandam bem mais.

Outro ponto importante é o fato de que as associações de moradores traduzidas como instituições de apoio político eleitoral apresentam uma característica maior de

organização de *trade marketing*³⁹ dentro do *marketing eleitoral*,⁴⁰ uma vez que a associação de moradores é o lugar em que facilmente o eleitorado e o candidato podem se comunicar e ajustar suas ofertas e demandas políticas.

Importante notar que a igreja tem um percentual significativo de 10,2% dos entrevistados que conseguiram se eleger já os sindicatos são bem menos representativos com 6,1%. Essas instituições certamente já foram mais fortes politicamente em outros períodos democráticos brasileiros. Somente 13,3% dos candidatos não tiveram apoio de nenhuma instituição social.

Tabela 26 – Vitória x distribuição dos votos.

		Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira política.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas conhecidas.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Total
Vitória	Eleito	40,8%	12,2%	29,6%	82,7%
	Não eleito	11,2%	1,0%	3,1%	17,3%
Total		52,0%	13,3%	32,7%	100,0%

Na distribuição dos votos, a região de origem é o principal ponto eleitoral das campanhas, visto que 52% dos entrevistados apontaram sua região de origem, onde começaram a carreira política, como o lugar em que tiveram sua maior votação. Soma se a isso o fato de que 40,8% dos entrevistados que indicaram a região de origem como maior concentração de votos conseguiu se eleger.

³⁹ A concepção de *trade marketing* considera que o contato do consumidor com o produto (ou serviço) e com o ambiente de competição ocorre no ponto de venda (lojas, escritórios etc.), assim a estratégia de marketing deve ser perceptível para o consumidor exatamente neste espaço e no momento de decisão de compra (MARKETING DICTIONARY, 2013)

⁴⁰ A aplicação do *marketing* às questões eleitorais.

Depois das regiões de origem política, as regiões onde os candidatos possuem trabalho político são indicadas como lugar de maior concentração de votos na eleição, com 32,7% dos entrevistados. Contudo reduzindo o percentual de eleitos pelo o de não eleitos, obtemos que a região de origem política apresenta uma taxa de 29,6% frente a 26,5% dos locais onde os candidatos possuem trabalho político.

Já as regiões em que os candidatos conseguiram fazer alianças com lideranças políticas conhecidas (as “dobradinhas”) foram indicadas por somente 13,3% dos entrevistados (contabilizando uma taxa de 12,2% nos eleitos). Comparativamente se fazer constituinte por uma liderança local por meio de alianças possui uma eficácia substancialmente menor do que estar ligado diretamente a região seja pela origem da carreira política ou por trabalho próprio.

6.4 Observações

Logo, observamos que entre os candidatos para o legislativo encontramos certo perfil modal entre os vitoriosos nesta sondagem, que inclui: a) ser membro de uma forte legenda política; b) alto investimento financeiro na campanha; c) apoio de instituições sociais, especialmente associações de moradores; d) vínculo com o eleitorado da região de origem política.

A primeira característica modal “ser membro de uma forte legenda política” é uma consequência do sistema eleitoral, caso consideremos uma abordagem na linha de Maurice Duverger em que o sistema eleitoral define a dinâmica política partidária. Uma vez que a eleição parlamentar é proporcional, os votos para a obtenção de cadeiras são contados para o partido, assim se candidatar em legendas fortes (com vários candidatos ou em grandes coalizões) se traduz em uma estratégia que amplia as chances de vitória de fato. Partidos políticos pequenos, com poucos candidatos, e que não coligam possuem menores chances de obter algum espaço no legislativo, como é o caso do PCO (Partido da Causa Operária).

Já os altos investimentos financeiros na campanha apresentados na sondagem, ratificam as pesquisas que apontam uma relação entre gastos eleitorais e a

conquista de cargos políticos. Como foi apresentado na dissertação de Mestrado de Rodrigo Dolandeli dos Santos (2009), que considera que as candidaturas “fortes” são as mais financiadas pelas empresas, as quais também preferem contribuir com partidos políticos “fortes”.

Os apoios de instituições sociais também são uma característica marcante das candidaturas para o pleito legislativo. Essas instituições provavelmente catalisam as relações entre o candidato e o eleitorado, de forma a servir como agente facilitador tanto para o político que se aproxima do eleitor por meio da instituição, quanto para o eleitor que pode ouvir e demandar questões políticas através da instituição social. O maior destaque para esse segmento na sondagem foi das Associações de Moradores.

Outro ponto de destaque é certa geograficidade política, uma vez que entre os vitoriosos foi destacada a concentração de votos na região em que o candidato iniciou sua vida política. De modo que a trajetória política desses candidatos aparece de maneira territorializada em suas próprias carreiras.

Assim, a sondagem política dentro de suas limitações consegue apresentar uma tipificação dos candidatos legislativos com maiores potenciais de vitória eleitoral, mesmo que essa não ocorra de forma estritamente quantitativa, em que poderíamos elaborar tipos conforme valores gastos em campanha, nem estabelecer um padrão classificatório em que poderíamos apresentar perfis exatos com maior ou menor chance de vitória. Contudo, a sondagem ilustra de maneira clara o posicionamento eleitoral dos candidatos aos parlamentos em nossas últimas eleições.

CONCLUSÕES

Ao observarmos as principais teorias sobre sufrágios já encontramos em suas análises a importância da relação entre eleições e territórios, primeiramente pela própria característica dos Estados Democráticos de atuarem no espaço, uma vez que seus eleitores estão situados em determinada jurisdição. Segundo, pelas características constitucionais que estabelecem os aparelhos democráticos desses estados, determinando entes federados, estratos políticos, cargos, funções, instituições e o próprio sistema eleitoral, sempre com vigência espacial e temporal expressamente declaradas.

Mesmo o embate entre os partidos políticos nas constituintes e as reformas de seus Estados já envolve toda uma questão da política eleitoral em função do território. Como é o caso da disputa pelos sistemas eleitorais entre representação majoritária e proporcional, voto distrital ou em lista e outras situações legais, uma vez que os partidos políticos buscam alterar as instituições eleitorais com a finalidade de ganharem as eleições.

Como explicitou Colomer (2005) o número de partidos influencia o sistema eleitoral adotado. Por exemplo, um sistema partidário com poucos partidos políticos de grande porte popular irá favorecer uma simples pluralidade, com pequenas assembleias e distritos de pequenas magnitudes. Assim, esses partidos políticos podem manter o seu domínio e cargos, por conseguir excluir outros partidos com normas eleitorais não inclusivas. Por outro lado, um sistema partidário com muitos partidos vai favorecer a formulação de grandes assembleias e grandes distritos eleitorais, além de representação proporcional. Nesses casos, se nenhum dos partidos é confiante sobre suas chances de possuir uma base eleitoral significativa e constante, eles escolherão adotar a representação proporcional para garantir uma maior chance de conquista de algumas cadeiras no parlamento.

Outra questão territorial observada é o fato de que nas situações em que as nomeações políticas são centralizadas pelos líderes partidários nacionais é esperado que os legisladores estejam mais inclinados a votar conforme a linha do partido político (i.e., JONES 2002, CRISP et al. 2004, CAREY 2008, SAMUELS

2004, SIEBERER 2006). Já nos processos de nomeações descentralizadas (descentralização territorial), como nas federações, os líderes partidários regionais possuem maior controle sobre as carreiras políticas dos legisladores. Outro ponto importante é que quanto mais centralizado o processo de nomeação mais dependente é a carreira política em função da estrutura do partido político, visto que a possibilidade de ser reeleito (ambição estática) ou ganhar acesso a melhores cargos (ambição progressiva) funciona como incentivo para que os políticos mantenham boas relações com os líderes partidários (SCHLESINGER 1991, HERRICK and MOORE 1993, SAMUELS 2002). Por outro lado em um sistema de primárias há uma maior descentralização, uma vez que nestas há um compromisso com uma base mais fragmentada de eleitores partidários no lugar de líderes.

De acordo com Abrucio (1998) é exatamente o modelo descentralizado (federativo) brasileiro, ou seja, a estrutura territorial, que acarreta a supervalorização do Executivo estadual na carreira política em detrimento de outras posições, mesmo as teoricamente superiores, como o Legislativo federal. Visto que na prática, os governadores dos estados no Brasil constituem contrapesos poderosos do executivo nacional, de modo que o presidente necessita negociar com os governadores as questões mais importantes de âmbito federal. Costumeiramente observamos governadores chamados a Brasília para ajudar o presidente a convencer os legisladores a aprovar determinadas medidas. Essa territorialidade política do Executivo estadual faz com que os atores políticos subnacionais possuam um poderio na política nacional, que é observado em poucas federações.

Além disso, a concentração dos votos de certos políticos também explicam suas atuações. Por exemplo, Ames (2001 e 2002) defende a hipótese de que deputados com votos mais concentrados e/ou conglomerados devem possuir um relacionamento mais próximo com seus eleitores. Assim como cédulas eleitorais, pesquisas eleitorais, tipo de voto e a magnitude dos distritos determinam a forma como as cadeiras legislativas são distribuídas e afetam a dimensão em que cada político individualmente pode se beneficiar com o desenvolvimento de uma reputação pessoal e/ou coletiva (CAREY e SHUGART 1995, MAINWARING e SHUGART 2002, NACIF 2002, CRISP et al. 2004, CAREY 2008).

Logo, alterar o sistema eleitoral brasileiro, por exemplo, para o modelo distrital (como alguns políticos gostariam), modificaria a atuação política tanto dos candidatos quanto dos eleitores que experimentariam uma nova vigência espacial do sufrágio, de modo que, independente da primeira experiência e seus resultados, podemos dar como certo uma reconfiguração geopolítica partidária no país. Considerando a linha de Duverger, o mais provável é que o voto distrital no Brasil se traduza em uma forte tendência ao bipartidarismo, como no modelo dos Estados Unidos da América, no qual, embora haja pluripartidarismo, somente os dois maiores partidos de fato (Republicano e Democrata) conseguem disputar a presidência da república e dos governos estaduais, além de dominarem o legislativo, assim deixando para os outros partidos políticos um espaço de pouquíssima significância.

No Brasil, essas relações eleitorais territoriais já eram percebidas em 1948, por Victor Nunes Leal em sua tese *Coronelismo, enxada e voto* (1948), na qual o autor demonstra que o Brasil possuía um sistema de coronelismo no qual existia uma cadeia de favores, que se estendia desde o relacionamento entre o presidente da República e os governadores dos Estados até o relacionamento entre os coronéis e os trabalhadores rurais. Nesse contexto, as decisões deveriam ser acatadas em todos os níveis para que as reivindicações fossem atendidas, gerando o chamado “voto de cabresto” em que é somente eleito o candidato apoiado pelo coronel.

Seguindo as perspectivas teóricas sobre a relação entre as eleições e o território, ao analisarmos a dinamização econômica territorial do eleitorado brasileiro, especialmente nos pleitos presidenciais de 2006 e 2010, encontramos uma forte geográficidade dos votos com destaque para o voto econômico nos entes federados. Ao cruzarmos os resultados eleitorais com as taxas de pobreza dos estados, em percentuais para evitar disparidades, de maneira georreferenciada, concluímos que há de fato uma maior penetração política do Partido dos Trabalhadores (PT) nos estados com as maiores taxas de pobreza, substancialmente naqueles que compõem a região Nordeste do país. Por outro lado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) conquista mais eleitores nos Estados com menor taxa de pobreza, como os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde se encontra as principais cidades industriais, financeiras, tecnológicas e agroindustriais do país.

Todavia, essa clivagem geográfica econômica das eleições (com as taxas de pobreza) não se reproduz na região Norte do Brasil, que possui uma posição política particular, posicionada entre as regiões ricas e pobres, com uma faixa alta de distinção entre os Estados tanto no percentual de pobreza quanto nos resultados eleitorais. Lembrando que essa região é notoriamente muito singular, com um menor nível de urbanismo e um imenso território com somente florestas, o que talvez afete sua dinâmica política.

A fim de verificarmos detalhadamente o dinamismo territorial político em face do voto econômico, utilizamos o estado de Minas Gerais para observarmos na escala micro política dos municípios a reprodução dessa clivagem. Contudo, nesse caso ao invés de usarmos taxas de pobreza consideramos a renda *per capita* das cidades.

Logo, também encontramos em Minas Gerais uma dinâmica territorial com voto econômico, com os municípios com menor renda *per capita* apresentando preferência eleitoral pelo PT e as cidades com maior renda *per capita* exibindo primazia eleitoral para o PSDB. Embora existam alguns desvios que não correspondam a essa dinâmica econômica, como é o caso da capital (Belo Horizonte), mas que já são esperados nas Ciências Sociais (uma das razões pelo qual é muito difícil criar Leis para as Ciências Humanas).

Aproveitando a riqueza de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para um melhor emprego da pesquisa aplicamos o mesmo modelo de análise para as populações rurais de Minas Gerais e nestas não observamos uma clivagem substancial de voto econômico entre os municípios. De maneira, que podemos concluir que a população rural possui uma prática eleitoral distinta da população urbana (que é maioria nas municipalidades). De alguma forma ainda existe uma significativa diferença política entre aqueles que vivem na cidade e os que vivem no campo, no que diz respeito ao enfoque do voto econômico por renda *per capita*.

Buscando um recorte mais profundo para uma análise da escala micro das eleições (municípios) verificamos a dinâmica geográfica econômica eleitoral da cidade de São Paulo pós-redemocratização. Diferentemente do estudo sobre Minas Gerais em

que foi verificado somente uma eleição georreferenciada por municípios, no estudo sobre São Paulo consideramos várias eleições georreferenciadas a partir dos bairros. Embora os bairros não possuam representação política, nem se enquadrem em um recorte geográfico como as macro regiões brasileiras, essas são instituições territoriais bem reconhecidas pela sociedade e com características sociais próprias, sejam elas antropológicas, históricas, econômicas etc.

Apesar do empenho em examinar a questão territorial das eleições em uma escala micro, como os bairros, a escolha por São Paulo ocorreu por características singulares desse centro urbano, como, o fato de que São Paulo é considerada uma peça chave no cenário político nacional. Não obstante com que o cientista político David Samuels (2003) descreveu sobre a carreira política no Brasil, na qual cargos subnacionais como governador e prefeitos de capitais são considerados mais importantes do que a função de deputado federal, a municipalidade de São Paulo vai muito além podendo facilmente seu cargo de prefeito se equiparar ou superar as funções de governadores de certos estados.

Desse modo, o embate político partidário nacional se reflete nas eleições municipais paulistanas, de maneira que já na primeira eleição no processo de redemocratização (1985) São Paulo tinha entre seus candidatos o ex-presidente Jânio Quadros (que ganhou o pleito) e o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso (que ficou em segundo lugar). E, na última eleição antes desta tese, em 2012, São Paulo teve como três principais candidatos dois ex-ministros e um deputado federal. Essa dimensão eleitoral de São Paulo que faz com que ela seja um parâmetro para as eleições em suas diversas escalas, sendo assim um destacado fenômeno de estudo eleitoral.

Já nas primeiras eleições no processo de redemocratização foi identificando uma região politicamente conservadora associada a Jânio Quadros e um segmento dentro desta ligada ao Paulo Maluf, que não somente se caracterizava como um mero espaço de concentração de eleitores conservadores, mas de fato representava um território malufista vinculado a um voto econômico oriundo de estratos sociais médios, que eram médios socioeconomicamente e espacialmente (Pierucci, 1989). Da periferia mais antiga de São Paulo, mais próxima do Centro, que eram bairros

operários na década de 50 e que em 1982 eram identificados como bairros de classe média baixa. Logo, o eleitorado conservador que votava em Jânio Quadros e Maluf estava entre os de renda mais baixas, mas que viviam na região mais rica (aqueles que se localizam na parte mais próxima ao centro e menos pobre da Zona Leste), embora a votação de Jânio Quadros chegue na Zona Norte e a de Maluf não.

Examinando as demais experiências democráticas no município (eleições de 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012) a questão da geografia eleitoral e do voto econômico se demonstrou cristalizada na cidade, sendo dinamizada por situações de bipolarização política. Primeiramente entre o malufismo (PDS/PPB/PP) e o PT, depois entre o PSDB/DEM e o PT refletindo a disputa pela presidência do Brasil.

Logo, o que observamos nessas oito eleições é que há em São Paulo uma distinção dentro do eleitorado entre aqueles que vivem na região mais rica e próxima ao centro e aqueles que vivem nas regiões mais pobres e periféricas, sendo que há também uma singularidade entre os eleitores intermediários, que possuem renda economicamente mais sensível, mas que estão geograficamente em regiões mais ricas e próximas ao centro da cidade.

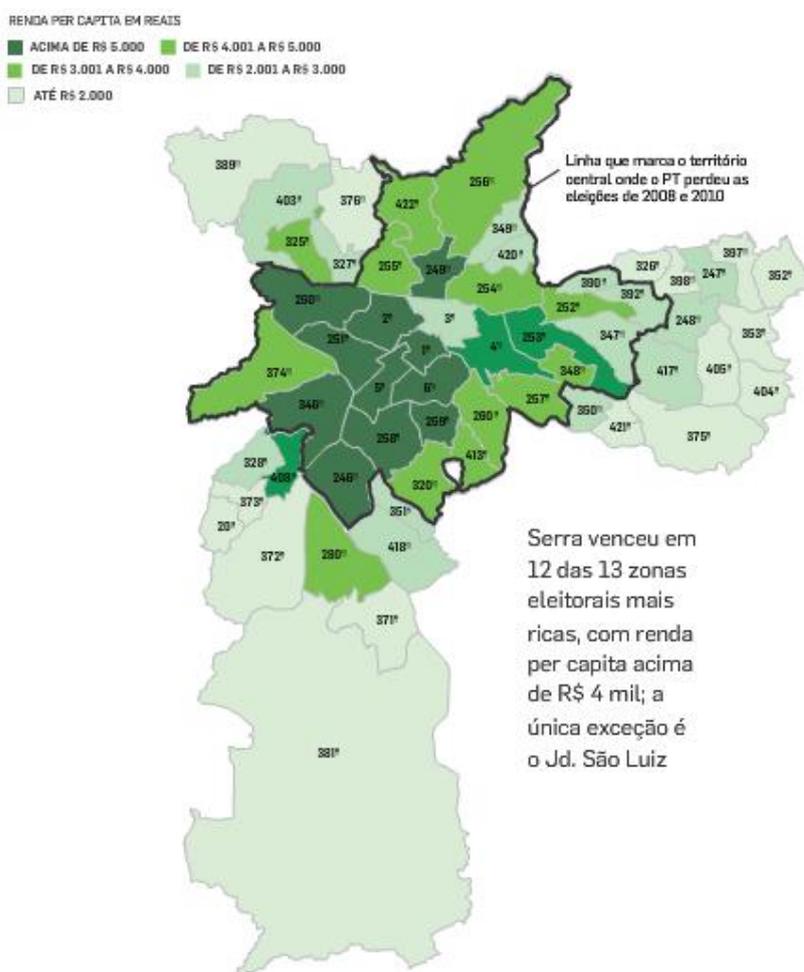
Com os dados observados das eleições pode se estabelecer uma tipologia do eleitorado paulistano da seguinte maneira:

Renda	Região	Tendência partidária
Alta	Central	PSDB/DEM
Baixa	Central	PP
Baixa	Periférica	PT

Comparativamente observamos que não só o eleitorado petista tem determinada geograficidade, mas o eleitorado do DEM e PSDB também são geograficamente estabelecidos com uma concentração antagônica ao do PT. Teoricamente isso demonstra certa afinidade política entre o PSDB e DEM, sendo importante destacar que na eleição de 2008 Kassab foi o candidato do DEM e teve como padrinho político José Serra do PSDB que foi o candidato em 2012 com apoio declarado de Kassab.

Assim, o voto econômico é geograficamente percebido em São Paulo. As afinidades políticas partidárias do eleitor são estabelecidas com relação à renda que se encontram territorializadas. O que estabelece na geografia de São Paulo tanto uma dicotomia econômica entre centro e periferia quanto uma clivagem política. Havendo obviamente disputas em identificáveis áreas sócia-política-geográfica-econômicas.

Logo, na cidade de São Paulo é possível delimitar uma fronteira separando os bairros em que o PT e o PSDB tendem a ganhar e perder, como nas eleições de 2008 e 2010, por exemplo. Em 2012, dentro da área central da cidade em que o PT perdeu nas eleições anteriores, Serra vence em 12 das 13 zonas eleitorais mais ricas (renda *per capita* acima de R\$ 4.000,00), sendo a única exceção o Jardim São Luiz.



Fonte: Jornal Estado de São Paulo.

Embora se comprove a existência dessa dinâmica territorial-econômica-eleitoral, há conjunturas políticas específicas em que a população alterna sua votação em massa, como foi o caso na vitória de Paulo Maluf em 1992 e Marta Suplicy em 2000 em que estes ganharam em quase todos os bairros.

Essas conjunturas especiais demonstram que não há radicalismo nos eleitores paulistano, os quais podem migrar seus votos de um partido para outro dependendo da situação. Questão essa que se confirmou também com a popularidade inicial de Celso Russomano (PRB), em 2012, desmantelando a bipolarização espacial do voto econômico.

Ou seja, a vantagem geográfica econômica de um partido político na cidade de São Paulo não garante uma vitória de antemão, visto que eleitor paulistano possui certa flexibilidade de modo que sua posição política pode se alternar conforme ocorram modificações em sua conjuntura política e econômica. Contudo, essa geografia econômica paulistana certamente é um instrumento político importante tanto para a coordenação das campanhas eleitorais como na gestão da própria cidade pelo político ou partido que pretenda se reeleger. Nesse ponto tanto a Ciência Política quanto a Geografia se traduzem em instrumentos estratégicos do Marketing Político e Eleitoral.

Outra dimensão da relação entre eleições e territórios que é institucionalmente importante, mas pouco abordada, e que buscamos verificar é a questão das coligações. Partindo do mesmo pressuposto dos demais capítulos de que distintos atores políticos possuem diferentes territórios eleitorais, com a hipótese de que existe uma correlação entre a geograficidade e os resultados eleitorais, analisamos as coligações político partidárias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos pleitos municipais de 2004 e 2008.

Embora, em princípio, observando os outros capítulos fosse aguardado, de certo modo, que as coligações devido à proximidade das municipalidades fossem apresentar coalizões bem definidas, que ainda que não representassem consistência ideológica ao menos reproduzissem as práticas de coalizões partidárias

das cidades vizinhas, a análise não reforçou essa ideia e nos levou a outra conclusão.

Na prática, comparando as coalizões partidárias nos municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, concluímos que a maioria significativa dos Partidos Políticos adere à concepção pragmática das coligações que acredita que os competidores com chances reais na disputa buscam o maior número possível de apoios, não importa de onde venham, a fim de garantir a máxima vantagem sobre seus adversários. Essa dinâmica política chega a tal ponto que as coalizões não chegam se quer a repetir suas estruturas em cidades vizinhas.

Apenas o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) aderem à expectativa ideológica que julga que a coligação é um instrumento que permite que partidos que se encontram próximos uns dos outros no espectro esquerda-direita ampliem suas chances de vitória contra adversários situados em posição oposta. A eficácia dessa iniciativa política é bastante questionável na medida em que o acomodamento institucional brasileiro tem elevado a composição de coligações, independentemente da orientação ideológica dos participantes.

Levando-se as chances de se chegar ao poder em consideração, os partidos políticos que menos coligam possuem assim menos chances, portanto, sendo classificados como pequenos. Desse modo, em 2004 e 2008, o PCO seria o menor partido que disputou ambos os pleitos. O PSTU, embora tenha sido um partido pequeno em 2004, deixou de sê-lo em 2008.

Contudo, mesmo não sendo observável um padrão de coligação dos partidos políticos entre os municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi verificada certa relação sociométrica entre determinadas legendas. Assim, os partidos que mais coligaram foram: PP e PMDB, PV e PT do B, e, PV e PPS. O PMDB foi o único partido político a manter-se como o partido que mais coligou com outro em 2004 e 2008.

Além disso, para um melhor entendimento da questão eleitoral espacial, realizamos uma sondagem sobre as candidaturas legislativas, a fim de observar o posicionamento eleitoral dos candidatos aos diversos parlamentos brasileiros com eleições proporcionais, incluindo suas relações com os territórios.

Desse modo encontramos certo perfil modal entre os vitoriosos para o legislativo nesta sondagem, que inclui: a) ser membro de uma forte legenda política; b) alto investimento financeiro na campanha; c) apoio de instituições sociais, especialmente associações de moradores; d) vínculo com o eleitorado da região de origem política.

Tanto o destaque do apoio das associações de moradores como o vínculo com o eleitorado da região de origem política evidenciam a importância da territorialidade eleitoral no pleito legislativo.

Possivelmente esse destaque para as Associações de Moradores decorre de alguns fatores catalisadores políticos, visto que esse tipo de instituição possui menos requisitos para os membros, diferentemente dos sindicatos em que há a requisição de fazer parte de uma categoria profissional legalmente reconhecida e pagar taxas sindicais, e igrejas que demandam práticas de fé. Na associação de moradores a única exigência é ser morador do local, não sendo sequer necessário ser dono do imóvel. Além disso, a associação de moradores exige menos esforço para ascensão política interna, enquanto que sindicatos e igrejas demandam bem mais afazeres.

Um ponto importante é o fato de que as associações de moradores traduzidas como instituições de apoio político eleitoral apresentam uma característica maior de organização de *trade marketing* dentro do *marketing* eleitoral, uma vez que a associação de moradores é o lugar em que facilmente o eleitorado e o candidato podem se comunicar e ajustar suas ofertas e demandas políticas.

Outro destaque é certa geograficidade política, uma vez que entre os vitoriosos foi destacada a concentração de votos na região em que o candidato iniciou sua vida política. De modo que a trajetória política desses candidatos aparece de maneira territorializada em suas próprias carreiras. Depois das regiões de origem política, as

regiões onde os candidatos possuem trabalho político são indicadas como lugar de maior concentração de votos na eleição.

Logo, considerando essas análises da relação entre eleições e territórios, podemos concluir que de fato existe uma correlação entre a geograficidade e os resultados eleitorais, além de comprovar o pressuposto de que distintos atores políticos possuem diferentes territórios eleitorais.

Obviamente que essa conclusão se encontra dentro das limitações das Ciências Sociais não sendo assim uma regra geral (Lei) aplicável a todos os casos. Essa correlação entre eleições e territórios se apresenta de maneira robusta, especialmente com destaque para a concepção de voto econômico, mas certamente encontraremos casos eleitorais singulares que não se enquadram nessa conclusão. Como foi o caso, por exemplo, da eleição de Maluf (PP) em 1992 e Marta (PT) em 2000 no município de São Paulo e que foi citado no capítulo sobre a questão.

Contudo, essa conclusão, para além dos resultados, apresenta significativa instrumentalidade estratégica. Uma vez que possibilita a elaboração de tomadas de decisão e gerência de riscos em uma campanha eleitoral.

Por exemplo, utilizando uma simples Aritmética Política no caso de certo candidato - com recursos limitados (material de campanha, tempo, dinheiro, equipe etc) - se encontrar em dúvida sobre dois bairros similares populacionalmente e em número de votos no candidato no pleito anterior. Essa imprecisão pode ser resolvida por um algoritmo que pondere a influência geográfica humana dos bairros vizinhos.

Considerando que a interação de um eleitor do bairro com o bairro vizinho é de 50% (50% de chance de falar com um eleitor do bairro vizinho e 50% de chance de não falar), uma vez que não sabemos o percentual exato de relação, podemos elaborar a seguinte fórmula para decidir entre os dois bairros similares:

$$Y = \frac{1}{2} (\text{soma dos eleitores do candidato no pleito anterior nos bairros vizinhos})$$

Explicitando geograficamente, consideramos dois bairros hipotéticos Y e Y' que possuem exatamente a mesma quantidade populacional e que na última eleição apresentaram o mesmo número de votos no candidato, mas possuem bairros vizinhos distintos em votação no candidato em seu último pleito, como demonstrado nas figuras abaixo.

7	8	8	14	17	13
8	Y	4	10	Y'	19
8	1	4	12	19	12

Assim com a fórmula, teremos que:

$$Y = \frac{1}{2} (7+8+8+8+4+8+1+4)$$

$$Y = \frac{1}{2}(48)$$

$$Y = 24$$

$$Y' = \frac{1}{2} (14+17+13+10+19+12+19+12)$$

$$Y' = \frac{1}{2}(116)$$

$$Y' = 58$$

O que evidencia que, embora Y e Y' sejam iguais em população e votos na eleição anterior do candidato, na eleição seguinte em face da dinâmica geográfica em função dos bairros vizinhos Y' apresenta um maior potencial eleitoral para o candidato.

Esse é um exemplo simples e hipotético de como a relação entre eleições e territórios pode ser operacionalizada nas campanhas. Na prática, a partir de funções de Geoestatística, modelos do Geomarketing, além de instrumentos de outras disciplinas como Teoria dos Jogos e similares (fundamentados pela Ciência Política, Geografia, Economia e outras disciplinas relacionadas com os estudos eleitorais) há uma vasta possibilidade de operacionalização dos votos georreferenciados para a tomada de decisões e gerencia de riscos em uma campanha eleitoral.

REFERÊNCIAS

ABADIO, D.; SALLES, A. **Segmentação, localização e área de influência de lojas no varejo**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

ABRUCIO, F. L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1998.

ALDRICH, John. *Why Parties?* 2005.

ALMEIDA, A. C. **A Cabeça do Eleitor: Estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. Record, 2008.

ALVAREZ, R. M.; NAGLER, J.; WILLETTE, J. R. Measuring the relative impact of issues and the economy in democratic elections. **Electoral Studies**, v.19, n.2, p. 237-253, 2000.

AMES, B. **The Deadlock of Democracy in Brazil**. Ann Arbor: The University of Michigan Press. 2001.

_____. **Party Discipline in the Chamber of Deputies**. Legislative Politics in Latin America, published by S. MORGENSTERN and B. NACIFF. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

AMORIM NETO, O. The Puzzle of Party Discipline in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 44, n. 1, p. 127-144, 2002.

ANDERSON, C. J. Economic voting and political context: a comparative perspective. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2-3, p. 151-170, 2000.

ANDREWS, J. T.; ROBERT W. J. Strategic Fools: Electoral Rule Choice under Extreme Uncertainty. **Electoral Studies** v. 24, n. 1, p. 65-84, 2004.

ARAGÃO, P. **Voromarketing**: um sistema parametrizável para apoio espacial à decisão. Campinas: Unicamp, 20XX.

ARANHA, F.; FIGOLI, S.. **Geomarketing Memórias de Viagem**. Rio de Janeiro, 2001.

BALBACHEVSKY, G. A. **Um futuro para o PSDB**. Estadão. 26 de Novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,um-futuro-para-o-psdb-,965224,0.htm>>. Acesso em: 10 Jan. 2012.

BAWN, K. The Logic of Institutional Preferences: German Electoral Law as a Social Choice Outcome. **American Journal of Political Science**, v. 37, n. 4, p.965–989, 1993.

BENOIT, K.; SCHIEMANN J. W. Institutional Choice in New Democracies: Bargaining over Hungary's 1989 Electoral Law. **Journal of Theoretical Politics**, v.13, n. 2, p. 159-88, 2001.

BENOIT, K. Models of Electoral System Change. **Electoral Studies**, v. 23, n. 3, p. 363-89, 2004.

_____. Explaining the Origins and Change of Electoral Institutions. **Annual Review of Political Science**, v.10, p. 362-90, 2007.

BOIX, C. Setting the Rules of the Game: The Choice of Electoral Systems in Advanced Democracies. **American Political Science Review**, v. 93, n. 3, p. 609-624, 1999.

BOURDIEU, P. **O ofício de sociólogo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007

BRASIL ECONÔMICO. **Na América Latina, sou o negro mais votado**. Disponível em: <http://www.brasileconomico.com.br/noticias/na-america-latina-sou-o-negro-mais-votado_110713.html>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

CÂMARA, G. et al. **Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica**. 10a. Escola de Computação, Unicamp, 1996.

CAREY, J.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, v. 14, p. 417-43, 1995.

CAREY, J. **Parties, coalitions and the Chilean Congress in the 1990s**. Legislative Politics in Latin America, published by S. MORGENSTERN and B. NACIFF. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Discipline, Accountability, and Legislative Voting in Latin America. **Comparative Politics**, v. 35, n. 2, p. 191-211, 2003.

_____. Competing Principals, Political Institutions, and Party Unity in Legislative Voting. **American Journal of Political Science**, v. 51, n. 1, p. 92-107, 2007.

_____. **Legislative Voting and Accountability**. 2008.

CARLSEN, F. Unemployment, inflation and government popularity - are there partisan effects? **Electoral Studies**, v. 19, m. :2-3, p. 141-150, 2000.

CARREIRÃO, Y. S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho**. Tese de doutorado em Ciência Política, USP, São Paulo, 2000.

_____. Ideologia e partidos políticos. **Opinião Pública, Campinas**, v. 12, n.1, p. 136-163, 2006.

CARRUBBA, C. J.; GABEL, M.; MURRAH, L.; CLOUGH, R.; MONTGOMERY, E.; SCHAMBACH, R. Off the Record: Unrecorded Legislative Votes, Selection Bias and Roll-Call Vote Analysis. **British Journal of Political Science**, v. 36, n. 4, p. 691-704, 2006.

CARTA CAPITAL. **Russomanno, Haddad e Serra: quem vai ao segundo turno?** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/russomanno-haddad-e-serra-quem-vai-ao-segundo-turno/>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

CASTRO, M. M. M. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política.** [Tese de Doutorado] IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany.** Translated by C. Baskin. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

COLOMER, J. M. It's Parties that Choose Electoral Systems (or, Duverger's Laws Upside Down). **Political Studies**, v. 53, p. 1–21, 2005.

COX, G. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.

COX, G.; MCCUBBINS, M. **Setting the Agenda.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.

_____. **Legislative Leviathan.** 2.ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

CRISP, B.; ESCOBAR-LEMMON, M. C.; JONES, B.; JONES, M.; TAYLOR-ROBINSON, N. N. Vote-Seeking Incentives and Legislative Representation in Six Presidential Democracies. **Journal of Politics**, v. 66, p. 823-846, 2004

Da MATTA, R. **A casa e a rua.** 4. ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. **Revista Leviatã.** São Paulo, n.1, p. 181-200,2004.

DAUDT, J. A. **Caracterização Estática de Reservatórios Siliciclásticos: Integração da Sedimentologia e Estratigrafia com Técnicas de Geoestatística**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

DAVIES, R. L. **Marketing Geography: With Special Reference to Retailing**. Corbridge: Retail and Planning Associates, 1976.

De MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000

DEMOCRACIA E POLÍTICA. **Paul Singer**: "O MAPA ELEITORAL E MEU VOTO EM HADDAD". Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2012/10/paul-singer-o-mapa-eleitoral-e-meu-voto.html>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

DRUCK, S. A Geoestatística e os Sistemas de Informações Geográficas. Brasília: Embrapa. **Espaço & Geografia**, v. 5, n1, 2002.

DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (eds.). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília. EMBRAPA, 2004. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/>>. Acesso em: 15 Abr. 2010.

DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. **Impactos do Programa Bolsa Família sobre os Gastos com Alimentos de Famílias Rurais**. Universidade Federal de Pernambuco. 2007. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/impactos-do-programa.pdf>>

DUNLEAVY, P.; MARGETTS, H. Understanding the Dynamics of Electoral Reform. **International Political Science Review** v. 16, n. 1 p. 9–29, 1995.

DUVERGER, M. **Political Parties**. New York: Wiley, 1954.

_____. **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Sociologia da Política**. Coimbra: Almedina, 1983.

ENCARTE DE DADOS de Opinião Pública. Ano 11, n 1. **Opin. Publica** [online]. 2005, v.11, n.1, p. 213-248.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Netinho desiste e PCdoB decide apoiar Haddad em SP**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/politica,netinho-desiste-e-pcdob-decide-apoiar-haddad-em-sp,891365,0.htm>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

EXAME. **Serra e Haddad desbancam Russomanno em São Paulo**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/politica/noticias/serra-e-haddad-desbancam-russomanno-e-vao-ao-2o-turno-em-sao-paulo>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. Datafolha mostra empate técnico entre candidatos em SP. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/politica/noticias/datafolha-mostra-disputa-embolada-em-sao-paulo-e-empate-tecnico-entre-tres>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

FIDRMUC, J. Economics of Voting in Post-communist Countries. Special issue: Economics and Elections, January 1999. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2/3, p. 199-217, 2000.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil. **Comparative Politics**, v. 32, n. 2, p. 151-170, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Kassab apresenta direito de resposta contra propaganda de Marta**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u457089.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Por escrito, tucano diz que cumprirá mandato, se eleito**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1509200410.htm>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Alckmin depende do voto malufista.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/eleicoes/colunista_andre_20000801.shtml> Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **"Melhor língua presa do que suja", afirmam publicitários de Kassab.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u461618.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **O muro passa pelo meio.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/1183573-o-muro-passa-pelo-meio.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Escolha de vice reaviva disputa Serra-Alckmin.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/52196-escolha-de-vice-reaviva-disputa-serra-alckmin.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Haddad escolhe Netinho e Tripoli para o secretariado.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1192361-haddad-escolhe-netinho-e-tripoli-para-o-secretariado.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Pré-candidatos do PSDB em SP evitam críticas a Kassab e miram no PT.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1016738-pre-candidatos-do-psdb-em-sp-evitam-criticas-a-kassab-e-miram-no-pt.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Vice de Haddad, Nádia Campeão é tida como articuladora.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1176945-vice-de-haddad-nadia-campeao-e-tida-como-articuladora.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

FRIZZO, D. **Entre a classe média e a periferia: o caso do PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2008).** II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2012.

GELMAN, A.; PARK, D.; SHOR, B.; CORTINA, J. **Red state, blue state, rich state, poor state**: Why Americans Vote the Way they Do. Princenton University Press, 2010.

GEODA SOFTWARE. <<http://geodacenter.asu.edu/software/downloads>>

GLOBO. **Marta diz que Lula arriscou e acertou na escolha de Haddad em SP**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/marta-diz-que-lula-arriscou-acertou-na-escolha-de-haddad-em-sp-6558288>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Opção de Lula por Haddad foi a 'mais difícil', porém a 'certa', diz Marta**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/10/para-marta-lula-ter-escolhido-haddad-foi-opcao-mais-dificil-e-certa.html>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Serra vence prévias e será candidato do PSDB à Prefeitura de SP**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/03/serra-vence-previas-e-sera-candidato-do-psdb-prefeitura-de-sp.html>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Serra informa que será candidato**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/cristianalobo/2012/02/25/serra-sera-candidato-a-prefeitura-de-sp/>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. Gazeta Online. R\$ 1 bi só de juros. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/12/noticias/a_gazeta/economia/1069927-r-100-bi-so-de-juros.html>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Haddad ataca Russomanno e diz que SP precisa "mudar com segurança"**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1161568-haddad-ataca-russomanno-e-diz-que-sp-precisa-mudar-com-seguranca.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Haddad tem 47%, e Serra, 37%, diz 1ª pesquisa Datafolha do segundo turno.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/10/haddad-tem-47-e-serra-37-diz-1-pesquisa-datafolha-do-segundo-turno.html>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GROSSMAN, G. M; HELPMAN, E. Party discipline and pork-barrel politics. National bureau of economic research. **Working Paper** 11396, 2005.

GRUMM, J. G. Theories of Electoral Systems. **Midwest Journal of Political Science** v. 2, n. 4, p. 357–376, 1958.

GUIMARÃES, A. O. **Modelagem Geológica e Geoestatística de Reservatório da Bacia de Campos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

HAZAN, R. Y.; RAHATG. **Democracy within Parties**. Oxford University Press, 2010.

HERRICK, R.; MOORE M. K. Political Ambition's Effect on Legislative Behavior: Schlesinger's Typology Reconsidered and Revised. **The Journal of Politics**, v. 55, n. 3, p. 765-776, 1993.

HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. Classe, Ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 13, p. 283-306, 2008.

HOROWITZ, D. L. **Ethnic Groups in Conflict**. Berkeley: Univ. Calif. Press, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
<<http://www.ibge.gov.br/home/>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA.
<<http://www.ipea.gov.br/portal/>>

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. **A geografia do voto nas eleições para prefeito e presidente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: 1996-2010**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.

JEROME, B.; JEROME-SPEZIARI, V. The 1998 French regional elections: why so much political instability? **Electoral Studies**, v. 19, n. 2, p. 219-236, 2000.

JONES, M. Carreras Políticas y Disciplina Partidaria en la Cámara de Diputados Argentina. **Post Data**, v. 7, p. 189-230, 2001.

_____. **Explaining the High Level of Party Discipline in the Argentine Congress**. Legislative Politics in Latin America, published by S. MORGENSTERN and B. NACIFF. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JONES, M.; HWANG, W. **Provincial Party Bosses: Keystone of the Argentine Congress**. Argentine Democracy. In: LEVITSKY S., MURILLO M. V. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2005a.

_____. Party Government in Presidential Democracies: Extending Cartel Theory beyond the U.S. Congress. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 2, p. 267-282, 2005b.

KAHANER, Larry. **Competitive intelligence: how to gather, analyse, and use information to move your business to the top**. New York: Simon & Schuter, 1996.

KELLEY, S. **Professional Public Relations and Political Power**. Baltimore: John Hopkins Press, 1956.

KINDER, D.R.; KIEWIET, D. R. Economic discontent and political behavior: the role of personal grievances and collective economic judgements in congressional voting. **American Journal of Political Science**, v. 23, p. 495-527, 1979.

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: Perfis e Tendências**. São Paulo: UNESP, 2010.

KREHBIEL, K. Party Discipline and Measures of Partisanship. **American Journal of Political Science**, v. 44, n. 2, p. 212-227.

LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (Orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. São Paulo: Cebrap; Paz e Terra, 1978.

LASSWELL, H. D. **Politics: Who gets What, When, How**. New York: McGraw-Hill, 1936.

LAVAREDA, A. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Objetiva. 2009.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEWIS-BECK, M. S. **Economics and Elections**. Ann Arbor: The Major Western Democracies. University of Michigan Press, 1988.

LEWIS-BECK, M. S.; NADEAU, R.; BÉLANGER, E. General election forecasts in the United Kingdom: a political economy model. **Electoral Studies** v. 23, n. 2, p. 279-290, 2004.

LEWIS-BECK, M. S.; PALDAM M. Economic voting: an introduction. **Electoral Studies**, v. 19, p. 113-121, 2000.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. **Novos estudos - CEBRAP** [online]. n. 81, p. 49-67, 2008.

L'ŒUVRE Scientifique d'André Siegfried. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1977.

MAINWARING, S.; SHUGART, M. **Presidencialismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

MAYHEW, D. **Congress: The Electoral Connection**. Yale University Press, 1974.

MEDEIROS, A. M. L. **Curso de Introdução ao uso de Geotecnologias Livres**. João Pessoa, 2009.

MEDRONHO R. A. **Avaliação do método geoestatístico na distribuição espacial da hepatite A** [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 1999.

MENEGUELLO, R.; MARTINS ALVES, R. Tendências eleitorais em São Paulo, 1974-1985. In: LAMOUNIER, B. (org.). **1985: O voto em São Paulo**. IDESP. 1986.

_____. **PT: a formação de um partido 1979-1982**. Paz e Terra, 1989.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados** [online] v. 50, n. 4, p. 757-793, 2007.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.** [online] n. 20, p. 115-134, 2003.

MONASH UNIVERSITY. Marketing Dictionary. Disponível em: <<http://www.buseco.monash.edu.au/mkt/dictionary/>> Acesso em: 15 Jan. 2013.

MORESI, E. **Inteligência Organizacional**: um referencial integrado. Universidade de Brasília – UnB. Ciência da Informação. Maio, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br> >. Acesso em: 23 Mai. 2008.

_____. (Org). Manual de Metodologia da Pesquisa. Brasília-DF: Universidade Católica de Brasília – UCB, Mar., 2003.

MORGENSTERN, S. **Toward a Model of Latin American Legislatures.** Legislative Politics in Latin America. In: MORGENSTERN, S.; NACIFF B. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

_____. **Explaining Legislative Politics in Latin America.** Legislative Politics in Latin America. In MORGENSTERN, S.; NACIFF, B. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.

_____. **Patterns of Legislative Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MUSTAPIC, A. M. Oficialistas y Diputados: las relaciones ejecutivo-legislativo en la Argentina. **Desarrollo Económico**, v. 39, n. 156, p. 571-595, 2000.

_____. **President and Congress in Argentina.** Legislative Politics in Latin America. In: MORGENSTERN, S., NACIFF, B. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NACIF, B. **Understanding party discipline in the Mexican Chamber of deputies: The centralized party model.** Legislative Politics in Latin America. In: MORGENSTERN, S., NACIFF, B. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NANNESTAD, P.; PALDAM, M. The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. **Public Choice**, v. 79, p. 213-245, 1994.

NANNESTAD, P.; PALDAM, M. The grievance asymmetry revisited: a micro study of economic voting in Denmark, 1986–92. *European Journal of Political Economy*, v. 13, p. 81-99, 1997.

NETO, A. **Presidential Cabinets, Electoral Cycles, and Coalition Discipline in Brazil.** Legislative Politics in Latin America. In: MORGENSTERN, S.; NACIFF, B. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NORPOTH, H.; LEWIS-BECK, M. S.; LAFAY, J.-D. (eds.). **Economics and Politics: The Calculus of Support**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1991.

NORRIS, P. Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems. **International Political Science Review**, v.18, p. 297-312, 1997.

O DIA. **Serra e Haddad tiram Russomano e dividem São Paulo**. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/brasil/elei%C3%A7%C3%B5es-2012/serra-e-haddad-tiram-russomano-e-dividem-s-paulo-1.499676>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

O ESTADO de São Paulo. Zonas eleitorais antipetistas conquistadas por Haddad. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/zonas-eleitorais-antipetistas-conquistadas-por-haddad,186470.htm>>

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB. <www.psdb.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. <www.pt.org.br>

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS. <www.pps.org.br>

PARTIDO VERDE – PV. <www.pv.org.br>

PIERUCCI, A. F. A direita mora do outro lado da cidade. **RBCS**, v. 4, n. 10, 1989.

PORTO, M. P. Televisão e Voto: A Eleição de 1992 para Prefeito de São Paulo. **Opinião Pública**, v. IV, n. 1, p. 41-50, 1996.

PULS, M. **A campanha esquecida**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/65373-a-campanha-esquecida.shtml>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

RADMANN, E. R. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. [Dissertação de mestrado] Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFO, J.; ZOLNERKEVIC, A. **A contribuição da Geografia na pesquisa eleitoral**. Disponível em: <<http://geografia.uol.com.br/geografia/mapas-demografia/37/artigo218965-1.asp>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

RAHAT, G. Determinants of Party Cohesion: Evidence from the Case of the Israeli Parliament. **Parliamentary Affairs**, v. 60, n. 2, p. 279–296.

REVISTA FORUM. **Serra, Alckmin e a história recente da fantástica democracia tucana**. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blogdorovai/2012/10/13/serra-alckmin-e-a-historia-recente-da-fantastica-democracia-tucana/>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

RICCI, R. A disputa tucana. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 56, Janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56ricci.html>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

RIKER, W. H. The Two-Party System and Duverger's Law, an Essay on the History of Political Science. **American Political Science Review**, v. 76, n. 4, p. 753–766, 1982.

ROKKAN, S. **Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Process of Development**. Oslo: Universitetsforlaget, 1970.

RUFINO, I. A. **SIG e Modelagem de Dados**. Disponível em: <http://www.hidro.ufcg.edu.br/twiki/pub/lanaRufino/CursosLatoSensu/SIGeMod_Illa.ppt>. Acesso em: 15 Abr. 2010.

SADEK, M. T. Eleições 1988: retórica ou rumo pluripartidário. **Lua Nova** [online]. n.17, p. 111-132, 1989.

SAMUELS, D. **Progressive Ambition, Federalism, and Pork-Barreling in Brazil. Legislative Politics in Latin America**. In: MORGENSTERN D.; NACIFF B. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. Prepared for the conference "Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America." **Wake Forest University**, April 3-4, 2004.

SANDERS, D. Conservative incompetence, Labour responsibility and the feelgood factor: why the economy failed to save the Conservatives in 1997. **Electoral Studies** v. 18, p. 251-270, 1999.

SANTOS, R. D. **A Economia Política das Eleições 2002.** Um Estudo Sobre a Concentração de Financiamento de Campanha para Deputado Federal. Universidade Federal Fluminense. [Dissertação de mestrado] Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-2009-Rodrigo-Dolandeli-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 17 Dez. 2012.

SCHLESINGER, J. A. **Political Parties and the Winning of Office.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.

SIABELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. **Candidate Recruitment and Selection in Latin America: A Framework for Analysis.** University of Miami, 2008.

SIEBERER, U. Party unity in parliamentary democracies: A comparative analysis. **The Journal of Legislative Studies**, v. 12, n. 2, p. 150-178, 2006.

SIEGFRIED, A. Géographie électorale de l'Ardèche sous la 3e République. Paris: Colin, 1949.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994.** São Paulo: EDUSP, 2000.

SINGER, A. **Segundo turno fortalece PT e enfraquece PFL**. Folha de São Paulo.

Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/eleicoes/colunista_andre_20001030.shtml>

Acesso em: 10 Nov. 2012.

SITE DO Deputado José Anibal. Disponível em:

<<http://www.joseanibal.com.br/2011/index.php/opiniao-discurso?start=40>>. Acesso

em: 10 Nov. 2012.

SNYDER, J. M. Jr.; GROSECLOSE, T. Estimating Party Influence in Congressional Roll-Call Voting. **American Journal of Political Science**, v. 44, n. 2, p. 193-211, 2000.

SOUZA, M. T.; SADEK R. A Trajetória de Jânio Quadros. In: LAMOUNIER, B. (org.) **1985: O Voto em São Paulo**. São Paulo: IDESP; 1986, pp. 66-88.

STRANGE MAPS. Disponível em: <<http://bigthink.com/blogs/strange-maps>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

TABORDA, J. P.; FERREIRA, M. D. **Competitive intelligence**: conceitos, práticas e benefícios. Cascais: Pergaminho, 2002.

TEIXEIRA, A. L. A; MORETTI, E.; CHRISTOFOLETTI, A. **Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica**. Rio Claro: Edição do autor, 1992.

TERRA. **Eleições 2010**. Disponível em:

<<http://eleicoes.terra.com.br/apuracao/2010/1turno/minas-gerais/>>.

_____. **Preterida por PT, Marta diz que escolher Haddad "foi o certo"**.

Disponível em: <[http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/preterida-por-pt-marta-diz-que-escolher-haddad-quotfoi-o-](http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/preterida-por-pt-marta-diz-que-escolher-haddad-quotfoi-o-certoquot,c7cb9782ac66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html)

[certoquot,c7cb9782ac66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/preterida-por-pt-marta-diz-que-escolher-haddad-quotfoi-o-certoquot,c7cb9782ac66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html)>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

TERRA MAGAZINE. **Com chegada de Haddad, Marta Suplicy sai à francesa de festa em São Paulo.** Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/bobfernandes/blog/2012/08/14/com-chegada-de-haddad-marta-suplicy-sai-a-francesa-de-festa-em-sao-paulo/>> Acesso em: 10 Nov. 2012

_____. **Nádia Campeão, do PCdoB, é a nova vice de Haddad; PT acredita em “disciplina” e “menos problemas”.** Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/bobfernandes/blog/2012/06/26/pcdob-fecha-com-pt-e-nadia-campeao-e-a-nova-vice-de-haddad/>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

THAMES, F. C. Discipline and Party Institutionalization in Post-Soviet Legislatures. **Party Politics**, v. 13, p. 456, 2007.

TRE/RJ. <<http://www.tre-rj.gov.br/>>. Acessado em: 14 Mar. 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL <www.tse.jus.br/>.

_____. **Relação dos eleitores filiados em Minas reflete cenário nacional.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/tre-mg/noticias-tre-mg/2010/janeiro/relacao-de-eleitores-filiados-em-minas-reflete-cenario-nacional>>.

TSEBELIS, G. **Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics.** University of California Press, 1990.

VEJA. **“Não aceito aliança com Maluf”, afirma Erundina a VEJA.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/%E2%80%9Cnao-aceito-alianca-com-maluf%E2%80%9D-afirma-erundina-a-veja>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. Luiza Erundina oficializa saída da chapa de Haddad. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/luiza-erundina-oficializa-saida-da-chapa-de-haddad>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. **Serra ataca Russomanno em panfleto enviado pelo correio.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/serra-ataca-russomanno-em-panfleto-enviado-pelo-correio>>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

WASHINGTON POST. **Cash Aid Program Bolsters Lula's Reelection Prospects: Incentives for Families To Help Themselves Spreads Beyond Brazil.** By Monte Reel. Washington Post Foreign Service. [29 outubro 2006] Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/10/28/AR2006102800823.html?nav=rss_world/southamerica>.

WRING, D. Reconciling Marketing with Political Science: Theories of Political Marketing. **Journal of Marketing Management**, v. 13, p.651–663, 1997.

ANEXO

Na última eleição em que concorreu, você:	Para qual cargo você concorreu na última eleição?	Qual o seu partido político?	Antes de pertencer a este partido, você pertenceu a outro? Qual?	Na sua opinião, qual das frases abaixo descreve melhor o perfil de sua candidatura?	Como foi estabelecida sua agenda eleitoral?	Em sua opinião os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado, reduzido ou estão estáveis?	Na última eleição, o que foi mais importante para determinar os locais de panfletagem de sua campanha?	E qual foi o fator mais importante para explicar a distribuição dos seus votos?	Durante a eleição você teve apoio de instituições sociais?	Aproximadamente qual foi seu gasto de campanha declarado no TRE?
Foi eleito	Deputado Federal	PT	Não pertenceu a outro partido	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	A concentração de eleitores nos locais	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas conhecidas	Associação de Moradores	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	PDT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio	Outros	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Ficou como suplente	Deputado Federal	PSB	PDT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha	Associação de Moradores	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	PTB	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Federal	PSB		Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	Até R\$ 3.500,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PTB	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.		Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	PT	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Sindicatos.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	PDT	Minha candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Ficou como suplente	Vereador	Outros	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PT	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente.	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente.	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Sindicatos	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	PSDB	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente.	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente.	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Foi eleito	Vereador	PT	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da comunidade.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Ficou como suplente	Deputado Estadual	Outros	Outros	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	antes	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PMDB	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PTB	DEM	Minha candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Outros	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Ficou como suplente	Vereador	PSB	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PMDB	PSC	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Vereador	PP	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	PP	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Foi eleito	Vereador	Outros	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PSDB	PDT	Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da sociedade.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Vereador	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Foi eleito	Vereador	PSDB	Outros	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Vereador	PSDB		Outros	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Foi eleito	Vereador	PDT		Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Vereador	PT		Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Ficou como suplente	Vereador	PTB		DEM	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.		Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00

Foi eleito	Vereador	Outros	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Igrejas.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Não foi eleito	Deputado Estadual	PSB	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PSB	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Vereador	PDT	Outros	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00

Foi eleito	Vereador	PSB	PMDB	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PR	PT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PR	PT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PSB	PMDB	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Vereador	PDT		Outros	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Foi eleito	Vereador	PSB		Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade es para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente .	A concentração o de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Não foi eleito	Deputado Estadual	PSB		Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade es para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	A concentração o de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	Outros	PR	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade es para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	A concentração o de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Igrejas.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00

Ficou como suplente	Vereador	PTB	DEM	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Foi eleito	Vereador	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido o estáveis ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Foi eleito	Vereador	PDT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Vereador	PSDB	Outros	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00

Foi eleito	Vereador	PSDB	Outros	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 3.500,01 até R\$ 15.000,00
Foi eleito	Vereador	PSDB	PDT	Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da sociedade.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Igrejas.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Vereador	Outros	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	PP	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Vereador	PP	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PMDB	PSC	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Ficou como suplente	Vereador	PSB	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PTB	DEM	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PMDB	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido o estáveis ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Ficou como suplente	Deputado Estadual	Outros	Outros	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da sociedade.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido o estáveis ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	PSDB	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Sindicatos.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00

Ficou como suplente	Vereador	Outros	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	PDT	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	PT	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Sindicatos.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PTB	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.		Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Federal	PSB		Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	Até R\$ 3.500,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	PTB	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Ficou como suplente	Deputado Federal	PSB	PDT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apóios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	PDT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Federal	PT	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura está associada a uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	PDT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Ficou como suplente	Deputado Federal	PSB	PDT	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	PTB	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Federal	PSB		Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem .	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	Até R\$ 3.500,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PTB	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	PT	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	A existência de militantes nos locais para realizar a panfletagem	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Sindicatos.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PR	PDT	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Ficou como suplente	Vereador	Outros	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está ligada a um movimento social específico.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PR	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Sindicatos.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PR	PSDB	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	Outros	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Vereador	PT	Não pertenci a outro partido.	Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da sociedade.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Ficou como suplente	Deputado Estadual	Outros	Outros	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00

Foi eleito	Deputado Estadual	PMDB	Não pertencei a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido o estáveis ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apóios de lideranças políticas que firmei em algumas regiões.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PTB	DEM	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de atividades.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Ficou como suplente	Vereador	PSB	PR	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidades para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Associação de Moradores.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Vereador	PMDB	PSC	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm reduzido de valor ultimamente .	Ser conhecido na região.	Tive mais voto na minha região de origem, onde comecei minha carreira	Outros.	De R\$ 15.000,01 até R\$ 50.000,00

Foi eleito	Deputado Federal	PT	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura está associada à uma questão ou conjunto de ideias mais gerais.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado de valor ultimamente .	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde consegui consolidar alianças com lideranças políticas	Associação de Moradores.	De R\$ 300.000,01 até R\$ 900.000,00
Foi eleito	Vereador	PT	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura é ligada a uma categoria específica da sociedade.	Estabeleci previamente antes da campanha os bairros que gostaria de visitar.	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm permanecido estáveis ultimamente	A concentração de eleitores nos locais.	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Outros.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00
Foi eleito	Deputado Estadual	PSDB	Não pertence a outro partido.	Minha candidatura é particularmente ligada a uma região.	Escolhi os bairros na campanha conforme convites e oportunidade para participar de	Os gastos de uma campanha vitoriosa têm aumentado ultimamente .	Os acordos de "dobradinha" e apoios de lideranças políticas que firmei em algumas	Tive mais voto nas regiões onde tenho trabalho político próprio.	Não tive apoio de instituições sociais.	De R\$ 50.000,01 até R\$ 300.000,00